

**A
LUTA
DOS
JOVENS**

**A
EXPLOÇÃO
PELO
COLAPSO**

FUNDO CEMAP
AC

**MDB
DENUNCIA
OS
RADICAIS**

CRÍTICA

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS.

Ano 2/Nº 53

11/17 de agosto de 1975

Cr\$ 4,00

**DEUS
AJUDE
O
BRASIL**

**A
RESPOSTA
DE
ULISSES**

**ESPAÑA:
A LUTA
CONTRA
O TEMPO**

**MULHER
O GRANDE
COMPRADOR
DE ILUÇÕES**

As crises política, econômica e social que ora atravessa a sociedade norte-americana, estão atingindo a sublimação. Como se não bastassem a derrocada dos exércitos norte-americanos no sudeste asiático, a depressão econômica, Watergate com todas as suas funestas implicações no modus vivendi e, na própria estrutura do regime político norte-americano, a medicina e o sistema médico-hospitalar dos Estados Unidos, também estão sendo envolvidos nessas crises.

Li, há dias, através do Jornal do Brasil, uma notícia que me deixou bastante perplexo. O governo americano acaba de tornar obrigatório o "seguro de incompetência" para a classe médica norte-americana. São tantas as queixas, as reclamações e as indenizações pagas pelas autoridades aos pacientes (já atingem a mais de um milhão de dólares) vítimas da omissão e incompetência médica, que para acabar com tais abusos, tais crimes cometidos contra a vida do povo, não houve outra saída que criar esse humilhante, mais necessário "seguro de incompetência". Quando se sabe que nos Estados Unidos da América do Norte, se pratica a melhor medicina do mundo, é realmente estarrecedor e sintomático que lá nos States, (país mais rico e desenvolvido do mundo) como aqui no Brasil (país subdesenvolvido, de renda "per capita" baixíssima) o povo, os pacientes também são vítimas de magafres portadores de diploma de medicina.

Nos Estados Unidos a medicina, que é uma "questão de vida", transformou-se como o Brasil, numa "questão de morte". Em nosso país, ainda é admissível, compreensível, que um médico mate o seu paciente

por incompetência, por omissão, por motivos inconfessáveis. Afinal de contas, somos um país subdesenvolvido onde o capitalismo ainda tem ressaibos de feudalismo, onde as duas coisas mais importantes da vida, saúde e educação, são consideradas privilégios de muito poucos, isto é, dos bem nascidos, dos endinheirados. Evidentemente, quando falo de educação, não estou me referindo ao Mobral, e de saúde, ao INPS, que são meros paliativos, arranjos, nestes dois setores importantes da estrutura social.

Quando falo em sistema educacional, refiro-me ao existente na Europa: na Suécia, na Rússia, nos demais países socialistas, onde o ensino está ao alcance de todos, pois o ensino é gratuito e obrigatório, onde o magistério é uma profissão qualificada, digna, respeitada; não é um dos muitos "bicos", que o indivíduo tem para sobreviver, assim como o médico brasileiro, que comumente clínica em três ou quatro hospitais, percebendo salário de cabo-de-exército para poder atender às suas responsabilidades de chefe de família. O fato de um conferencista yankee afirmar, em tom categórico que no Brasil não há médicos, mas passadores de "receita", é sintomático. Mas, como estudar, ter laboratório particular se os salários de fome que percebem, muito mal dão para atender o trivial?

Se é verdade que muitos médicos transformaram a ciência de Esculápio, de um sacerdócio, num simples "meio de vida", de enriquecimento, como qualquer empresa comercial, a culpa não lhes cabe, mas ao regime. Se o médico, para formar-se gasta rios de dinheiro na aquisição de li-

SEGURO DA INCOMPTENCIA

HARRISON OLIVEIRA

vros (que são os mais caros), de transporte do trabalho para a faculdade, em alimentação, nas pensões particulares, é justo que eles procurem se ressarcir desses gastos, dessas renúncias, dessas privações, passadas quando estudantes.

Afinal, tudo no regime capitalista é negócio, é tráfico, é propriedade privada e conseqüentemente, sujeito à plena fruição. Não é assim que diz o nosso Código Civil? Como exigirem o regime as autoridades, espírito de renúncia, foros de sacerdócio ao médico, ao professor, no exercício de suas profissões, se o desinteresse, a omissão por parte do sistema é total? Durante a fase estudantil, tanto

o médico quanto o professor, compram educação, saber, caros ao governo (anuidades e livros escolares). Quando se formam, vendem a sua sabedoria, o seu aprendizado ao dito governo a preço de banana podre. O jeito que têm é transformarem a clínica, a medicina particular num autêntico açougue de portugueses: carne mal retalhada a preços extorsivos.

A medicina, a assistência médico-hospitalar no Brasil, chegaram a um estado de irresponsabilidade, de deficiência que não é mais possível suportar. Todos os dias, os jornais estão a registrar em suas páginas dolorosas tragédias, que abalam os corações mais empedernidos. Nunca se viu tanta irresponsabilidade, tanta falta de vocação e espírito público, quanto nessas hospitais e casa de saúde sob a administração do INPS. Ontem, foi uma pobre viúva que morreu dentro do Hospital Souza Aguiar, porque o médico se recusou a atendê-la dentro do horário pré-estabelecido; hoje, foi um garoto de oito anos que submetido a uma operação de fimose, foi emasculado pelos médicos que o operaram (foram, os responsáveis, apenas suspensos por 90 dias), num atestado de gritantes incompetência e desleixo; amanhã, como esses casos já viraram rotina na história médico-hospitalar brasileira, outros casos, outras tragédias acontecerão, para infelicidade de milhares de pacientes e seus familiares.

Enquanto isso acontece, o INPS, como um autêntico deus Moloch, sempre ávido do sangue de suas vítimas, continua a apregoar através da TV, dos jornais e dos rádios, sensíveis melhorias em seu atendimento ao público. Não duvido que

isto seja verdade. Afinal de contas, o montante de arrecadação também tem sido aumentado, através do aumento das contribuições dos mutuários, sendo triplicadas. Pode-se até afirmar que o indivíduo hoje vive, trabalha, somente para poder pagar o INPS, o que não deixa de ser um absurdo. Em meu Padre Nosso, já fiz no final, esta substituição: "Livrai-nos, Senhor do mal", pela expressão: "Livrai-me, Senhor, das contribuições e assistência do INPS", tamanho é o pavor que tenho dessa instituição.

Hão de convir os responsáveis pela administração pública brasileira, que tanto a educação, quanto a saúde, são elementos de salvação pública e assim acontecendo, têm que ser totalmente estatizada e socializada. Acaba com a medicina particular, a fim de, exterminar o seu tráfico asqueroso e nocivo ao público, à comunidade, são imperativos urgentes e imprescindíveis. E preciso contudo, ao realizar-se essa estatização da medicina, não se esquecer de remunerar regamente o médico, equiparando os seus vencimentos ao de ministros de Estado (juntamente com os de professor) e fiscalizar o ensino médico com maior rigor.

Enquanto não se operam essas medidas de infra-estrutura da educação e saúde em nosso país, o governo, à semelhança do que foi feito nos Estados Unidos, deve criar o "seguro de incompetência" para os senhores médicos não atentarem, com tanta impunidade e frequência contra a vida de seus pacientes. Já que o destino dos países subdesenvolvidos é a imitação (segundo um determinismo sociológico), que se imitem as boas coisas...

CRÍTICA

DIRETOR
GERARDO MELLO MOURÃO

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Erlvan França

CHEFE DE REDAÇÃO
I.L. de Alencar

ADMINISTRAÇÃO
Gerente Administrativo
T. C. Santos

PAGINAÇÃO:
Maria José da Silva
CAPA: Wagner

PUBLICIDADE
Av. Rio Branco, 156 - 12º and.
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS
- Brasil: um ano Cr \$ 200,00
6 meses Cr \$ 100,00
- Exterior: um ano US\$ 50,00
6 meses US\$ 30,00

- Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.
- A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Arca Editora e Gráfica S.A.
Rua Equador, 702, Rio (RJ)
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:
Superbanca Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda Ltda.
Rua do Resende, 18 - Rio - RJ.
Tel. 222-2316 e 222-8597

CRITICA
É propriedade da Editora Crítica Ltda.
Av. Rio Branco, 156, 12º andar,
sala 1222, telefone 242-7395

FAÇA UMA ASSINATURA DE CRÍTICA pelo telefone (021) - 242-7395

POLO



ASSIM DEUS NOS AJUDE

A CRÔNICA política guarda a memória de algumas falas do trono que ficaram famosas na história do país, como aquela de dom Pedro I que, ao abrir os trabalhos da Assembléia Constituinte, simplesmente levantou-se, falou e disse: "Augustos e digníssimos representantes da nação - está fechada a Câmara." Foi a mais curta fala do trono de que se tem notícia. Os parlamentares, cabisbaixos e decepcionados, retiraram-se do recinto, e foram aguardar em casa a Constituição que o imperador, do alto de seu arbítrio, outorgaria à nação, ao invés daquela que deveria ser votada pelos representantes do povo.

Cento e cinquenta anos são passados desse episódio. No último romance de Gabriel Garcia Márquez, conta o novelista de «Cien Años de Soledad» a fábula de um ditador latino-americano que ficou no poder durante um século e meio. Não chegamos a tanto no Brasil. Mas não podemos fugir ao deprimente pesadelo de uma impressão penosa, em que a seqüência crônica de uma voz do passado, uma voz de cento e cinquenta anos, se imposta intermitente na vida da república, para repetir ao país a velha decisão de dom Pedro I. Augustos e digníssimos representantes da nação: os eleitos pelo povo não podem oferecer-lhes a garantia de uma Constituição. Se ela não é mais outorgada pela sabedoria onipotente do imperador, há de ser domada e cavalgada por um poder invisível e superior, capaz, só ele, de conduzir a plebe ignara em sua viagem através da história.

Depois de século e meio parece ainda incorporada sobre o país, não sob a forma de pessoas, como no romance de Garcia Márquez, mas sob a forma de decisões inapeláveis, a pesada sombra de um destino sem idade. Os plenipotenciários da sorte do país sustentam, como Pedro I, que não precisamos de um poder legislativo, de uma casa da lei, de um regime que tenha a aprovação do povo. Pois, na verdade, não há uma casa da lei. Há uma casa de arreios, de cujas paredes de taipa pendem, nos velhos cabides de peroba, como espadas de Dâmocles sobre a cabeça da Constituição, os loros, as selas, os freios, as bridas, os cabrestos e até mesmo as cangalhas e as esporas de rosetas agudas - toda a parafernália dos instrumentos de exceção que cavalgam a lei maior, que lhe ralam o lombo e lhe esporeiam os flancos. Querem domar o Estado.

A SOCIEDADE brasileira quer ser governada. Não quer ser domada. Com o bridão do Ato Institucional e de todos os apêndices excepcionais que nele se penduram, nem mesmo um estadista com a consciência e a autoridade ética do general Ernesto Geisel conseguirá consolidar no país uma estrutura de governo condizente com a vocação democrática do povo brasileiro e com as feições do estado de direito a que todos aspiramos. O AI-5, a limitação da liberdade de imprensa, o 477, a proscricção do habeas-corpus, o exacerbamento do macartismo, o esmagamento da autonomia sindical, não são instrumentos de governos dignos de um estadista.

A oposição brasileira tem dado, e continuará a dar, um testemunho incontestável de maturidade e de maioria política, ao recusar-se às práticas da provocação e da violência. Ainda quando o processo nacional se torna mais intoleravelmente poluído, com a democracia emparedada e todas as portas de saída aferrolhadas, pode o povo brasileiro encontrar, na palavra da oposição, arregimentada nesta

grande frente ampla da democracia que é o MDB, o sinal de sua esperança e de um futuro melhor.

Falou, ainda agora, por todo o país, o presidente Ulisses Guimarães, ao assumir, com o partido oposicionista, a responsabilidade de prosseguir na luta, aguardando um diálogo que os inimigos do Brasil pensam haver sido definitivamente interrompido, mas que os verdadeiros democratas esperam seja retomado pela consciência cívica do chefe do governo, cuja imagem está lastreada por um comportamento pessoal sempre digno e pela aspiração de entrar na história como um presidente capaz de reconduzir o país ao estado de direito. Como um presidente qualificado para interromper os cento e cinquenta anos de monólogo do arbítrio que, de certa forma, duram desde a fala do trono de dom Pedro I. Até porque, por sua formação cultural, por seu respeito à ordem jurídica, por seu apreço pelo Brasil e sua presença diante das nações civilizadas, não pode o atual presidente ter o gosto do despotismo do primeiro imperador e suas falas do trono. A nação espera do general Geisel uma fala do trono diferente e melhor.

É CERTO que não há muitos motivos para otimismo no país. O alegre ministro da Fazenda anuncia a estabilidade financeira, mas quebra o cruzeiro de trinta em trinta dias. A tal ponto que os brasileiros, para comprar barato qualquer coisa, têm que ir a Buenos Aires. Ou para fazer um bom investimento, têm que comprar dólar, pois é um negócio mais rendoso do que as cadernetas de poupança, as letras de câmbio ou as aplicações do "open market". O poder aquisitivo dos salários continua em nível mais baixo do que doze anos atrás. A desnacionalização da economia só não é mais intensa, porque já não há mais muita coisa a desnacionalizar, e o ministro da Indústria e do Comércio assume dimensões de herói nacional ao tentar salvar das garras do estrangeiro uma simples fábrica de geladeiras, enquanto o Antunes da Icomi vende impunemente o solo e o subsolo do país.

O ministro da Previdência, em vez de distribuir justiça social, distribui bombons e cafiaspirinas, ao mesmo tempo em que a falsa solução do Fundo de Garantia sai dos cofres sem fundo do BNH para financiar investimentos imobiliários da Sanbra, das multinacionais em geral e dos especuladores em particular. Dessa forma, a distensão social e econômica, que só é possível com a distensão política, vai sendo tratada com as inócuas massagens da fisioterapia de um plano de desenvolvimento, em que o venturoso sr. Reis Veloso planeja e desenvolve a própria carreira, mas nem planeja nem desenvolve o país.

É certo que há uma efetiva vigilância moral, assegurada pela honradez austera do presidente Geisel. Pois, anteriormente, havia uma única distensão bem sucedida no país, que era a distensão moral, graças à qual as contas do ministério dos Transportes estão penando no Tribunal de Contas e as do doutor Delfim, não podem sequer ser apuradas, enquanto o ex-ministro da Fazenda engorda em Paris com o caviar do exílio de embaixador, repartido nos fins-de-semana com o dr. Roberto Campos.

Diante de tudo isto, não nos resta senão concluir com o presidente da República, na frase mais viva e mais dramática de seu recente pronunciamento: "Assim, Deus nos ajude."

"MAIS ISTO MUDA, MAIS É A MESMA COISA"

Com este provérbio francês o deputado Ulisses Guimarães, presidente do MDB, iniciou sua análise da fala do presidente da República transmitida no sábado, dia 31 de julho, pela televisão para todo o país. Por sua importância e para que seja conhecida em toda sua totalidade (só poucos jornais o fizeram), é que Crítica transcreve na íntegra, a seguir, a nota do dirigente da oposição.

"Confirmou-se o provérbio francês: 'mais isto muda, mais é a mesma coisa.' A fala presidencial, espero que momentaneamente, mudou a direção do trânsito. 'Distensão' não é o rumo para a democracia, mas a continuidade do AI-5, do decreto-lei nº 477, a inaceitabilidade da anistia. Surpreendidos pela inversão do sinal, os que pensavam que trafegavam para a liberdade ficaram na contramão e ameaçados de penas furibundas.

"O estado de direito passou a ser 'o chamado estado de direito', duas vezes apelidado: pelo 'chamado' e pelas aspas.

"Não é saudosismo, e sim dogma de existe democracia, forjado pela experiência dos povos, a verdade de que só existe democracia onde há divisão, separação e independência de poderes. Isto porque só o poder pode conter o poder. É a clássica e indimentada formulação, que levou Montesquieu a validamente advertir: 'Todo homem que detém o poder é levado a dele abusar'.

"Mil exemplos - as duas últimas guerras mundiais fornecem os mais trágicos - documentam o perigo do poder indiviso para a humanidade e para os cidadãos, exorcizados pelo genial girondino.

"No Brasil atual, o presidente da República exerce o poder executivo do e sobre o poder legislativo; dispõe dos poderes de cassar mandatos outorgados pelo povo; colocar em recesso o parlamento; proscrever 'ad aeternum' brasileiros da vida pública pela 'suspensão' de seus direitos políticos; legislar desimpedidamente nos hiatos congressuais por ele próprio decretados e pela via dos decretos-leis e da delegação legislativa; absorver praticamente a competência da iniciativa das leis; responder se e quando quiser, os pedidos parlamentares de informações ou não fazê-lo; e finalmente, se assim o entender, emudecer pela censura o Congresso e a discordância perante a nação. Ainda do e sobre o poder judiciário, acumula os poderes de cassar cargos e direitos políticos dos juízes, inclusive os do Supremo Tribunal Federal, subtrair da apreciação judicial procedimentos com base nos atos institucionais e complementares (art. 181 da Constituição Federal de 1969), bem como instâncias da segurança se suporem, anulando-o na espécie, o habeas corpus, em casos de violência, coação, prisões indeterminadas ou suas ameaças.

"Com a devida vênia, não se trata de 'reação dos poderes do Executivo', como denuncia o honrado chefe da nação, mas da devolução de competências alienadas a seus legítimos titulares ou da erradicação de institutos antidemocráticos.

"E quem os considera 'excessivos' não é somente a oposição, é o que universal e secularmente se entende como regime não do arbítrio unipessoal, mas da vontade geral da lei. Inclusive pela revolução, quando reiteradamente promete e adia o retorno à 'normalidade democrática'.

"O MDB tem diagnósticos e até formulações precisas, em seu programa, na campanha que tem desenvolvido, com o endosso da maioria do povo brasileiro após o testemunho de 15 de novembro. Em nome da oposição, convidai o governo e a Arena para um diálogo franco e de boa-fé, oferecendo ao debate teses e sugestões concretas para a reforma política, inexequível sem a reforma da Constituição de 1969. O conceito de 'ultrapassado' não pode atingir os regimes de países que lideram no mundo a economia, a justiça social, a cultura e a inteligência, coincidentemente nações democráticas.

"Foram aventadas concepções modernas, consubstanciadas em constituições recentes da França, Itália, Alemanha Ocidental, Japão, Suécia, além de outras.

"É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado do que o governo baseado na força.

"Se edificantes e recentes exemplos de outros povos não servem, se as propostas políticas da oposição são inaceitáveis e 'passadistas', o que presta então? Afirmem à nação e à oposição, mas afirmem. Quem quer o fim, dá os meios.

"Creio que desserve a todos a indefinição e hibridez que se arrastam por onze anos, o equívoco em que o país está metido, a perigoso caminho do impasse. Apesar do reconhecimento, tácito ou ostensivo, até por parte da situação, quanto à precariedade e autoritarismo do AI-5, do decreto-lei 477, da subalternidade do Legislativo e do Judiciário, da violação impune das liberdades públicas, há a obstinação pela permanência imprevisível dos instrumentos do arbítrio. A oposição recusa-se a crer que a imprescindibilidade do AI-5, mais do que necessária para combater a subversão, que se apregoa jugulada, se destine a conter artificial e compulsoriamente a situação social, que ainda não encontrou respostas justas e humanas por parte das administrações 'post' 1964.

"O recurso à ironia e a increpações pejorativas aos interlocutores que convocam para um diálogo essencial ao Brasil configuram formas de escapismo que não iludem nem convencem. Mesmo entre nós, no Estado Novo, a luta pela liberdade tinha invectivas do tipo 'voto não enche barriga' e 'a lei, ora a lei...', fácil versão atual para a 'a Constituição, ora a Constituição...'

"Pelo MDB falou, com a seriedade, coragem e equilíbrio que lhe são peculiares, o senador Roberto Saturnino, ao reiterar nossos compromissos com a democracia, registrados no programa e na ação partidária e parlamentar, advertindo, contudo, contra o risco do espantinho do comunismo estimular a ofensiva de repressão brutal e iníqua contra cidadãos, ressuscitar o 'macartismo' e a 'caça' às bruxas.

"A oposição, mais uma vez, comparece perante a opinião pública nacional e estrangeira para afirmar, com nitidez e sem subterfúgios: a revogação do AI-5 e reforma da Constituição de 1969 são premissas inafastáveis para a implantação do Estado de direito no Brasil. Assumindo a responsabilidade de prosseguir na luta, aguarda o diálogo, o escalonamento em etapas, se isso for requisito para a emancipação final, a proposta substitutiva de mecanismos de defesa do Estado, que não impliquem em irresponsabilidade e em ameaças à vida, à liberdade, à integridade física e ao patrimônio dos cidadãos.

"As eleições de 15 de novembro, a distensão na censura aos meios de comunicação e os contatos com o meio político, circunscritos à Situação, são etapas democráticas que o País deve ao presidente Geisel, brasileiro patriota e de bem.

"A oposição sabe que o poder sempre tem problemas com sua estrutura e com contradições internas. Sem a pretensão de procurador da História, para passar atestados em seu nome, o MDB, construtivamente, ainda não perdeu o alento de que o Governo Geisel nela ingressou pela estratégia final, apesar da frustração de alguns episódios, promotora do reencontro da Nação com o Estado.

Tal esperança desaconselha a oposição a dizer como Giordano Bruno, filósofo italiano do século XVI, frente à Inquisição e aos monarcas absolutistas da época: 'Que ingenuidade a minha, ao pedir aos donos do poder a reforma do poder'. Disse isso e nada mais disse. Porque foi queimado".

MDB DENUNCIA RADICAIS DE SC

Os métodos político-administrativos que presidem o comportamento do governador de Santa Catarina estão levando o Estado a um processo de radicalização que se divorcia, por inteiro, da orientação tantas vezes reiterada pelo presidente da República. Ali, o que se pretende, não é só o uso do poder para uma Arena contrariada pelo voto popular mas, e sobretudo, a ressurreição de velhas e ultrapassadas oligarquias que durante mais de meio século garrotearam as aspirações do povo barriga verde, impedindo o desenvolvimento a fim de prender a grande maioria num estágio de subvida para contento do mandanismo arbitrário.

O encontro realizado em Lages, na região da serra, de prefeitos e vice-prefeitos emedebistas catarinenses, de iniciativa do prefeito Juarez Furtado e do vice-prefeito Dirceu José Carneiro, com o apoio não só do diretório mas das lideranças locais nos seus mais variados setores, foi um acontecimento da maior importância para a vida política e administrativa do Estado, que transcendeu as previsões dos seus organizadores e a expectativa dos observadores isentos que para ali se deslocaram a fim de avaliar de como a oposição está se desincumbindo das funções executivas, no interior, funções essas que lhe foram conferidas pela legitimidade democrática do voto popular.

Durante dois dias, 2 e 3 do corrente, a princesa da serra, como é conhecida a cidade de Lages pelos catarinenses, ofereceu um marcante exemplo de vitalidade democrática e de amor à causa pública, debatendo os problemas político-administrativos em função dos executivos municipais do MDB, demonstrando concientização dos problemas que afligem a população e a responsabilidade do MDB nesse processo de desenvolvimento e de funcional aprimoramento político.

Para que se tenha uma idéia do que foi o encontro, basta assinalar que funcionaram, concomitantemente, quatro fóruns: o de prefeitos e vice-prefeitos, no Map Hotel, o de legisladores municipais na Câmara de Vereadores, o das mulheres no Hotel Lages e o da Juventude do MDB-SC, na Casa Paroquial. Outro fato é necessário assinalar: ali estiveram deputados estaduais, a começar pelo líder da bancada, deputado Murilo Canto, o senador Evilasio Vieira, o deputado federal Ernesto de Marco e lideranças partidárias de vários municípios, além de prefeitos, vereadores, representantes de diretório, da bancada e do diretório regional do MDB-RS, além do deputado Aldo Fagundes, representando o Diretório Nacional e o líder Laerte Vieira em exame amplo da emergência político-administrativa regional, num exemplo de arregimentação partidária que não se faz à sombra do Poder, propiciando uma troca de impressões e experiências que informam o debate para o consenso que, emergindo das bases, propicia a linha de conduta do partido, de acordo com as peculiaridades locais.

Aos que de outros cantos lá estavam e por isso mesmo não participantes diretos dos acontecimentos regionais, foi possível apreender, com isenção, o afastamento do go-



Pedro Ivo e Juarez Furtado: autonomia municipal desrespeitada

vernador dos objetivos de aprimoramento do regime democrático, num divórcio incontestável com a orientação do governo federal e com as normas de conduta que o presidente da República vem repetidamente aconselhando aos seus correligionários.

Resultados do encontro

Eis porque o encontro propiciou resultados altamente positivos, quer sob o ângulo administrativo e as responsabilidades do MDB, quer no que diz respeito a orientação política que os oposicionistas em funções executivas devem atender por via de um comportamento comum gerado pelo debate livre, de baixo para cima, das bases para a cúpula.

Exercendo o poder municipal em 21% das comunas catarinenses, que englobam mais de 40% da economia estadual e por volta de 50% ou pouco mais da sua população, tendo ainda ganho a eleição majoritária

elegendo o senador Evilasio Vieira, sente o MDB-SC, sob a presidência esclarecida e equilibrada do deputado Dejanir Dalpasquale e do apoio das suas lideranças, a responsabilidade que lhes pesa aos ombros na resposta aos desafios do desenvolvimento regional, ao lado da posição política que informa a ação administrativa.

Publicamos, na íntegra, o Documento de Lages, para que a nação conheça e possa avaliar a dimensão da luta do povo catarinense. O documento nívelou os municípios mais ricos como o de Joinville, cujo prefeito Pedro Ivo exerce uma liderança estadual, os de Blumenau e Lages, dirigidos respectivamente por Felix Christiano Teis e Juarez Furtado, líderes naturais do melhor conceito, às comunas mais pobres, onde o poder de pressão do governo estadual se faz mais atuante.

Todos eles, entretanto, igualaram-se nos debates e, o mais positivo, concordando em que a posição a ser tomada frente às pressões, discricionária e autoritarismo do governo do Estado, deveria ser comum, pois que não há lugar no MDB para a humilhante submissão à prepotência.

O Documento de Lages, amplamente debatido, resultou do consenso. Foi uma tomada de posição das bases municipais, o que honra a oposição na sua luta pela redemocratização do país. Nele se encontra, em termos sucintos, entretanto claros, denunciando o processo de radicalização política que o governo estadual adotou como norma de conduta, atrelando os interesses arenistas à ação administrativa, muitas vezes com tonalidades agressivamente demagógicas, tentando ressuscitar oligarquias sepultadas.

O encontro dos vereadores examinou o trabalho legislativo em nível municipal, num intercâmbio de experiências e impressões que levou a um denominador comum de atividade, sem esquecer as condições específicas de cada município.

No conclave das mulheres emedebistas o debate posicionou o seu papel na luta da oposição, quando várias palestras foram pronunciadas propiciando um lúcido exame do problema. Ao final, a presidência do encontro, que estava com o anfitrião, prefeito Juarez Furtado, foram encaminhadas as conclusões para análise e aprovação dos prefeitos e vice-prefeitos, o que foi feito. Dizem elas no documento: a) que vem sendo dificultada a continuidade e ampliação dos trabalhos de

assistência social pertinentes aos municípios, ora pela discriminação na distribuição de recursos estaduais, ora pela criação de órgãos paralelos pelo Estado que visam tão somente perturbar e que apenas teoricamente se voltam para o problema, tentando minizar a ação municipal na área; b) maior participação das mulheres tanto na organização partidária como na formação dos seus quadros; c) estimular candidaturas femininas a cargos eletivos; d) despertar, pela conscientização, a potencialidade feminina, tornando-a agente do processo e não objeto; e) real e efetivo relacionamento entre as mulheres dos legisladores em todos os níveis e dos dirigentes municipais, visando o melhor atendimento dos serviços estaduais e federais; f) aferimento das necessidades no setor da assistência social e estabelecimento de um justo processo seletivo; g) marcar uma reunião em Florianópolis, para dar seguimento às proposições aprovadas.

A juventude examinou e debateu as suas responsabilidades na participação do MDB, concluindo por solicitar dos dirigentes municipais apoio aos núcleos comunitários.

O encontro do MDB em Lages marcou, sem dúvida, uma posição partidária de inegável importância, cuja seqüência dar-se-á em 25 e 26 de outubro, com um novo conclave nos municípios de Urussanga e Içara, cujos prefeitos emedebistas são, respectivamente, Altair Giordani e José Antônio Dal-Toé.

Administração e Arena

O governador de Santa Catarina, Antonio Carlos Konder Reis, ofereceu a sua imagem, não só no plano regional, mas nos setores nacionais onde atuou, como cidadão lano, embora familiar e hierarquicamente ligado a uma das duas oligarquias regionais, antes antagônicas e hoje agrupadas à sombra da Arena. Desde a chefia do gabinete de João Cleofas, no ministério da Agricultura, antes de 64, ao mandato legislativo após a revolução, o atual governador se mostrava portador de predicados de educação política que o faziam credenciado ao exercício de funções que exigem trânsito para o diálogo democrático, sensibilidade apurada que informa um comportamento adequado às normas da educação política que conduz à convivência dos contrários. Esta imagem era reconhecida pelos comentaristas e repórteres que vivem o dia-a-dia da vida política nacional.

Pois bem: Antonio Carlos Konder Reis que se encontra nas funções de governador de Santa Catarina é outro. Como que uma transfiguração se processou e não se sabe ao certo a que se creditar transmutação tão radical. A educação politicamente democrática, cede o lugar a uma agressividade sem limites, no comando de um processo de radicalização que, pela discriminação, vem levando o estado a uma política de terra arrasada.

Causou-nos, realmente, espanto, o que ouvimos, não só no Encontro de Lages, como de jornalistas, professores de vários níveis, profissionais liberais, homens de todas as categorias sociais desvinculados da vida partidária. Também eles espantados pela nova imagem do político inquilino do palácio do governo. Dizia-nos um professor universitário, sem militância política, que não se sabe a que atribuir essa transformação, se aos últimos resultados eleitorais, com determinação popular de sepultar o mando oligárquico, se a influência do poder gerando no subjetivismo do governante desvios no comportamento político, num processo psicossomático que altera, perturba e distorce a orientação administrativa.

Para que se tenha a medida real do que está acontecendo em Santa Catarina no relacionamento entre o governador e as comunas do MDB basta que se alinham, nessa área, poucos fatos.

O governador determina convênios com municípios de determinada microregião, cujos prefeitos são arenistas. Estabelece o dia para assinatura dos convênios, numa cidade cujo município seja do MDB. Para lá se dirige com o seu séquito, sem nenhuma comunicação ao prefeito do MDB. Reúne os correligionários numa repartição estadual ou federal e ali assina os convênios, tendo sempre as lideranças arenistas ao seu lado, para os discursos e as fotografias. Ignora o dirigente municipal, tentando, assim, desmerecer



Evilásio Vieira, Francisco Kuster, Alvaro da Silva Dutra e Ambrósio Guesser: MDB em ação no encontro de Lages

as funções que o povo outorgou em pleito livre e soberano, e oferece os recursos somente aos dirigentes arenistas, como se os tributos não sejam oriundos de toda a população, como se a população emedebista também não pagasse os impostos a que são obrigados.

Tais fatos não ocorrem somente com os convênios estaduais. O prefeito de Lages, Juarez Furtado, encaminhando ao BNH um pedido de financiamento para obras municipais que após o devido exame do órgão foi deferido. Pois bem: o governador exigiu que a assinatura do contrato, em que o governo estadual não é parte, fosse realizada em sua presença no palácio, ao lado, como sempre, dos dirigentes arenistas, para a devida exploração demagógica do partido majoritariamente derrotado em Santa Catarina. Juarez Furtado lá não foi, porque o governador ignora o seu município no mapa do Estado, como, de resto, ignora todos os municípios dirigidos pelo MDB.

Em qualquer solenidade, de conclusão de curso universitário, de associações de classe, de sociedade filantrópica ou de mero aglutinamento social, sem nenhuma conotação política, em qualquer dessas solenidades que lhe é dado comparecer, o governador faz pronunciamento político arenista, agredindo o MDB, constringendo a todos.

Este, sem dúvida, não é o Antônio Carlos Konder Reis cuja imagem ficou no quadro nacional. O que lá se encontra, comandando todo um processo discriminatório que leva à radicalização política, é outro. Daí o espanto de quantos constatarem a triste realidade do Estado.

Vice-diferente

Fundindo num só corpo administração e Arena, pois para aquela só esta existe, o governo, pela lei complementar n.º 4, regulamentou as atribuições do vice-governador, numa subversão completa aos princípios constitucionais e às lições de

direito público que informam a matéria.

Por essa lei, o vice é um subordinado do governador, pois que lá se encontra no art. 3.º: "Ao Vice-Governador compete por ato do chefe do poder executivo" e então enumera em oito itens o que ele pode fazer por determinação do governador, desde a supervisão e orientação de empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades da administração, excluídos os organismos diretamente subordinados às secretarias de estado, até exercer a supervisão e coordenação do planejamento e do sistema de orçamento. Isso, por ato do governador, que o torna, assim, seu subordinado.

Interessante nessa lei, porém, é que o art. 5.º declara textualmente: "Assumindo o vice-governador, provisoriamente, a chefia do poder executivo, indicará, a seu critério, um ou mais secretários de estado, para responderem por suas atribuições". E no § único: "Passando o mandato

a seu legítimo titular, reassumirá o vice-governador as suas funções".

Quando da votação desta lei na Assembleia, o deputado Murilo Cantu, líder do MDB, fez declaração de voto contra a aprovação da lei, na qual, entre argumentos irrefutáveis, afirma "que o exercício de cargo de vice-governador constitui, por sua natureza, em expectativa constante e imprevisível de vir a ser, circunstância que impossibilita, até por pragmatismo administrativo, que ao mesmo sejam cometidas atribuições definitivas", concluindo por afirmar que "o MDB votou contra o projeto de lei complementar por tornar, nos estritos termos dos arts. 94 e 98 e § único, o vice-governador irresponsável administrativamente, pelos atos que pratica, haja vista que, somente o governador e os secretários de estado é que respondem perante a Constituição pelos crimes de responsabilidade".

Pelo visto, o estudioso de direito constitucional que emitiu tantos pareceres no Congresso, Antônio Carlos Konder Reis, não é intrinsecamente a mesma pessoa.

Até na reforma administrativa, que analisaremos em outra oportunidade, o governador cometeu, em termos jurídicos, um descompasso, ao consignar atribuições a um órgão naquela hora inexistente. Assim foi no art. 171, § 3.º: "As atribuições da Coordenação de Relações Públicas serão exercidas, mediante convênio, pela Dices - Companhia de Divulgação e Comunicação do Estado de Santa Catarina", cuja companhia só foi criada 24 dias após a promulgação da lei que lhe dava atribuições. De passagem: além dessa companhia, todos os órgãos estatais e paraestatais do Estado têm assessorias de divulgação, numa exuberante proliferação de cargos.

Renovação política

O princípio de que administrar é identificar prioridades foi modificada em Santa Catarina. Administrar, ali, é identificar o interesse da Arena. O governador já proclamou, no interior, que em primeiro lugar está a Arena. Dividiu o Estado em duas fatias e prescreveu de seu dever a assistência a municípios dirigidos por prefeitos da oposição.

Daí o processo de radicalização política, gerado por essa discriminação odiosa e incompatível com as regras do jogo político do governo federal.

Dizia-nos Francisco de Assis Kuster, representante de Lages na Assembleia, que começou trabalhando no 2.º Batalhão Rodoviário ali sediado, operário, e hoje participando da liderança da sua região no legislativo estadual, da importância do Encontro Lages diante da situação de Santa Catarina. "A reação dos prefeitos frente ao super poder estadual, - acrescentou - que vem se agravando a cada dia que passa, arrebatando dos municípios o pouco de autonomia que lhes resta, era um imperativo do momento político por que passa Santa Catarina. Creia que estamos unidos na luta pelas conquistas programáticas do MDB. Você viu prefeitos, vereadores, mulheres, jovens, operários, todos os seres da comunidade unidos contra os métodos políticos que hoje são empregados no meu estado. E não são esses métodos que irão ditar o comportamento do povo catarinense. A resposta, vamos ter nas urnas, que é o processo legítimo, e mais forte nos resultados do que foi a eleição passada".

A Arena, em Santa Catarina, por via do comportamento do governador, que se transformou no senhor todo poderoso do partido, da administração, do que estiver ao alcance da sua fértil imaginação, está provocando no Estado o ódio político, na tentativa de fazer ressurgir as oligarquias que a dominaram por mais de meio século. Ela, que é renovadora no nome, deu às costas ao presente e ao futuro e voltou-se para o passado que o povo já superou.

A renovação política que se processa ali, pelo MDB, na conscientização dos problemas que afligem o povo e no despertar a sensibilidade política do povo para o ideário oposicionista, é um testemunho de afirmação nos princípios democráticos. As lideranças da oposição e o povo estão concientes de que a desnecessária radicalização persegue rumos ultrapassados, de mandamismo e arbítrio, que não convêm com a democracia.

HUMBERTO ALENCAR

DOCUMENTO DE LAGES

Os prefeitos catarinenses do MDB, reunidos na cidade de Lages, dias 2 e 3 de agosto de 1975, resolvem, além de adotarem um documento básico do qual constam normas de comportamento comum, político-partidário e administrativo, levar a público as seguintes conclusões:

1. RELACIONAMENTO COM O GOVERNADOR NOMEADO

Diante de atitudes agravantes, às vezes até mesmo pessoais, que o chefe do poder executivo estadual vem dirigindo aos seus prefeitos do MDB e às suas comunas, firmam posição de que o partido e seus prefeitos adotarão atitudes recíprocas de respeito e dignidade para com ele.

Identificam certos comportamentos do governador nomeado, e de alguns de seus auxiliares, atitudes discriminatórias para com os municípios, dirigidos por prefeitos do MDB com evidente prejuízo para o povo catarinense, esquecendo-se de que grande parte da receita tributária do Estado advém exatamente destes municípios, onde os prefeitos foram livremente eleitos pelo povo.

Rejeitam minimização e a pequenez de atitudes, representadas por intrasigências personalísticas do governador nomeado, em impopulares atos protocolares incabíveis e desnecessários para despachos administrativos rotineiros.

2. RESPEITO À AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS

Verificam e repelem o procedimento de organismos estaduais, que, por má fé, intencionalidade, ou ignorância, vem exercendo pressões sobre pequenas prefeituras administradas pelo MDB com o objetivo de condicioná-las a atitudes incompatíveis com a dignidade do mandato popular, autonomia municipal e o interesse público.

3. PARTICIPAÇÃO JUSTA DO MUNICÍPIO NA RECEITA DO ICM

Constatam que o retorno aos municípios da cota constitucional de 20% do ICM vem sendo feito com evidente prejuízo para os municípios, face à imposição pelo governo do Estado das seguintes exigências:

a) - o Estado cobra uma porcentagem de 0,50% da cota parte dos municípios a título de administração. Entendem os prefeitos do MDB, porém, que sendo o Estado detentor da maior parcela (80%), a este é que cabe o ônus das despesas administrativas.

b) - o Estado sonega aos municípios a participação na cobrança de juros, multas e correções, relativas ao ICM, não efetuando por igual o cálculo do retorno sobre o total do ICM arrecadado, mas apenas sobre o saldo verificado, após retirar da contabilização os 10% opcionais ao Fundese.

4. IMPOSIÇÃO DE ENCARGOS AOS MUNICÍPIOS

Para a instalação de certos serviços do interesse do Estado e da União, é exigida a cessão por parte dos municípios de prédios, terrenos, móveis, pessoal, maquinário, combustíveis, alimentação e outros. Condenam estas exigências impostas pelo Estado, entendendo que cada esfera administrativa deve assumir os encargos de suas obrigações, com realismo e responsabilidade.

5. ASSESSORIA ESPECIAL AOS MUNICÍPIOS

Denunciam que o Estado mantém, há longos anos, na inatividade alguns organismos rotulados de "Assessoria aos Municípios", os quais na verdade só existem para fins de emprego.

Os municípios, principalmente os menores, necessitam urgentemente de uma real assessoria para a solução de problemas mais prementes, no atendimento a medidas administrativas, junto às repartições estaduais, federais e aos Tribunais de Contas.

6. LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS

Face o anacronismo da Lei Orgânica dos Municípios (Lei n.º 1.084), proclamam a necessidade e urgência na aprovação de nova legislação, que se encontra em discussão na Assembleia Legislativa.

CONCLUIMOS nosso artigo de sexta-feira última observando que a classe capitalista, proprietária dos meios de produção, não pode, sob pena de entrar em contradição com ela mesma, de negar-se a si própria, enquanto capitalista, promover a justa distribuição da riqueza. E observamos também que a classe trabalhadora, principal interessada nessa justa distribuição, embora seja, em tese, "o poder absoluto", por falta de consciência ideológica, de organização e de liderança, de fato e normalmente não o exerce, permitindo, assim, à classe capitalista, mesmo minoritária, manter-se no poder.

Perguntemos agora, ainda a propósito do mesmo assunto, e admitindo, apenas para argumentar, que a justa distribuição da renda se pudesse fazer na vigência do capitalismo, qual seria o critério que nos permitiria determinar a justiça na distribuição da riqueza, fruto do trabalho social. Não sabemos se d. Eugênio está informado de que apenas 0,2% da população ativa do Brasil ganha mais de 15.000 cruzeiros por mês, e de outros dados oficiais a respeito de estrutura ocupacional e de salários. Mas, voltando à pergunta, indagá-riamos se é justo que um capitalista, um "executivo", ganhe, por mês, o correspondente a 1.400 salários mínimos, quer dizer, ao trabalho de 1.400 seres humanos. É possível, é mesmo provável que d. Eugênio não ache justo que o referido "executivo" ganhe mensalmente tão vultosa importância. Mas, se não é justo que ganhe 1.400 salários mínimos por mês, pois ninguém precisa de tanto dinheiro para viver, quanto seria justo que ganhasse? A metade, a terça parte, a décima, a vigésima? Como determinar, com justiça, quanto deveria ganhar o "executivo" em questão?

NÃO é difícil perceber que essa determinação é impossível, pois não dispomos de critério algum que nos permita fazê-la. Sabemos que é injusto que ganhe tanto, mas não sabemos quanto seria justo que ganhasse. E, quanto aos bens, ao "patrimônio", fruto da aplicação dos lucros, encontraremos a mesma dificuldade. Imaginemos que o capitalista em questão tenha meia dúzia de casas para morar, uma dúzia de automóveis, dezenas de apartamentos alugados, milhares de ações e de títulos, etc. Que critério adotariamos para distribuir, com justiça, essa riqueza? Deixariamos o capitalista com duas casas apenas, um ou dois automóveis, a metade ou a décima parte dos apartamentos, e cinco por cento apenas das ações e dos títulos? A simples formulação da pergunta revela a sua falta de sentido. Mantido o sistema, não tem sentido algum falar em justa distribuição da riqueza, porque o sistema consiste precisamente, e por isso é capitalista, em promover a distribuição injusta da riqueza.

Verifica-se, assim, por uma espécie de redução ao absurdo, que só haveria um critério que permitiria promover a justa distribuição da riqueza social, o critério do trabalho. A cada um de acordo com o seu trabalho porque só o trabalho é criador de riqueza e só o trabalho deve ser remunerado. Ora, no sistema capitalista, ocorre precisamente o contrário: os que mais trabalham são os que menos ganham e os que menos trabalham, ou não trabalham, são os que mais ganham. Porque, o suposto trabalho dos capitalistas, a rigor, consiste apenas em vigiar, ou superintender o trabalho dos outros. E tanto é assim que, quando esses "executivos" se ausentam, ou viajam, o que frequentemente acontece, ou então morrem, o que também ocorre, pois embora sejam executivos nem por isso deixam de ser mortais, como os operários, as

O CARDEAL E O MARXISMO (II)

ROLAND CORBIER

suas empresas continuam funcionando como se eles não estivessem ausentes, o que prova não serem necessários, ou indispensáveis, mas superfluos. Na vigência do sistema, que existe em função do lucro, é impossível determinar qual é o lucro justo, pois os critérios do sistema não são éticos mas econômicos.

Mas, o cardeal ainda aponta, entre os "elementos válidos", comuns ao marxismo e à doutrina social da igreja, a reivindicação da "igual oportunidade de acesso aos bens comuns". Analisemos esse tópico e vejamos se é viável no contexto do capitalismo. Não sabemos se o cardeal já ouviu falar na "bioquímica do cérebro", nova disciplina científica que estuda, também, a estrutura e o funcionamento do cérebro em função da dieta alimentar. Pois bem, de acordo com essa nova ciência verifica-se que os seres humanos que até determinada idade, cinco ou sete ou oito anos, não foram devidamente alimentados, ingerindo as quantidades mínimas indispensáveis de proteínas, vitaminas, sais minerais, etc., padecem de uma deficiência crônica que os condena a irremediável inferioridade.

Ora, a dieta alimentar está em função da renda, a classe rica alimentando-se bem porque é rica, e a classe pobre alimentando-se mal, ou não se alimentando, porque é pobre. Devemos acrescentar, aliás, que as deficiências de nutrição, observadas na classe pobre, não são inauguradas pela atual geração, mas remontam às gerações anteriores, o que se torna hereditário, afetando os filhos antes do nascimento, na concepção e na gestação. Mesmo, portanto, que, na melhor das hipóteses, o sistema oferecesse, em matéria de ensino, por exemplo, as mesmas oportunidades a todos, tornando efetivamente gratuitos tanto o ensino primário quanto o secundário e o superior, os filhos dos pobres, portadores de carências hereditárias e adquiridas, não poderiam aproveitar essas oportunidades na mesma proporção em que as aproveitam os filhos dos ricos, que não sofrem das referidas carências.

EM SUA edição do dia 24 de julho último, o Jornal do Brasil publicou matéria intitulada "Psicóloga defende tese de que criança rica aprende mais depressa que a pobre". Segundo a professora paulista, que aborda o problema do ponto de vista da psicologia e não da bioquímica do cérebro, as crianças das classes pobres "fracassam sempre na escola regular" porque já a primeira série do currículo do 1º grau supõe uma série de informações que só os filhos dos ricos podem ter. De acordo com pesquisas

feitas em São Paulo, que, como se sabe, é o Estado mais desenvolvido da Federação, "uma criança pobre de seis anos mal pode alcançar o mesmo rendimento de uma criança rica de quatro anos". A pesquisa, mencionada pela psicóloga paulista, ainda indica que as crianças "culturalmente marginalizadas", em consequência da pobreza, constituem 60% da população entre zero e seis anos de idade. O desnível entre as crianças ricas e pobres, segundo a professora, aumenta com a idade, e o "deficit acumulativo" se agrava porque "a escola não consegue compensar as deficiências que a criança já traz de casa".

Em que poderia consistir, portanto, a igual oportunidade de acesso aos bens comuns que, aliás, não são comuns, se a maioria dos pobres é portadora dessas carências, hereditárias e adquiridas, que a coloca em situação de irremediável inferioridade em relação à minoria dos ricos? Acesso a que bens? A saúde, à alimentação, à moradia, à instrução, à cultura, ao conforto, etc? Mas, se o acesso a esses bens, que por isso mesmo que deveriam ser não são comuns, é proporcional à renda das diferentes classes sociais, como pretender que essas classes, de rendas tão desiguais, tenham a mesma ou igual oportunidade de acesso aos bens que, só nas palavras, são comuns? Se a minoria dos ricos, independentemente do trabalho e do mérito pessoal, já nasce instalada no uso e no gozo desses bens, e a maioria dos pobres nasce no casebre, no barraco ou no mucambo, privada do mínimo necessário para ter acesso aos supostos bens comuns que, na realidade não são comuns, mas próprios das classes ricas? Para que houvesse igual oportunidade, seria necessário que todos nascessem ou no palácio ou no casebre, o que evidentemente não ocorre.

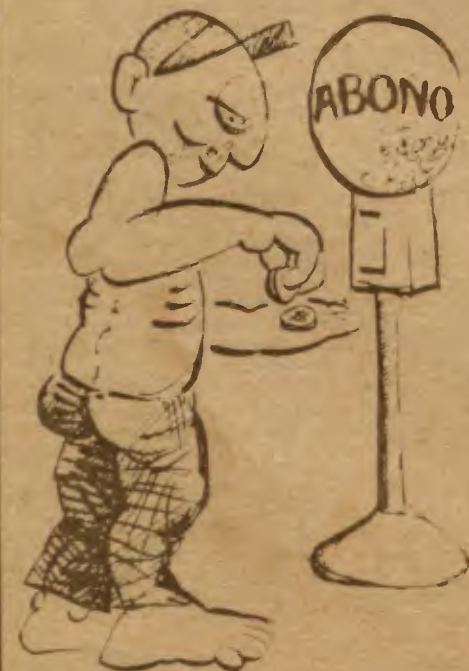
O cardeal aponta, ainda, como último "elemento válido", comum ao marxismo e à doutrina da igreja, a "luta pela justiça". O cardeal tem razão, mas de que justiça se trata e a que luta se refere? D. Eugênio observa, a propósito das coincidências, e repetindo o que já havia dito com outras palavras, que o marxismo "contém vários aspectos de uma visão evangélica, como a dimensão social da propriedade, a socialização, a condenação das injustas desigualdades, a luta por oportunidades para todos, contra a opressão no campo econômico". Nessas coincidências, nesses pontos comuns, encontra-se, segundo o cardeal, "a explicação do atrativo que essa filosofia (o marxismo) exerce, infelizmente, sobre não poucos, até mesmo sacerdotes, especialmente mais jovens". Mas, é estranho que não

ocorra ao cardeal perguntar, pois essa é a questão, por que, se as reivindicações que aponta não são monopólio do marxismo, mas, ao contrário, são comuns ao marxismo e à doutrina da igreja, por que é o marxismo e não a doutrina da igreja que exerce tão grande atrativo, inclusive sobre sacerdotes, especialmente mais jovens? Se esses sacerdotes mais jovens já encontram, na doutrina social da igreja, as mesmas teses, as mesmas reivindicações do marxismo, por que as procuram no marxismo? Na hipótese proposta por d. Eugênio, a atração exercida pelo marxismo, inclusive sobre os sacerdotes, seria inexplicável.

O cardeal parece esquecer-se de que, independentemente de sua eventual sobrenaturalidade, que é objeto de fé, a igreja é uma realidade histórica que, a partir de certa época, desde o século IV e a conversão de Constantino, se tornou instituição oficial. Institucionalizada, oficializada, a igreja já conviveu com o feudalismo e com a servidão, da qual propôs a justificação ideológica, como se pode verificar na obra de seu maior teólogo, Santo Tomás de Aquino. Depois da revolução francesa, a igreja passou a conviver com a burguesia e o capitalismo, jamais contestando frontalmente o fundamento do sistema, isto é, a apropriação privada dos meios de produção. A pretexto de pairar "acima de todas as ideologias", a igreja tem homologado, por omissão ou expressamente, as ideologias da classe dominante, adotando, quando muito, uma posição timidamente reformista que, na realidade, é mais conservadora do que o próprio conservadorismo, porque deixando o sistema intacto, em relação ao essencial, o torna apenas menos insuportável.

O QUE ocorreu, ao longo da história, é que a igreja, tornando-se aristocrática, proprietária e conservadora, deixou de representar o espírito do cristianismo, explicando-se por sua decadência e sua corrupção, ao fim da Idade Média e ao longo do Renascimento, a Reforma luterana, por exemplo. Ora, se a igreja tem convivido, harmoniosamente, com o capitalismo, que, de todos os sistemas, é o mais materialista, não teórica mas praticamente, na medida mesma em que converte tudo em coisa, em objeto, em mercadoria, inclusive o trabalho, que é a essência do ser humano, e faz do dinheiro o absoluto, porque não poderia conviver a igreja com o socialismo que apresenta, segundo o próprio cardeal, tantos pontos comuns, e fundamentais, com a doutrina da igreja, inclusive como vimos, a própria socialização? Se até mesmo sacerdotes, e especialmente os mais jovens, ainda não entorpecidos pela rotina e pelo cansaço, são tão atraídos pelo marxismo, talvez o fato se explique porque não encontram na doutrina social da igreja o que encontram no marxismo, isto é, a teoria e a prática da efetiva transformação do mundo.

O que nos parece utópico, por parte do cardeal, é imaginar que, inflando "junto aos homens que possuem parcela de decisão" possa provocar uma "mudança de mentalidade" desses homens, detentores dos "recursos que podem elevar na ordem econômica seus irmãos". O socialismo científico representa a superação histórica do socialismo utópico precisamente porque não espera que o socialismo seja realizado por iniciativa das classes dominantes, convertidas por motivos éticos ao ideal socialista. Se há uma lição da história, é, sem dúvida, a de que as classes dominantes, detentoras dos privilégios, jamais abrem mão, espontaneamente, desses privilégios, motivo pelo qual a emancipação das classes trabalhadoras, oprimidas e espoliadas, não tem sido fruto da caridade dos ricos, mas resultado da luta, do combate das próprias classes trabalhadoras.



WAGNER



Nei Lopes:
de como fazer
política
com os cofres
públicos

RIO GRANDE DO NORTE

NÚMEROS DO ESCÂNDALO NEI MORENÃO

O problema do descalabro administrativo nas empresas estatais no Rio Grande do Norte, fruto da corrupção política que ali se alastrou a fim de financiar a eleição de candidatos arenistas, assume proporções alarmantes na Cosern, defraudada em milhões para eleger Nei Lopes, conforme Crítica divulgou em números anteriores. O escândalo que levamos ao conhecimento público foi afinal constatado, de modo insuspeito e irretorquível, na assembléia de acionistas convocada pela empresa.

A ata da assembléia, já publicada, a ela incorporada o parecer da auditoria especializada, vale como corpo de delito que não admite sofismas ou desmentidos, a expor a opinião pública até onde a audácia da irresponsabilidade administrativa a serviço da corrupção política se dispôs a ir.

Realizada em 16 de julho, a assembléia colocou a descoberto toda uma série de fatos que levou a Cosern a uma deterioração total, identificando as facilidades de uma administração irresponsável que, ao invés de pautar a conduta no interesse dos seus objetivos que correspondem ao processo desenvolvimentista do Rio Grande do Norte, no setor da eletrificação, mudou os rumos para esbanjamento de recursos que propiciassem eleições de candidatos oficiais.

Na crista dessa onda ilimitada de corrupção — todo mundo já sabe e Crítica já comentou — encontra-se o deputado Nei Lopes de Souza, ex-diretor comercial da Cosern, cuja eleição foi financiada pelos favores da empresa de que fazia parte e cujo mandato, em consequência, se encontra manchado pela ilicitude dos recursos a ele consagrados. Daí a razão porque no Rio Grande do Norte este deputado já foi popularmente batizado como Nei Morenã e o problema da Cosern como Caso Morenã, numa alusão ao chamado Caso Moreno de Pernambuco.

De início, os acionistas tomaram conhecimento de um documento que recebeu o nome de "Exposição da atual diretoria", empossada em 17 de março deste ano, que é um relato isento, porém contundente pelos números que enuncia, da situação da companhia. Ali se verifica que a nova diretoria logo ao

tomar posse, reuniu-se em AGE porque recebera a informação, no ato da posse, "de que o balanço geral da Cosern, referente ao exercício de 1974 ainda não havia sido concluído, não se tendo processado, portanto, a prestação de contas correspondente, de que trata o art. 98 do Decreto-lei das S.A."

As razões do atraso, segundo informações prestadas à nova diretoria, estavam no fato dos auditores — Arthur Anderson & Cia — responsáveis pelo exame do aludido balanço não concluírem seu trabalho, em decorrência de restrições feitas no tocante à exatidão de diversas contas, citando, entre elas, as de almoxarifado, contas a receber, contas a pagar — fornecedores, convênios, obras em andamento e bens e instalações. E diz a ata da AGE: "A seguir, o diretor comercial propôs, como orientação básica, inicial e imediata, a realização de um contacto com os auditores já referidos, objetivando a conclusão dos seus trabalhos e consequente levantamento do balanço de 1974, bem como a elaboração de um diagnóstico global da real situação da Cosern, a fim de que a diretoria pudesse aferir o funcionamento dos diversos órgãos, compromissos e créditos da companhia, bem como a potencialidade do seu quadro de funcionários e, conseqüentemente, delinear um plano de trabalho eficaz, com vistas a sanar as deficiências e falhas existentes."

Ainda diz a ata da AGE: "De posse dos diagnósticos setoriais e, em alguns casos, dos correspondentes prognósticos, tivemos a oportunidade de observar, ainda que precariamente, a difícil situação da Cosern, caracterizada, à primeira vista, na delicada posição econômico-

financeira: no atraso e imprecisão dos serviços contábeis; no excesso e má locação de funcionários e na inadequada estrutura administrativa."

Quadro estorrecedor

O documento da diretoria enfatiza então para os acionistas a posição dos vários setores da empresa e números globais, que integram um quadro estorrecedor. Acentuando que os elementos apresentados deveriam servir para uma análise à primeira vista do que estava ocorrendo na Cosern, diz ele:

• **Delicada posição econômico-financeira.** O relatório da Superintendência da Contabilidade, "Análises e Estudos Econômicos", elaborado em fins de março de 1975, depois de ressaltar a existência de várias contas com saldos irregulares, comentando, para a maioria deles, os diferentes motivos, forneceu, entre outros dados e elementos, um balanço preliminar para 31 de dezembro de 1974, no qual se podia verificar o prejuízo de, cerca de Cr\$ 2.265.000,00. Já em abril de 1975, na primeira revisão desse balanço, o prejuízo era superior a Cr\$ 5.500.000,00.

O relatório da Superintendência Financeira, também preparado no final de março de 1975, apontou, entre outras, uma dívida para com cerca de 400 fornecedores, inclusive da Chesf e a Saelpa, ambas supridoras de energia elétrica para revenda, pela Cosern, da ordem de Cr\$ 18.500.000,00, representados por 1.100 títulos, sendo que Cr\$ 16.400.000,00, aproximadamente, se encontravam vencidos. Mencionou, outrossim, que

havia sido sacado das contas bancárias vinculadas, para finalidades estranhas à execução de obras previstas nos convênios, firmados com a Sudene e com o Inbra, aproximadamente Cr\$ 1.951.000,00, total este que deve ser repostado àquelas contas, para efeito de regularização das mesmas.

• **Excesso de funcionários.** As estatísticas levantadas pelo Dnaee, do Ministério das Minas e Energia, para as empresas de eletricidade da região nordeste, apontam como razoável a relação consumidores/empregados na ordem de 111/1. A relação encontrada era de 68/1, aproximadamente.

Diante de tal calamidade, os auditores comunicaram à diretoria que não havia tempo suficiente para conclusão dos trabalhos dentro dos prazos legais. A diretoria autorizou aos auditores e ao órgão responsável pela contabilidade, a prosseguirem nos trabalhos até a conclusão regular, uma vez que do levantamento geral do balanço de 1974 dependeria o atendimento de outras obrigações, junto ao Dnaee, Eletrobrás, Secretaria da Receita Federal, sobre o imposto de renda, Sudene, Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos.

Auditoria

"Apesar de todo o empenho nesse sentido", adianta o documento da diretoria, "o balanço somente foi levantado por volta do dia 15 de maio deste ano". Os auditores Arthur Andersen & Cia. exararam em 20 de maio um parecer sobre o balanço, declarando que não tiveram condições de concluir os trabalhos satisfatoriamente. E dizem eles no parecer: "O controle interno na área da imobilizado deteriorou-se no exercício de 1974 a ponto de não oferecer a segurança necessária para podermos formar uma opinião sobre a adequação dos valores contabilizados nesta área. As principais falhas de controle por nós notadas foram: a) a contabilidade não recebe os elementos necessários para contabilizar todas as transações havidas naquelas contas; b) não está sendo efetuada uma análise dos custos contabilizados das obras, a fim de determinar a razoabilidade dos mesmos; c) a falta de controle contábil na área de almoxarifado tornou impraticável determinar o movimento de material entre o imobilizado e almoxarifado devidamente contabilizado."

A respeito do exame na área de contas a receber e devedores diversos, dizem os auditores que tiveram as seguintes limitações: a) não obtiveram resposta dos devedores aos pedidos de confirmação de saldo de contas a receber, totalizando aproximadamente Cr\$ 4.700.000,00, correspondente a 65% em valor dos saldos circularizados; b) os controles sobre as contas a receber do interior, no valor de Cr\$ 3.210.892,00, deterioraram-se significativamente em 74 e não obtiveram informações da Cosern que permitissem formar uma opinião sobre a adequação das mesmas.

Afirma, ainda, o parecer dos auditores, "O controle interno na área de estoques deteriorou-se no exercício de 1974 ao ponto de não oferecer a segurança necessária para podermos formar uma opinião sobre a adequação dos valores constantes do balanço levantado em 31 de dezembro de 1974. As principais falhas notadas foram as seguin-

tes: a) os controles sobre as entradas e saídas de materiais não são adequados para assegurar que todo o movimento seja registrado corretamente na contabilidade; b) as contagens físicas dos estoques efetuados em 30 de setembro de 1974 não puderam ser concluídas satisfatoriamente devido à precariedade dos procedimentos adotados e dos controles mantidos pela companhia; c) em 31 de dezembro de 1974, a companhia tinha estoques excessivos em relação à previsão de sua utilização. Não foi apurada a quantidade excessiva de estoque e nem o seu valor no mercado".

A seguir aponta ainda uma série de irregularidades que impossibilitou o seu trabalho, concluindo: "Considerando a significação dos assuntos comentados, não temos condições de formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Cosern levantadas em 31 de dezembro de 1974".

Ressalta então a diretoria que a despeito do parecer dos auditores, o balanço, mesmo precário ou impreciso, confirma a delicada situação da Cosern, diante da grandeza do prejuízo da ordem de Cr\$ 6.054.337,24, apontado na demonstração da conta de resultado, o volume de materiais consignado na conta almoxarifado, superior a Cr\$ 18.200.000,00, equivalente a cerca de 12,5% do total do ativo imobilizado, quando a legislação fixa o percentual máximo de 3%, e o elevado grau de endividamento, a curto e longo prazo, da ordem de Cr\$ 109.504.469,60, com um total vencido em 1974 da ordem de Cr\$ 23.124.291,24.

Diante de tais fatos, a AGE nomeou uma comissão composta de Humberto Nesi, Francisco Dantas Guedes, Carlos José da Silva, "para promover uma ampla análise sobre as contas e balanço aludidos, apontando as irregularidades, omissões e outros atos lesivos aos interesses sociais, eventualmente verificáveis quando da realização da mencionada análise, inclusive a responsabilidade de quantos encontrados em culpa", além de contratar a mesma firma de auditores para assessorar essa comissão.

Desconfiança

Os fatos apontados, entretanto, diante da gravidade de que se reveste e do elo que os liga à luxuosa e sofisticada campanha eleitoral do seu ex-diretor comercial, deputado Nei Lopes de Souza, estão a merecer um amplo levantamento que resguarde a autoridade do poder público. É negável, quanto a esse levantamento amplo e ao elo que une a Cosern à campanha eleitoral, que a responsabilidade da restauração da moralidade administrativa recaia, afinal, sobre os ombros do governador Tarcsio Maia, em cuja honestidade pessoal todo mundo confia.

A opinião pública do Rio Grande do Norte, que confia no governador e lhe credita os predicados de honradez pessoal que não se deixa envolver nas tramas de pressões e contrapressões que tentam acobertar a imoralidade administrativa, aguarda, entretanto, com certa desconfiança o desfecho do escândalo, temendo, como se propala no Estado, "que tudo fique por isso mesmo", levando num mesmo barco a autoridade administrativa e os interesses coletivos.

A LUTA CONTRA O TEMPO

O futuro político da Espanha é uma incógnita, mas os observadores são unânimes em pelo menos dois pontos: 1) o país está à beira de uma séria transformação; 2) essa transformação será mais brusca, violenta e radical na medida em que for protelada. Em suma: quanto mais cedo se processarem as mudanças que o país reclama, maiores serão as possibilidades de abertura para um regime centrista, no estilo ocidental europeu. O tempo é o fator principal para uma avaliação do desfecho do problema espanhol. Reformas já, ou revolução mais tarde.

O descontentamento com o regime é crescente, aumenta numa progressão muito rápida e já atinge os três principais pilares de sustentação do franquismo: o clero, o exército e os empresários. As greves se alastram, envolvendo, a cada dia, maior número de trabalhadores. As donas-de-casa desafiam a repressão e vão para a rua protestar contra o custo de vida. As universidades fervem de agitação política e são freqüentemente fechadas. Militares são presos, acusados de se reunirem na clandestinidade para conspirar contra o regime. Os padres, obrigados por lei a fazerem orações diárias pelo generalíssimo, rebelam-se abertamente e muitos deles partem para opções de extrema esquerda. Ministros e altos funcionários do governo são afastados, sob acusação de excesso de liberalismo. Todos estes sintomas são bastante claros para o diagnóstico do quadro clínico espanhol: o país exige mudanças que poderão ser pacíficas, se promovidas com urgência; ou terrivelmente sangrentas se deixadas para depois.

Olhado através de um prisma histórico, o problema espanhol oferece uma conclusão evidente: a guerra civil ainda não acabou. Ela está latente. Alguns analistas chegam a afirmar que nos 36 anos de franquismo a Espanha descansou - e agora, no ocaso do franquismo, os espanhóis começam a somar forças e se preparam para o desfecho final. O desfecho poderá ser suave, mas poderá também ser um ajuste de contas tão cruel quanto o foi o tremendo massacre de 1936/39.

O velho e o breve

Se estivesse em jogo apenas a vontade de Francisco Franco - e ele pensa que é assim - as coisas seriam fáceis e tranquilas. O testamento político do generalíssimo seria cumprido ao pé da letra quando o velho caudilho descansar em paz - se é que isto lhe será possível. O espírito ditatorial de Franco é de tal ordem que ele já programou o futuro espanhol para depois de sua morte. Determi-

nou que a Espanha voltará a ser uma monarquia e designou seu sucessor - em nível de monarca - o príncipe Don Juan Carlos de Bourbon y Parma. Até aí tudo bem - se contasse apenas a vontade de Franco.

Mas há muitos outros fatores em jogo, além da vontade de um homem. Vontade essa que dificilmente será cumprida. O príncipe Don Juan já ganhou um apelido entre os espanhóis: Juan Carlos, o Breve, numa alusão direta ao pouco tempo que ele deverá permanecer no trono, se subir a ele.

O exército espanhol ainda não decidiu que rumos seguirá o país na era do pós-franquismo. Mas já decidiu que a ditadura não será perpetuada. Ela é tolerada por enquanto, na esperança de que a morte do caudilho - já com 83 anos - venha a facilitar as coisas. A última pá de terra que cair sobre o ataúde de Franco, no Vale dos Caídos - onde ele pediu para ser sepultado - estará sepultando também a ditadura que governou o país por mais de uma geração. Pouco se conhece das tendências políticas dos militares espanhóis. Sabe-se que não têm o grau de politização dos militares portugueses, mas deles recebem marcante influência. Qualquer hipótese sobre o pós-franquismo terá de levar em conta a tendência do exército.

Recentemente, pouco antes da visita do presidente Gerald Ford a Madri, os famosos institutos de pesquisa de opinião e a imprensa dos Estados Unidos preocuparam-se em fazer um demonstrativo das tendências políticas reinantes entre os militares espanhóis. Mesmo enfrentando as reservas e temores naturais numa sociedade altamente repressiva, os grupos de pesquisa conseguiram compor um quadro nada favorável ao franquismo, especialmente no exército.

A média dos números publicados pela imprensa norte-americana indica que apenas de 10 a 15 por cento dos oficiais são franquistas fanáticos e leais. Leve-se em conta que nes-

sa porcentagem estão incluídos muitos generais, ex-companheiros de campanhas do generalíssimo, mas hoje sem funções diretas de comando e, portanto, em termos de força militar, totalmente inexpressivos.

A monarquia é o sistema político mais popular entre os oficiais do exército espanhol. Mas aí surge uma dificuldade de análise, porque os monarquistas espanhóis se subdividem em correntes distintas e inconciliáveis. Vale sublinhar que os desentendimentos entre os monarquistas começam dentro da própria família real. O príncipe Juan de Bourbon, conde de Barcelona, herdeiro legítimo na linha de sucessão do trono espanhol e um crítico azedo do franquismo, contesta abertamente a designação do seu filho, o príncipe Juan Carlos, para a sucessão de Franco. Há uma terceira corrente, a dos carlistas, saudosos de um regime que vigorou no século 19. A pesquisa dos institutos especializados aponta uma porcentagem de 45 a 50 por cento dos oficiais como favoráveis à monarquia, mas distribuídos entre as três correntes de pensamento monárquico.

As forças em jogo

Supondo um máximo de 65 por cento para os monarquistas e franquistas, restam 35 por cento de oficiais, que segundo as pesquisas, são republicanos, liberais, esquerdistas moderados, não faltando uma considerável proporção de simpatizantes da extrema esquerda.

Há poucos dias, foi noticiado que o governo espanhol mandou investigar a existência de um grupo autodenominado União Democrática Militar, ideologicamente afinado e politicamente articulado com o Movimento das Forças Armadas de Portugal. O grupo reúne mais de mil oficiais do Exército e seu objetivo imediato é o afastamento de Franco do poder.

Há várias outras peças em jogo no tabuleiro de xadrez espanhol. Há um poder sindical que se fortaleceu na clandestinidade e que se prepara com vistas a uma dura luta de reivindicações: salariais e políticas. Há um Partido Comunista organizado e infiltrado, com longa e dura experiência de lutas clandestinas e - como em Portugal - preparado para acionar a qualquer momento sua máquina política. Há descontentes de todos os matizes, da extrema esquerda anarquista à extrema direita monarquista, unidos em pelo menos três amplas frentes de luta sob o mesmo lema: morte ao franquismo. Uma dessas frentes leva o nome de Junta Democrática Espanhola e se reuniu, recentemente, no México, único país que até hoje não reconheceu o regime de Franco e que até hoje reconhece como legítimo o governo republicano no exílio.

Para se ter uma idéia da amplitude dessa Junta Democrática Espanhola, basta examinar os três principais nomes de sua composição: Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista Espanhol; José Vidal, dirigente de um dos mais combativos setores socialistas; e Rafael Calvo Cerer, dirigente dos Monarquistas Liberais, corrente monarquista a que pertence don Juan de Bourbon, pai e inimigo político de don Juan Carlos de Bourbon y Parma,

futuro rei da Espanha (?) escolhido por Franco.

Na reunião do México, a Junta Democrática deixou claro seu objetivo: derrubar o franquismo, de preferência por meios pacíficos. Mas já não é segredo para ninguém, que os comunistas espanhóis estão articulando uma série de greves, que deverão culminar com uma greve geral. Esse movimento, combinado com outros tipos de ação política - não excluindo a violência - assinalaria o início da derrubada do franquismo.

Impossível falar na luta contra Franco sem citar os bascos. São mais de dois milhões de pessoas, ocupando as três províncias bascas da Espanha e com um fortíssimo denominador comum: o separatismo, o desejo de se estruturarem numa nação basca. Este sonho de nacionalidade levou os bascos a se revelarem dentre os melhores combatentes da guerra civil.

As promessas de independência levaram-nos a combater com toda intrepidez e valentia ao lado dos republicanos. Tradicionalmente católicos mas frustrados em suas ambições de independência, os bascos se voltam agora para opções políticas extremadas, decididamente marxistas, das quais a expressão mais violenta é a ETA - organização extremista cujo nome é formado das iniciais, no idioma basco, das palavras Pátria e Liberdade.

Do lado direito

Os triunfos de Francisco Franco são poucos, embora alguns deles funcionassem com eficiência se as cartas fossem mostradas agora. Pouco seguro em seus pilares de sustentação - o exército, o clero e o empresariado - o franquismo aperfeiçoou um quarto pilar. A polícia espanhola é bem equipada, tem grandes efetivos e é muito bem cuidada do ponto de vista ideológico. A maioria da polícia espanhola é constituída de falangistas e franquistas radicais. Mas como a unanimidade não é absoluta, os expurgos são freqüentes. A Guardia Civil, que teve tão destacada atuação durante a guerra, ao lado de Franco, continua franquista, mas nem tanto. Já foi denunciada algumas vezes como infiltrada de comunistas ou elementos que fazem o jogo duplo.

O franquismo conta ainda com os camponeses. Religiosos e anticomunistas, cerram fileiras em torno do generalíssimo. Mas se reduzem a cada ano em número, com a evasão para as cidades, onde se tornam operários e se politizam.

Vale citar, "en passant", como o apoio de Franco a Opus Dei - uma sociedade secreta, católica e fanática, que reúne membros da mais fina aristocracia espanhola. Seu tipo de atividade lhe valeu o apelido de maçonaria branca. São cerca de dez mil servidores, dispostos a tudo pelo franquismo. Na América Latina encontraria organizações correspondentes em associações do tipo TFP.

Espanha e Portugal

Quando o salazarismo caiu em Portugal, surgiu a hipótese de um "domínio ibérico" - a



Franco: baionetas e sangue contra eleições hipócritas

Espanha seguiria os mesmos passos, como desdobramento quase natural da revolução dos cravos vermelhos. Há muito de engano nesta hipótese. Apesar dos existentes e evidentes paralelos históricos, são poucos os paralelos políticos entre os dois países. A vizinhança geográfica e o caráter tremendamente opressivo do salazarismo e do franquismo levam, com frequência, a uma conclusão de analogia entre os desfechos na situação dos dois países. Mas as peculiaridades políticas deverão levar Espanha e Portugal por caminhos diferentes — embora esses caminhos possam ser paralelos e, a médio ou longo prazo, convergentes.

Vamos examinar as particularidades. A política, como atividade até mesmo passiva, sumiu de Portugal desde 1929, quando se consolidou o salazarismo. Toda a movimentação relacionada com política foi abolida e ilegalizada há quase meio século. A transição para o salazarismo foi indolor — não houve guerra civil, não houve massacres, houve, apenas, uma absorção progressiva de poder.

Na Espanha, a política não morreu, embora tenham morrido um milhão de políticos. O horror da guerra, a brutal repressão que se seguiu à instauração do franquismo, são fatores que fizeram renascer e reestruturar a consciência política dos espanhóis. Milhares de espanhóis no exílio continuaram a luta política, de fora para dentro, movimentando a opinião pública mundial para o drama espanhol e conseguindo ressonância interna, apesar da impermeabilidade com que Franco tentou proteger a mentalidade da população.

Temos aí um ponto de contraste relevante entre os dois países: Portugal, até o 25 de abril, tinha uma população totalmente despolitizada, que se viu atônita, despreparada e incompetente para o exercício da política, no pós-salazarismo. A Espanha, pelo contrário, tem uma população altamente politizada e parcialmente militante, em grupos clandestinos de vários matizes ideológicos, apesar da proibição expressa da existência de partidos políticos. O único partido com existência legal é o Movimento, nome atual da Falange Espanhola, fundada por José Antonio Primo de Riveram, em 1933.

Outro ponto de confronto: o exército português suportou uma guerra colonial de treze anos, desdobrada em três frentes — Angola, Guiné e Moçambique. Essa guerra exauria os cofres do país, sacrificava milhares de jovens portugueses e humilhava duplamente o exército. Primeiro, porque os soldados portugueses não conseguiam vitórias militares contra os guerrilheiros negros; segundo, porque não viam sentido na guerra colonial, que consumia 52 por cento da receita da nação. A crescente perda de efetivos nos campos de batalha da África levou o exército português a recrutar pessoal nas universidades — único setor onde a atividade política era exercida em massa, apesar da repressão. Concluindo: de tanto lutar contra as idéias do inimigo, os militares portugueses terminaram por absorvê-las. Daí a origem do acentuado esquerdismo do MFA.

Sem colônias para manter, sem guerras externas para enfrentar, não coube ao exército espanhol maiores oportunidades de politização. Manter a ordem interna, preservar de dentro a segurança nacional

tem sido a principal tarefa dos militares espanhóis durante os 36 anos de franquismo. Rejeitadas pelos próprios países membros da Otan, as forças armadas da Espanha não tiveram chances de um relacionamento internacional, o que acentua ainda mais seu isolamento.

Chegamos a um segundo ponto de distinção entre os dois países: Portugal tinha um exército politizado, ideologicamente trabalhado na clandestinidade. A Espanha tem um exército conservador, muito vago em idéias e tendências políticas, muito distante, portanto, do que seria um razoável grau de politização.

As distinções políticas abrangem, inclusive, os comunistas ortodoxos — forças inegavelmente expressivas nos dois países. O Partido Comunista Português situa-se abertamente numa linha stalinista, numa linha dura que procura sufocar a liberdade de imprensa, a liberdade de opinião e o pluralismo ideológico e partidário. O Partido Comunista Espanhol afina-se bem mais com o PC italiano. O PC de Álvaro Cunhal apoiou sem restrições — ainda na fase de clandestinidade — a invasão da Tcheco-Eslováquia pela União Soviética. O PC de Santiago Carrillo (Espanha), aliado ao Partido Comunista Italiano, condenou publicamente o afogamento em sangue da Primavera de Praga. E agora, durante o desdobramento do problema português, Santiago Carrillo não tem poupado críticas e restrições ao grisalho Álvaro Cunhal.

Caminhos diferentes

Mais importantes que as distinções de ordem política, as particularidades econômicas situam Espanha e Portugal em planos diferentes. A estabilidade econômica — que já não é tão estável assim — tem sido uma das bandeiras do franquismo para apregoar o seu sucesso. A Espanha tem hoje uma renda per capita — embora mal distribuída — superior a 2 mil dólares. Nos últimos estágios do salazarismo a renda per capita de Portugal já era inferior a 700 dólares. E hoje caiu muito mais, em decorrência dos conflitos no setor da produção. Nos últimos anos do salazarismo a situação econômica era tão precária que a maior fonte de renda do país era o dinheiro mandado de fora pelos imigrantes que trabalham no exterior. Com a brusca mudança da situação política, a remessa de dinheiro para Portugal também minguou. A segunda fonte de renda de Portugal era o turismo, que também caiu vertiginosamente. A economia espanhola continua estável, embora começando a enfrentar sérias dificuldades. O turismo deixou na Espanha, no ano passado, 3 bilhões e 700 milhões de dólares.

Evidente, então, que as peculiaridades políticas e econômicas definem caminhos diferentes para os dois países. Em termos imediatos, são poucos os indícios de que a Espanha seguirá os passos do seu irmão Portugal. Os dois países trilharão caminhos distintos, que poderão se encontrar em futuro não previsível. Portugal trilha um caminho tortuoso. A Espanha procurará uma senda mais suave, a partir da queda do regime que, segundo definição do próprio generalíssimo Francisco Franco, "baseia-se em baronetas e sangue, não em eleições hipócritas".

HUMBERTO VIEIRA

HELSINQUI

A CARTA DA PAZ EUROPEIA

S. BEGLOV e M. SAGATELIAN

(Observadores políticos da Agência Novosti)



A 1º de agosto de 1975, às 15 horas (hora de Greenwich), uma pasta verde feita de couro finlandês por encadernadores suíços estava sobre a mesa em forma de ferradura, ao redor da qual ocupavam seus lugares dirigentes dos 35 países participantes do fórum europeu em Helsinque. Às 16 horas, nesta pasta que continha o texto da ata final da conferência, já figuravam as assinaturas dos chefes das delegações.

E, desse modo, o Século 20, que ameaçou tornar em cinzas o continente europeu, foi no seu 75º ano, testemunha do surgimento da primeira carta de paz na Europa. É bem possível que justamente assim os historiadores do futuro chamem a ata final da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, firmada na capital finlandesa.

Por ironia do destino, o dia 1º de agosto ficou marcado nos anais da história como uma "data negra": foi justamente nesse dia, em 1914, que teve início na Europa a 1ª Guerra Mundial. A 1º de agosto de 1975, os dirigentes dos 33 países europeus, dos EUA e Canadá deram um passo sério, repleto de responsabilidade para excluir a guerra dos arsenais da política dos países do continente. Recordamos as posições-chave da ata final, uma espécie de dez mandamentos da coexistência pacífica e da cooperação:

- Igualdade soberana, o respeito dos direitos inerentes à soberania;
- Não utilização da força ou ameaça da sua utilização;
- Inviolabilidade das fronteiras;
- Integridade territorial dos Estados;
- Regularização pacífica dos conflitos;

● Não interferência nos assuntos internos;

● Respeito dos direitos do homem e das liberdades básicas, incluindo a liberdade de convicção religiosa;

● Igualdade de direitos e o direito dos povos de decidir seus destinos;

● Cooperação entre os Estados;

● Cumprimento escrupuloso das obrigações do Direito Internacional.

O mais importante significado do papel dessa conferência, dos princípios relativos à segurança na Europa, está no fato de que eles foram determinados pela experiência do passado, apóiam-se na realidade de hoje e, ao mesmo tempo, programam as relações de paz e cooperação no futuro. Neles, materializam-se os resultados do desanuviamento e foram meticulosamente considerados os interesses de todos os países participantes da conferência. Nisso resume-se a grande força política e moral dos princípios citados.

Levando-se em consideração a dura experiência da história europeia, não é difícil compreender como é vitalmente importante, por exemplo, transformar a inviolabilidade das fronteiras e a integridade territorial em lei indefectível das relações entre os Estados. A história é inexorável. Se não aprendermos suas lições, ela pode nos castigar duramente. Cada guerra, qualquer que ela fosse, grande ou pequena, amadurecia no clima de pretensões, disputas e conflitos, dentro dos limites da Europa.

As orientações para o desenvolvimento da cooperação econômica delineadas pela conferência visam a liquidar as barreiras que ainda restam neste

caminho e a estimular, de todos os modos, o estabelecimento de mais amplas relações, uma vez que é justamente aqui que reside a base material da segurança e da paz. O fomento do intercâmbio comercial, a participação na elaboração e na construção concreta de projetos industriais e de transporte de grande envergadura, assim como a concretização dos empreendimentos conjuntos no domínio da energética e de matérias-primas, a solução dos problemas no tocante à proteção da saúde pública e do meio-ambiente — tudo isto constitui o vasto programa da frutífera coexistência pacífica.

O resultado mais importante das conversações foi o reconhecimento da influência benéfica exercida pelo princípio de maior favorecimento sobre o desenvolvimento do comércio.

Os regulamentos da ata final referentes à esfera humanitária são dirigidos para tornar mais favorável a atitude geral para com a cooperação na esfera da cultura, instrução, intercâmbio de informações e contatos. O acordo alcançado assegura muitas formas concretas para a colaboração e amplia as possibilidades de intercâmbios a bem do crescente enriquecimento cultural recíproco dos povos da Europa e contribui para uma melhor compreensão mútua. Para tanto, a condição indispensável é o respeito das leis dos Estados. Assim como do princípio de não-intervenção nos assuntos internos.

"Nós partimos do princípio", ressaltou em seu discurso na Conferência, Leonid Brejnev, Secretário-Geral do Comitê Central do PCUS, "de que todos os países representados na conferência irão cumprir os acordos alcançados. No que diz respeito à União Soviética, será precisamente esse o seu procedimento".

A tarefa principal da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa consistia não somente em erigir uma barreira intransponível entre a paz e a guerra, como também em responder à pergunta de como deve ser o mundo. Todos os participantes da cúpula concordaram com o principal: é necessário consolidar a passagem para a cooperação política interestatal e para as relações normais que se alicerçam nos princípios da coexistência pacífica.

É evidente que no fim da conferência de 35 Estados, em Helsinque, ainda não termina com a divisão do continente em grupos político-militares opostos e não irá desmontar os arsenais ali concentrados. O significado das mudanças nas relações entre os países socialistas e capitalistas, porém, está no fato de que eles tiraram da Europa o impasse da guerra fria, pondo-a nos trilhos do amplo caminho do afrouxamento político da tensão. Isto, segundo ressaltaram os participantes, deve inevitavelmente desanuviar a tensão militar.

Os resultados da etapa final da Conferência de Segurança e Cooperação e os princípios da convivência pacífica no continente, elaborados por ela, são realmente um marco na história. Transformando um quinto do planeta em zona de paz, a Carta da Paz Europeia deve contribuir ainda mais para a expansão do alívio, estimulando as buscas coletivas de relações pacíficas em todos os outros continentes e regiões da terra.

Editorial de Crítica nos anais da Câmara

O deputado Jerônimo Santana (MDB-Rondônia pronunciou discurso na Câmara dos Deputados, registrando o primeiro aniversário de Crítica. Fez constar nos anais da casa o editorial de nosso último número, dizendo que "Crítica surgiu pelo esforço pessoal e coragem de uma equipe que, sem recursos, sem se vincular a interesses estranhos e mais por seu ideal e tenacidade, se lançou às adversidades neste empreendimento difícil que é fazer imprensa num país em que vigora um estado de exceção".

O deputado recordou as diversas denúncias levantadas por este jornal em seu primeiro ano de atividades: "São de candentes atualidades as denúncias sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica, material elétrico, petróleo, desnacionalização do subsolo da Amazônia, entrega da cassiterita de Rondônia aos grupos multinacionais, o escândalo do fechamento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Denúncias sobre a grilagem das terras devolutas, corrupção e administração arbitrária nos territórios, para só mencionar essas matérias e tantos e tão relevantes interesses nacionais que Crítica abordou e denunciou neste seu primeiro ano de existência, prestando inestimáveis serviços aos interesses do país, especialmente à desvalida população do território de Rondônia".

Sob pressão jornalistas de Florianópolis

A radicalização a que vem sendo submetida Santa Catarina, pela ação discriminatória do governador arenista, acaba de atingir em cheio os jornalistas. Desde o início do governo, Konder Reis vem criando em todos os órgãos estatais e paraestatais assessorias de imprensa, preenchendo os cargos com os que se submetem a sua cartilha.

Agora, entretanto, o problema assume características mais sérias. De há muito os profissionais que trabalham no O Estado, de Florianópolis, e não rezam pela cartilha arenista, vinham sendo pressionados no exercício profissional a optar pela adesão ou o abandono das funções, através da limitação da atividade, sob humilhação e subordinação completa ao noticiário distorcido das assessorias do governo. Não podendo mais sustentar esse clima, um grupo de profissionais desse jornal, do qual o vice-governador é um dos proprietários, foi forçado, sob pressão, a sair do diário de Florianópolis, mantendo, dessa forma, a dignidade profissional.

Os colegas catarinenses estão recebendo a solidariedade dos colegas dos outros Estados, e aqui vai a dos que fazem Crítica.

Um jovem dirige faculdade

O presidente da República, durante as férias escolares, assinou decreto nomeando o novo diretor do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. O novo diretor, Antônio Sérgio Lima Mendonça, faz parte de um grupo de jovens intelectuais que tem, graças a uma atividade eleitoral bem movimentada, desenvolvido uma carreira digna de registros.

O novo diretor do IACS está na UFF há 5 anos como titular da cadeira de fundamentos científicos da comunicação, tendo sido pro-

PLEBEUS DEFENDEM A NOBREZA

Os leitores dos jornais cariocas devem estar estarelecidos com essa guerra que lavra cada dia mais acesa entre alguns dos todopoderosos (ou ex? ou quase ex?) impérios jornalísticos brasileiros. No princípio, era um fogo a dois, primeiro polido até, como convém a cavalheiros que se julgam aristocratas & nobres por direito divino (mas cuja divindade mesmo ninguém sabe qual seja). Agora, a coisa passou a um verdadeiro fogo cruzado — de retaliações pessoais, acusações, denúncias, ofensas, suspeitas, só faltando pular das palavras pouco condizentes a tão "austeras" figuras para o puro e simples bofetão, menos condizente ainda...

Tudo começou na briga do Jornal do Brasil contra a TV-Globo, sob a qual, na verdade, está escondida a tentativa desesperada do JB para sustar o crescente avanço da área de influência do império global. E já demos a dica em número anterior: o JB está ameaçado de perder o seu canal de Tv por falta de condições (financeiras) imediatas para cumprir o que foi determinado quando recebeu a concessão, isto é, colocar no ar sua imagem ainda este ano. Trocado em miúdos: a organização Globo vai continuar a jogar solta, vai continuar a aumentar sua área de influência, enquanto o JB vai ficar chupando o dedo.

Daí, o império da condessa ter se transformado, como que por milagre, de uma hora para outra, num cristão novo da estatização da televisão brasileira. Uma situação deveras ridícula para um jornal como o JB que todos os dias clama em manchetes histéricas contra a política de estatização das empresas que estaria sendo posta em prática pelo governo. Quer dizer, a história dos dois pesos e duas medidas. Quer dizer mais: que o que está em jogo para o nobre império do JB não é a péssima qualidade da Tv que o aristocrático império dos Marinho impinge ao povo brasileiro, mas simplesmente os interesses pessoais e comerciais, e inconfessáveis, que já vê fugindo-lhe das mãos.

Nessa brincadeira de estatização de Tv, jogada por quem não está tendo competência para colocar a sua privada no ar, aí entrou um terceiro e não menos triste personagem: os Diários Associados. Seus jornais (que ainda restam e emissoras de rádios e Tv (que estão caindo aos pedaços) passaram a desancar o JB com cobras e

lagartos. O JB cruzou então seu fogo: pediu ao Ministério das Comunicações providências contra a Rede Associada, pelo uso indevido de suas rádios e televisões. E fez mais: publicou um impiedoso réquiem da revista O Cruzeiro, no qual, o mínimo que diz é classificar os tristes "herdeiros" de Chatô de incompetentes e perdulários.

Até aí tudo muito bem. É uma briga de branco; de nobres e aristocratas, eles se entendem, é uma linguagem de lucros e sobrelucros, uma linguagem deles. Mas não é que, desgraçadamente, os cândidos jornalistas e os ingênuos gráficos do Jornal do Brasil acham de meter seu bedelho onde não foram chamados? Pois é; primeiro, seus redatores e repórteres dão o aval para uma nota que o JB publicou contra o Sindicato dos Jornalistas porque este não tomou uma posição em defesa do ofendido imperial jornal; depois, no outro dia, uma nota atribuída aos gráficos, no mesmo sentido, e ainda por cima cantando as glórias da empresa por pagar seus funcionários em dia.

Não faltava mais nada. Jornalistas e gráficos, cuja mais valia fica todo mês nas burras da empresa, achar que pagar em dia é um favor que se lhes faz o austero JB. Como se não fosse a mais elementar obrigação de qualquer patrão. E se o pessoal do JB ainda não sabe disso, basta chegar em qualquer banca de jornal, comprar a CLT, e abrir no capítulo de direitos e deveres — é só ler.

Só nos resta lamentar, finalmente, que nessa ridícula e pitoresca guerrinha de impérios jornalísticos brasileiros, a nota melancólica seja proporcionada por gráficos e jornalistas. Não bastassem os aris campistas da vida, ainda esse espetáculo do mais deslavado e humilhante peleguismo com que nos ofende — é isto mesmo, ofende — o pessoal da redação e das oficinas do JB, comprando uma briga em que nada têm a ganhar — a não ser o próprio gozo dos patrões.

Que esperar então quando sindicatos são ocupados, direitos são postergados, jornalistas são presos, jornais são censurados, repórteres são agredidos, salários são aviltados e, enfim, companheiros são despedidos em massa (por medida de economia) como aliás vem fazendo ultimamente em ondas sucessivas outro que não o próprio JB?...

(Por falar em TV, vejam a excelente reportagem da página 22).

movido, em 1971 à chefia do Departamento de Comunicação. Sua promoção à diretoria da faculdade foi bem recebida pelos alunos que esperam uma dinamização das atividades e dos cursos, bem como que algumas cadeiras eminentemente práticas, sejam ocupadas por profissionais que possam completar o curso teórico (de excelente nível) com uma visão real de todo-dia das redações.

É louvável a nomeação de um jovem para dirigir uma faculdade, acabando com o ranço bacharelístico que costuma invadir os gabinetes universitários. Crítica deseja uma boa administração a Antônio Sérgio Mendonça, bem como pede sua atenção para algumas cadei-

ras da faculdade, objetos de constantes críticas dos alunos.

Tupi copidesca Machado

A notícia apareceu nos jornais, informando que a Rede Tupi de Televisão promoveu a adaptação da peça "O Alienista", sua próxima novela, adaptada por Sérgio Joekymann, teatrólogo gaúcho. A medida em si já deixa arrepios, pois é conhecido o péssimo nível técnico e artístico das novelas da Tupi. Para complicar, os gênios da taba que já foi "associada" (agora é o próprio caos...) não gostaram

do nome dado por Machado de Assis. Solução: "O Alienista" passou a ser "A Vila do Arco"...

Uma pergunta: por que não comprar o filme de Nelson Pereira dos Santos que foi exibido com sucesso há poucos anos, e colocar no vídeo no lugar da novela?

Gitirana: o Nordeste na tela

Jorge Bodanzky e Orlando Senna viajaram durante um mês pelo Nordeste escolhendo as locações do próximo filme que dirigirão em conjunto para a Stopfilm, a mesma empresa paulista que produziu

o primeiro longametrage realizado pelos dois cineastas — "Tracema", rodado na Transamazônica, com estréia no Brasil prevista para este ano. O novo filme da dupla (fotografia de Bodanzky, roteiro de Senna, co-direção) já tem distribuição internacional garantida, intitulada-se "Gitirana". É um filme de ficção e trata do momento atual nordestino. As cenas serão rodadas em Feira de Santana, Centro Industrial de Aratu, Cariri e principalmente nos arredores de Juazeiro da Bahia e Petrolina, com o início dos trabalhos marcado para a primeira semana de outubro.

Turismo em livros: na hora adequada

Agora que o país se prepara para "receber bem os turistas", tendo em vista o anunciado Congresso da Asta, como se slogans modificassem uma situação geral, aumentam os livros sobre turismo. Um dos que foram lançados, «Turismo-Noções Elementares», de M. R. Gomide, é bem esclarecedor. O autor não poupou esforços para ambientar os leitores aos pontos básicos do turismo, sendo quase um tratado sobre o assunto.

A dinâmica e a prática do turismo interessam a todos para evitar a substituição de nossos valores, hábitos e padrões em função de uma indústria de dólares pingados e sem benefícios imediatos para a coletividade.



Mário Henrique Simonsen

O ministro e a volta aos bons tempos

Parece que a euforia criada pelo anúncio de abertura da bolsa ao capital estrangeiro, há cerca de três meses, não se repetiu na última sexta-feira, quando os recursos começaram realmente a entrar. Isso, de certa forma, vem ratificar que o clima de euforia visava unicamente a provocar um boom semelhante ao de 1971. Aliás, essa foi a principal razão que levou o Banco Central a proibir as corretoras de operarem com carteiras próprias.

E, ao que parece, o ministro Mário Simonsen, da Fazenda, já não acredita tão piamente que o capital estrangeiro possa ser a salvação da bolsa. Se não fosse assim, por que liberar recursos dos fundos de pensão? Ou o capital estrangeiro que se espera para a bolsa não é tanto assim, ou os cálculos do ministro estavam errados.

Na hora de receber, pagar

O jornalista Mister Eco, crítico de amenidades de Última Hora, está na Justiça do Trabalho contra a TV-Rio, o que, de resto, não é novidade: a grande maioria dos profissionais de imprensa está batendo na JT contra alguma grande empresa. No caso do baiano, as coisas se complicam um pouco. Enquanto funcionário da emissora, ficou doente e foi tratado em uma clínica que mantinha um convênio (permuta) para atender os funcionários, em troca de veiculação de publicidade.

Quando foi à Justiça resolver seu caso, foi surpreendido com a vingança da direção da emissora: o tratamento seria descontado da importância que tem direito.

O mais interessante é que os homens que controlam a TV-Rio fazem questão de anunciar "completa assistência" a seus empregados, não dizendo que na hora em que precisarem de dinheiro (quando desempregados, o que felizmente não é o caso de Mister Eco) teriam que pagar à emissora o tratamento a que infelizmente se submeteram.

Curtas têm mostra na Bahia

O Instituto Goethe e a Universidade Federal da Bahia estarão promovendo a IV Jornada Brasileira de Curta-Metragem, no mês de setembro, em Salvador, dividida em duas fases: uma que vai de 2 a 6, estadual, e outra nacional, de 8 a 14 de setembro. A jornada tem a finalidade de incentivar a produção de curta-metragem nacional e provocar uma visão crítica dos filmes curtos e reunir na Bahia os documentários brasileiros, num primeiro passo para sua institucionalização. Além de cineastas nacionais, foram convidados dois profissionais da Argentina, Juan Antonio Senra, professor da Academia Cinematográfica de Buenos Aires, e Marie Louise Allemam.

Outra iniciativa que vale ser registrada é a abertura à inscrição de filmes realizados na bitola de 8

milímetros. A jornada terá prêmios e as verbas que receberá do Instituto Nacional do Cinema será distribuída entre todos os filmes selecionados. Uma única exceção será a premiação com o troféu Humberto Mauro, para o melhor filme em 35 milímetros. A comissão julgadora será presidida pelo professor Paulo Emilio Sales Gomes, um dos mais profundos conhecedores do assunto em nosso país.

Jorge Ben lá, Adamo, cá

O único prêmio significativo que desperta atenção dos artistas brasileiros, o "Molière", será concedido, como sempre, com uma festa no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 6 de outubro, como confirmou Joseph Halfin, da Air France.

Seria de todo interessante que na ocasião fosse lembrada a memória da grande atriz Glauce Rocha, que recebeu em 1971 o prêmio, post mortem, uma vez que faleceu a 12 de outubro daquele ano.

A lamentar, com relação ao "Molière-75" que a Air France tenha convidado o péssimo cantor Adamo (uma espécie de Wanderlei Cardoso da França). Na verdade a música francesa não anda bem, mas ter que agüentar Adamo é dose pra leão. E a reciprocidade? Afinal nós mandamos para Paris o excelente Jorge Ben. Na próxima vez, mandaremos o Nelson Ned. Ou Rosemary...

Um equívoco musical

O último dos "Secos e Molhados", Gerson Conrad, a exemplo de Ney Matogrosso e João Ricardo, começou sua nova carreira. Ao contrário de seus ex-parceiros, Gerson não voltou solo, mas acompanhado da atriz Zezé Mota, improvisada em cantora. Seu show de apresentação, realizado no teatro Teresa Raquel mostra apenas que Zezé além de boa atriz, tem bons recursos vocais. O can-

tor não disse a que veio. O espetáculo lembra muito a visão do colonizador: ele de branco cantando e ela, bela presença negra, levando a melhor.

Como alguns insistem em promover uma volta dos "Secos e Molhados" seus integrantes, com os pés no chão, sabem que isto não acontecerá e vão aproveitando para faturar a imagem. Gerson - um bom nome para um astronauta americano, em seu show mostrou mais uma vez a vitória do terceiro mundo, isto é de Zezé Mota. Quanto ao disco, não passa de uma brincadeira. Até quando as pessoas vão pensar que o mercado brasileiro (um disco já está custando Cr\$50 cruzeiros) é uma espécie de obra aberta tupiniquim, ou seja, de lata de lixo.

Um discurso sem censura

O novo presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio de Janeiro, Otávio Augusto, ao tomar posse pronunciou discurso em que deixa clara a disposição de lutar por contratos mais justos. Quer dizer, vai lutar contra os atuais, "onde o trabalhador é iludido e obrigado a abrir mão de seu 13º salário", fora outras irregularidades e mais. Otávio Augusto não fez nenhuma promessa, mas manifestou a esperança de que "as autoridades esperanças como verdadeiros representantes de um setor da sociedade que pode e deve emitir o pensamento coletivo de sua classe".

Entre muitos obstáculos à carreira de ator no Brasil, um não foi citado pelo novo presidente do sindicato da classe: a censura que profre peças tirando o ganha-pão dos artistas.

Canecão investe na mpb

A idéia de reunir Caetano Veloso e Gal Costa em um espetáculo foi concretizada com a assinatura

de contrato para a dupla ocupar o Canecão, em 1976. Ainda sem data marcada, sabe-se que o show vai suceder a temporada anual de Roberto Carlos, que começa tão logo termine o atual e polêmico espetáculo com Chico Buarque e Maria Bethânia. O show da dupla já bateu todos os recordes de bilheteria da casa, apesar das críticas severas que foram feitas.

Depois da recepção pela crítica especializada, parece que o espetáculo sofreu diversas reformas. Foi inclusive anunciado que o veterano Aloísio de Oliveira teria sido contratado, coisa que parece ter desgostado o diretor Osvaldo Loureiro, pois imediatamente a notícia foi desmentida.

Uma experiência de teatro popular

Um livro dos mais atuais acaba de sair: "Teatro Popular, uma Experiência", escrito pela professora e orientadora educacional Maria Helena Kuhner e narrando as experiências e lutas de um grupo que dedica-se a levar o teatro a um público bem diferente do que costuma pagar Cr\$50 cruzeiros para uma peça convencional.

Maria Helena Kuhner, consagrada educadora, participa do staff do Serviço Nacional de Teatro, além de ter uma bissexta mas excelente atividade como teatróloga, e desde 1968 que se dedica ao estudo do teatro popular. Naquele ano participou de experiência pioneira, levando a peça "Mandrágora" no extinto e de saudosa memória Teatro Novo, uma experiência de fundação cultural que não deu certo, apesar da boa vontade do armador Paulo Ferraz, um dos poucos homens de empresa que no Brasil têm coragem de investir nas artes.

O livro da professora Maria Helena é um documento que deve ser lido por quantos se interessam por um teatro mais fiel a suas origens, e menos voltado ao elitismo entorpecente de peças tipo "Gaiola das Loucas" e outras anomalias que andam pelos nossos palcos.

ASSIM FALOU NENEM PRANCHA



Um livro de Pedro Zamora sobre futebol, com as dicas do velho profeta do futebol Nenem Prancha. Neste livro, Zamora fala da história do jogo e de suas leis, princípios do jogo, leitura do jogo, sistemas de jogo, táticas, concentração, apresentando ainda os "Onze mandamentos do jogador de futebol", que tem a supervisão do Professor Almir de Almeida. Prefácio de João Saldaña. Preço: Cr\$ 20,00

Peçam pelo Reembolso Postal à Editora Crítica, Av. Rio Branco, 136, s. 1222, Rio de Janeiro

ORKESIS



ORKESIS

POEMAS DE FERNANDO MOUSINHO

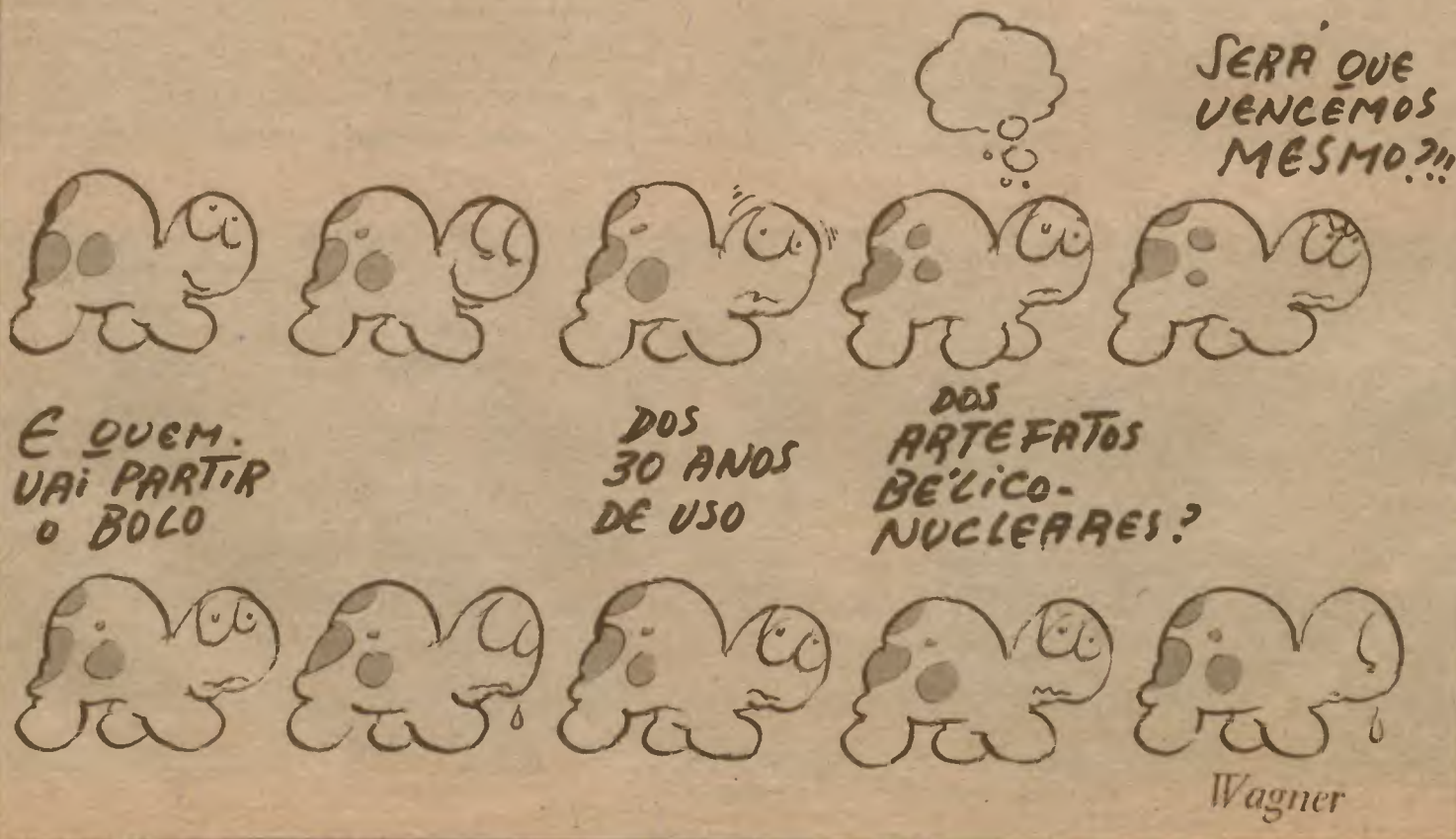
Coleção Peripécia EDITORA CRÍTICA Cr\$ 12,00

Pedidos para Editora Crítica, Av. Rio Branco 136/1222 - Ed. Av. Central ou pelo telefone: 242-7395

(Façam acompanhar seus pedidos com a correspondente ordem de pagamento no valor de Cr\$ 12,00)

VERINHA

30 ANOS DE VITÓRIA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICA



JOVENS VOLTAM À LUTA POLÍTICA

A juventude oposicionista realizou seu primeiro encontro nacional na capital do Rio Grande do Sul, em reunião com representantes da grande maioria dos Estados brasileiros. Aula viva de democracia, maturidade política e consciência social, o encontro foi uma resposta enérgica aos que negam a capacidade cívica de nossos jovens. Ao final do encontro, a que Crítica esteve presente, na pessoa de seus diretores, foi divulgado o documento intitulado, de maneira objetiva e simples, como convém aos documentos importantes, "A Juventude Brasileira".

Com representantes de diversos Estados, realizou-se em Porto Alegre o 1º Encontro Nacional de Jovens do MDB, "em busca da consolidação dos direitos democráticos do povo brasileiro, na luta contra a injustiça e a repressão", na definição de Agamenon Araújo dos Santos, delegado do Estado de Sergipe.

O encontro dos jovens oposicionistas foi realizado na Assembléia Legislativa, sob a presidência de Paulo Ziulkoski e com a presença dos deputados estaduais Porfírio Peixoto, Vitório Trez, Aldo Pinto, Carlos Augusto de Souza, César Augusto Schirmer e Jorge Bandarra. Da bancada à Câmara Federal, compareceram os deputados Odacir Klein, Jorge Uequed e Harry Sauer. Representando a Comissão Executiva Nacional do MDB estiveram presentes os deputados Pedro Simon, Lélío Souza, Aldo Fagundes, Jackson Barreto e o senador Paulo Brossard. O encontro foi aberto com um voto de louvor "aos colegas ausentes, presos e que por isso não compareceram", moção consagrada por aplausos de todos os convencionais.

A hora de ser oposição

O apoio do povo brasileiro aos ideais defendidos pelo Movimento Democrático Brasileiro foi enaltecido por todos os oradores e um

representante do Estado de Sergipe resumiu os sentimentos da mocidade do Nordeste: "No dia de hoje ser oposição é uma honra, desgraça é ser governo", enquanto Waldir Alves, presidente do setor jovem do partido em Santa Catarina, negou as versões radicais que procuram ver no ato comum e democrático da atividade partidária qualquer tipo de revanchismo ou saudosismo, mas reafirmando a intenção de uma sólida união partidária: "Viemos imbuídos do mais profundo interesse e objetivo para que este encontro seja o marco primeiro para a organização e fortificação nacional do Setor Jovem do MDB em todo o Brasil".

Reafirmando a necessidade da participação dos jovens na vida partidária, o vice-presidente nacional do MDB, Aldo Fagundes, que ali representava o presidente Ulisses Guimarães afirmou: "Acredito na rebeldia cívica da juventude", enquanto o deputado Jackson Barreto prometia: "É meu pensamento levar ao próximo encontro nacional da direção do MDB um projeto pelo qual seja obrigatória a participação dos setores jovens na direção regional e nacional do partido, pois só assim os jovens terão realmente o lugar que merecem pelo brilhante trabalho que realizam em prol do desenvolvimento político nacional".

Um dos resultados mais objetivos do encontro de Porto Alegre foi a deliberação de nomear uma comissão para organizar a 1ª Convenção Nacional dos Jovens do MDB. A comissão irá pessoalmente a Brasília, ainda este mês, entregar ao presidente Ulisses Guimarães um relatório completo de tudo que ocorreu no encontro do Rio Grande. Na ocasião será pleiteada a imediata oficialização, pela Executiva Nacional do partido, do Setor Jovem Nacional, bem como apoio para a realização, ainda este ano, da 1ª Convenção Nacional, tendo como sede a capital federal.

Os jovens líderes oposicionistas acreditam que é chegado o momento de um maior contato do partido com suas bases populares, pois a experiência recente do último pleito indica que a tendência do partido oposicionista é aumentar cada vez mais seu contingente eleitoral, pois o povo, depois de onze anos de opressão, está cansado de promessas, engodos e impactos mirabolantes e anti-sociais como as obras faraônicas, tipo ponte Rio-Niterói.

O partido pretende capitalizar o apoio popular bem como os sentimentos contrários à política salarial, a elitização do ensino, a política habitacional e outros graves problemas do cotidiano nacional e isto só será possível com um contato inti-

mo e constante das lideranças com as bases partidárias. É dentro desse espírito que os jovens oposicionistas se organizam, dentro dos estreitos limites que as leis vigentes asseguram, para repetir nas eleições municipais de 1976 as vitórias de novembro de 1974.

Essa meta será acelerada com a realização da Convenção dos jovens da oposição, em Brasília, reunindo representantes de todos os estados e territórios do Brasil.

Realidade política

Convidado especial, o sociólogo André Foster falou sobre o MDB e a realidade brasileira, abordando também aspectos da política de distensão. Na ocasião foi debatido e analisado o pronunciamento do presidente Geisel. Os jovens oposicionistas concluíram que a fala presidencial representou "o fim da ilusão de qualquer abertura política, clareando o melhor a situação para certos setores do partido que ainda, infantilmente, acreditavam na abertura democrática".

A expansão das atividades dos setores jovens do partido foi aconselhada pelo sociólogo, dentro do quadro geral de "expansão da oposição e não como meio imediato para que políticos alcancem seus objetivos mais imediatos, que alcançar um lugar ao sol em qualquer casa política".

A união da oposição foi também

objeto de debates, levando os participantes do encontro à conclusão de que "o MDB não poderá de maneira alguma ficar isolado na luta pelos seus objetivos, devendo buscar novas frentes participando decisivamente no meio de trabalhadores, lideranças sindicais, estudantes e outros setores que se identificam com uma política de oposição mas que não aceitam a atual atuação política do partido".

Frente ampla

A idéia da união de todos os setores da oposição foi defendida por muitos participantes, que argumentavam com a necessidade de ser definida na política brasileira uma frente ampla, na luta pela redemocratização nacional dentro do menor espaço e do tempo possível.

Os jovens oposicionistas lamentaram por diversas vezes a manutenção de diversos instrumentos de exceção, bem como da política de repressão que são ameaças constantes à verdadeira normalidade, tal como ocorreu recentemente em Salvador, quando vários integrantes do partido foram presos pela 6ª Região Militar.

A idéia de frente ampla defendida por alguns convencionais, nasce da certeza de que a redemocratização não deve ser uma tarefa meramente partidária, pois seus efeitos transcendendo ao simples terreno político, interessando a todos os setores da



Aldo Fagundes, Pedro Simon, Paulo Ziulkoski, Lélío Souza e Jackson Barreto na mesa diretora dos trabalhos: todo apoio à rebeldia cívica da juventude brasileira

vida nacional. Estudantes atingidos ou ameaçados pelo decreto-lei 477, jornalistas que têm a ameaça (ou a concretização) da espada da censura, professores com sua liberdade de cátedra vigiada, quando não totalmente solapada, mães de família que estão com maridos e filhos perseguidos, quando não presos e com sua integridade física ameaçada.

Liberdade estudantil

A delegação do Setor Jovem do MDB de Paraná apresentou ao plenário importante moção sobre "a liberdade estudantil na universidade de hoje", um documento sério, moderado e que retrata fielmente a situação do estudante na vida nacional, "a maneira que o estudante vem sofrendo gradativa e cada vez mais intensamente, a ponto de na média geral vermos implantada a política preconizada por Flávio de Lacerda, ex-ministro da Educação e que se traduz pela frase "O estudante é para estudar e o professor para dar aulas".

Os universitários paranaenses denunciaram o "modelo estrangeiro" preconizado pelo acordo MEC-USAID, que implantou uma "reforma" constituída de diversos atos com o objetivo específico de limitar a autonomia dos centros acadêmicos, dos órgãos de coordenação estudantil de âmbito nacional e estadual, que representavam a força e o pensamento dos estudantes, tudo com o objetivo final de atingir a liberdade de associação e a livre manifestação de pensamento, características básicas de toda sociedade democrática.

Os representantes do Paraná abordaram também aquele que se tornou o "símbolo do sistema vigente" e que representa para os estudantes o que o "AI-5 representa para os poderes legislativo e judiciário".

"O Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro de 1968, regulado pelas muitas vezes esquecidas portarias nº 149 de 28-3-69, que no seu artigo primeiro, inciso terceiro, estipula que qualquer autoridade ou pessoa pode ter a iniciativa para promover a apuração das infrações nele estabelecidas, e a portaria nº 3524 de 3 de outubro de 1970, na qual se destaca o artigo 2º: "Das decisões exaradas na forma do parágrafo 4º do artigo terceiro do decreto-lei 477, quando concluírem pela não indicação, desclassificação do ilícito, absolvição ou inexistência da infração investigada, haverá obrigatoriamente, recurso ex-officio para o ministro da Educação e Cultura".

Os estudantes denunciaram ainda a portaria nº 25 de janeiro de 1958, que regula casos concretos de restrição à liberdade estudantil, vinculando a realização de congressos, conferências, encontros, seminários, cursos ou qualquer outro tipo de reunião à aprovação antecipada do ministro da educação. Com base nesse texto foi recentemente impedida a realização do Seminário Nacional de Estudantes de Engenharia e o Encontro Nacional dos Estudantes de Economia, fato denunciado por representantes de 31 entidades estudantis, na recente reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte.

Outro instrumento de coerção repellido no encontro gaúcho é a portaria que torna obrigatório o regis-

A JUVENTUDE BRASILEIRA

Reunidos em Porto Alegre, em agosto de 1975, no I Encontro a nível nacional, os representantes da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro dirigem-se à nação e, especialmente, à sua juventude, com o propósito de afirmar, mais uma vez, os princípios fundamentais que orientam e determinam a participação dos jovens brasileiros na vida política nacional.

Diante da situação de irregularidade institucional, que deforma a vida da nação, corrompe a sua vocação democrática, impede pelo arbítrio e pela prepotência que o nosso povo manifesta as suas justas aspirações, reafirmamos o nosso compromisso permanente com a liberdade, a democracia e a justiça social e reconhecemos o direito das diversas forças sociais de se organizarem livremente em seus sindicatos, entidades estudantis, associações de classe e partidos políticos de forma a assegurar uma participação efetiva e legítima nas decisões políticas, econômicas e sociais do país.

Quando um modelo de crescimento econômico acentua a dependência externa de nossa economia, ex-

clui a maioria da população dos benefícios do progresso material, impede pela violência e pela repressão as justas reivindicações dos trabalhadores, a juventude compreende suas responsabilidades e seu papel histórico. Por isso pugnamos por um modelo de desenvolvimento econômico que realize profundas alterações nas injustas e ultrapassadas estruturas sócio-econômicas do país de modo a integrar a população dos benefícios do desenvolvimento por ela mesma gerados e injustamente apropriados por uma minoria privilegiada.

Nenhuma nação pode ostentar progresso social e desenvolvimento econômico quando os direitos da pessoa humana são constantemente ameaçados e violados por prisões arbitrárias, torturas físicas e humilhações morais; quando o medo e o terror compõem a atmosfera geral da nação, inibindo suas forças vivas e criativas através de uma censura que ultrapassou os limites dos órgãos governamentais e se instalou na própria consciência individual e coletiva.

A juventude brasileira sofre diretamente os efeitos desse período

obscuro da nossa história. Nas escolas e nas universidades os jovens têm suas vocações desestimuladas por um ensino alienado, distante de suas reais aspirações que pretende formar o homem que não pense, não pergunte, não duvide, enfim não participe da criação da cultura e da ciência; na fábrica é explorado na sua potencialidade humana e produtiva, frustrado na sua legítima ambição de realizar sua vida integral, condenado à fome, à insegurança e impedido, enfim, de influir na sociedade em que vive e contribui: no campo, relegado à miséria, à ignorância, à doença e à brutal submissão econômica e pessoal resultante de uma estrutura agrária latifundiária e opressiva.

Acreditamos, por fim, que a juventude brasileira tem suficiente capacidade e disposição de luta para enfrentar, juntamente com todo o povo, esta tarefa histórica de compromisso permanente com as justas aspirações sociais do país, os mais elementares direitos políticos e os indispensáveis direitos econômicos dos que trabalham, estudam e constroem esta nação.

tro em cartório de títulos de qualquer boletim estudantil, exigindo ainda a contratação de jornalista profissional registrado, sob pena de sanções tanto do decreto 477 como da lei de imprensa.

Pela importância, seriedade e oportunidade, transcrevemos abaixo as conclusões emanadas do documento liberado pela delegação do Paraná ao encontro dos gaúchos:

"Os reflexos dessa conjuntura no estudante nestes 11 anos acarretaram, como conseqüência a sua acomodação. Passou o estudante a ser um desinteressado da realidade brasileira, um individualista com os olhos postados apenas na sua atividade profissional. O ensino que passou a ser ministrado tem transformado o estudante num ser menos racional e mais tecnocrata, através de uma formação mais tecnológica e menos humanista.

E a universidade, tradicional formadora de lideranças, vê esvaziada sua vida acadêmica onde eram promovidos debates sobre a situação nacional, propostas alternativas, criados modelos. Forma-se um vácuo que está a separar por 11 anos a federação que hoje dirige o país, e aquela que deveria estar sendo preparada para substituí-la. Caso continue esse estado de coisas, se repetirá o acontecido quando da redemocratização que se seguiu aos 15 anos da ditadura Vargas, onde não se viu o surgimento de líderes novos, em quantidade para concretizar a democratização, mas daqueles líderes formados antes de 1930, quando havia liberdade. O quadro criado impede ao estudante o seu desenvolvimento através de vias naturais, na medida em que o governo assume posições paternalistas; e passa a

partido qualitativamente e não quantitativamente. Não desejamos conquistar o poder em nome de alguns, mas sim fazer um partido de ideologia e de doutrina partidária.

O MDB do Rio Grande defende a tese de que o MDB nacional não pode de maneira alguma, restringir sua atuação a deputados e senadores, não pode de maneira alguma ficar no aguardo das eleições de 1978, esperando que o sistema atual cometa os mesmos erros, e que nós mais uma vez sejamos os vencedores no pleito.

Temos a obrigação de elaborar um modelo econômico, social e institucional, e levá-lo a conhecimento da opinião pública, sendo que nele deverá constar a reforma agrária, a remessa de lucros e a política econômica. Devemos produzir não para exportar mas sim para satisfazer a necessidade do povo. Devemos ouvir os jovens, os sociólogos, os escritores, enfim todos, consubstanciando a vontade popular, não importa se o governo aceitará ou não, o que importa é que teremos a autoridade, em 1978 de dizer que fizemos o que devíamos, que cumprimos com o dever e nos seja portanto dado a maioria em todos os estados brasileiros, afim de levar a bandeira que empunhamos.

As portas do MDB, estão abertas a todos os jovens, pois para nós do MDB os jovens não são caso de política, mas sim de ideal. O MDB é o partido dos jovens porque luta pela democracia e pela justiça social".

Chorar, parar, avançar.

O deputado Aldo Fagundes, que representou o presidente Ulisses

Guimarães, também dirigiu mensagem aos jovens oposicionistas reunidos no encontro de Porto Alegre:

"Acredito na rebeldia cívica da juventude. Devemos aproximar a nossa marcha futura baseada na ordem, na paz, na justiça social e na liberdade. Os últimos acontecimentos políticos têm exigido três posicionamentos naturais. Chorar, parar no tempo e avançar.

Chorar significa lamentar os tempos de outrora, parar no tempo representa a paralisação diante da borrasca esperando que a noite passe e que um dia o sol deverá surgir em seu lugar. Avançar significa encontrar o futuro no desejo de construir uma nova etapa. Os jovens optaram por avançar, sem o saudosismo estéril, nem o imobilismo dos braços cruzados".

Após criticar o decreto 477, afirmou Aldo Fagundes: "Quem tem a mocidade, tem o futuro em suas mãos, sem repetição e a dilatação de um tempo que já chegou, e é aqui, é agora. O MDB tem fé e confia na juventude totalmente ao contrário do partido do governo que proíbe o jovem de externar alegria pela música ou traduzir suas inspirações pela poesia. O MDB e o sentimento de oposição do povo brasileiro, ainda não são a mesma coisa, mas desejamos e queremos identificação capaz de construir finalmente uma oposição vibrante e decidida".

O líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, Lélcio Souza destacou o apoio que o deputado Pedro Simon dá ao setor jovem do partido, "que constitui a retaguarda segura na luta" e traçou um paralelo entre os dois momentos políticos daquele fim de semana: o encontro dos jovens oposicionistas e a tão esperada fala presidencial:

"Ouvimos melancolicamente na noite de hoje a palavra de quem chegou à presidência da República, não pela vontade popular, mas sim fruto de uma anomalia política que faz com que barbaridades dessa natureza se tornem coisa comum em nosso país. As distorções são prevalencecimento de uma minoria privilegiada pela imaturidade política do povo brasileiro, sendo que, o MDB justamente fundamenta sua luta pela valorização da política nacional para que isto não mais ocorra. A chegada ao poder deve ser uma realidade, quando a opinião popular esteja devidamente esclarecida e aceite o programa do partido. Em 1964 chegaram ao poder sem a vontade popular, e hoje falamos em nome do povo, como se houvessem adquirido poderes para isto".

O Encontro Nacional dos Jovens do Movimento Democrático Brasileiro chegou ao seu final com a firme disposição de continuar a luta pela redemocratização, como primeiro passo para a construção de um futuro em que as distorções sociais do sistema sejam neutralizadas, quando não superadas, por uma estrutura política colocada a serviço do homem. Uma meta para ser seguida por todos os brasileiros, que não se contentam com as promessas de vésperas de eleições e que entendem o significado da frase de Lélcio Souza: "O amanhã é a mentira piedosa com que se iludem massas moribundas".



Reunião do Comitê de Organização do Encontro da Juventude do MDB: compromisso histórico com as aspirações nacionais



Central do Brasil: morte e revolta no descaso pelas condições de vida das populações pobres

A EXPLOÇÃO PELO COLAPSO

Em seu último discurso, o presidente Geisel denunciou a "participação de agentes subversivos" nas depredações ocorridas nos trens de subúrbios do Rio. O ministro Dirceu Nogueira, dos Transportes, tem outra opinião: "A indignação dos passageiros é natural". O ex-presidente da Rede,

afirma não ter certeza de que existem agitadores entre as multidões que depredaram os trens: "Ao contrário, todas as pessoas presas nesses conflitos, até agora, conseguiram provar sua condição de trabalhadores". Qual a verdade sobre os desastres e incidentes com os trens suburbanos?

A falta de recursos pode ser, muitas vezes, um bom argumento para justificar a falta de melhoramento de um setor, muito embora não pareça não ser esse o caso do transporte ferroviário no Brasil, relegado ao esquecimento total devido às distorções que caracterizaram a política de transportes, nos últimos dez anos, e que levaram 90% dos passageiros e 70% da carga total do país a ser transportada por rodovias.

No caso de transporte de massa, nas regiões metropolitanas mais desenvolvidas, como Rio e São Paulo, a situação é ainda pior. A ênfase ao desenfreado consumo de veículos como esteio da política desenvolvimentista, assentada no crescimento da indústria automobilística, aliada ao incentivo à implantação de transporte rodoviário, levou a uma situação sui generis, para não dizer caótica. Há um momento no grande Rio em que quase 100 mil veículos se dirigem, ao mesmo tempo, para o centro da cidade, iniciando um dia em que mais de 700 mil automóveis, ônibus e caminhões estarão em movimento.

Como resultado, os cerca de 6 milhões de habitantes gastam de duas horas e meia a três horas de seu dia e de suas energias para chegar ao trabalho e outras tantas para voltar para casa. Na grande São Paulo, os trens transportam, em média,

cerca de 500 mil passageiros/dia, número que mais dobra na hora do rush, enquanto quatro milhões viajam de ônibus.

No Rio, as ruas são utilizadas em 56% por carros particulares, 35% por táxis e apenas 9% pelos

ônibus, enquanto a parcela que utiliza os trens suburbanos é de apenas 600 mil pessoas/dia, em média, número esse que, na hora do rush, ultrapassa as 800 mil pessoas. Assim, a implantação de um sistema de transporte de massa assume características de necessidade sócio-econômica e a sua ineficiência poderá levar a um colapso total capaz de paralisar até mesmo parte da atividade produtiva das grandes cidades.



Madeira-Mamore: o melhor exemplo do abandono do transporte rodoviário

No mês passado, quando o presidente Ernesto Geisel veio ao Rio, sem aviso prévio, apanhando de surpresa os dirigentes da Rede Ferroviária Federal e deles exigindo uma explicação para os constantes acidentes com os trens suburbanos da Central do Brasil, sua atitude foi interpretada como um reconhecimento tácito do quadro caótico do transporte de massa no Grande Rio.

Quando um dos assessores da RFF começou a citar dados estatísticos, o presidente foi categórico: "Não estamos aqui para falar de estatísticas. Quero fatos. Quero saber o que foi feito

até aqui e o que está sendo feito". Foi essa reação enérgica e decidida que levou todo o país a apoiar sua atitude, tomada exatamente quando se começava a atribuir as frequentes depredações a agitadores e subversivos.

Vieram, então, outras medidas, todas acertadas: a Rede indenizaria as famílias das vítimas do desastre no qual morreram mais de uma dezena de pessoas, a direção da Rede está esperando ser substituída e recursos foram destinados à recuperação dos trens suburbanos do grande Rio.

Aparentemente, o assunto estava encerrado, na medida em que as providências haviam sido encaminhadas, reconhecendo-se que o desabafado e a revolta crescentes contra os trens da Central haviam sido uma espécie de explosão da população, cansada de perder dia de trabalho por falta de condução.

O ministro dos Transportes teve até uma atitude conciliatória: entrevista ao Jornal do Brasil (10/7/75) admitiu ser "natural a indignação dos passageiros, que querem transporte e o transporte falha", muito embora tenha se manifestado "preocupadíssimo com a tendência dos usuários à depredação."

Nesse mesmo dia, o general Milton Gonçalves, presidente da Rede, afirmava não ter certeza de que existem agitadores entre as multidões que, pela terceira vez este ano, haviam quebrado trens e estações, indignadas com os atrasos. Ao contrário - disse o general - "todas as pessoas presas nesses conflitos conseguiram provar sua condição de trabalhadores".

Até aí tudo bem. O governo havia admitido a "mea culpa" e só restava esperar pelas soluções, algumas a longo prazo, outras, como a questão dos horários, imediatas. Um bom exemplo disso foi o fato de, no dia seguinte à visita do presidente à Rede, os trens terem circulado rigorosamente no horário.

Veio então o discurso presidencial onde Geisel denunciou a presença de grupos subversivos nas depredações admitindo inclusive "a provável hipótese de que aí se tenham praticado atos de sabotagem". Além do que a revista Veja chamou de "Réquiem para a Distensão", era, ou na melhor das hipóteses aparenta ser, um passo atrás em tudo o que se havia dito e feito até então com relação ao problema da Central do Brasil.

É preciso, agora, que se coloquem os pingos nos iis.

Uma imagem da Central

Em outubro do ano passado, quando o presidente Geisel anunciou o plano ferroviário do II PND, que previa a recuperação do sistema ferroviário, crítica ressaltou as prioridades para os corredores de exportação e denunciou: "o transporte de massa vai esperar". (Crítica nº 12)

Não deu outra coisa. Começou-se a construção da ferrovia do aço, deu-se alguma prioridade para outras linhas como a Rio-São Paulo, ao mesmo tempo em que, contradito-

riamente se fechava a primeira ferrovia brasileira - a Madeira-Mamoré - (vide Crítica n.º 47), mas nenhuma verba foi destinada ao transporte de massa, cujas condições de precariedade eram mais que sabidas.

Isso, apesar de há onze anos os subúrbios do Grande Rio não receberem novos carros para acompanhar o aumento crescente de usuários. A última compra foi feita em 1965 (300 carros), absorvidos rapidamente pela massa de usuários, sendo grande parte dos trens atualmente em operação adquiridos em 1937 - portanto com quase 40 anos de atividade.

Assim, os constantes enguiços e quebras, defeitos nas linhas, as constantes paralisações e atrasos foram levando os usuários a uma situação quase que de desespero, pois um atraso do trem significava simplesmente a perda de um dia de trabalho, vital para cada trabalhador brasileiro, cujo poder aquisitivo mal lhe permite pagar a passagem do trem - mais barata que a do ônibus - durante todo o mês.

Foi esse desespero que, afinal, explodiu com a revolta generalizada em nove estações do subúrbio, quando cerca de 200 mil passageiros apedrejaram e incendiaram vagões e destruíram os sistemas de sinalização, cansados de atrasos e mortes, de acidentes e descontos nos salários.

Essa explosão foi, sim, fruto do descaso para com as condições de vida da maioria da população carioca, que vive nos subúrbios. Já em outubro do ano passado, no Rio, começavam a ocorrer incidentes desse tipo, onde inclusive morreu uma criança, assim como em Brasília onde um aumento de 100% nas passagens, levou centenas de ônibus a serem apedrejados e incendiados.

Fatos como esses, que deveriam ter servido de advertência para as autoridades foram simplesmente ignorados. Nenhuma providência foi tomada e o resultado está aí.

É como no caso dos pingentes. Quase que diariamente morrem passageiros que a Rede chama de pingentes. No entanto, tanto a Rede como o governo sabem que se a média diária de passageiros que viaja nos trens do subúrbio do Grande Rio é de 600 mil, sabe também que, até por volta do dia 12 de cada mês o número de pagantes é de até 740 mil, número esse que, a partir do meio do mês, começa a decair até chegar à casa dos 450 mil.

Isso significa que pingente não é aquele que viaja do lado de fora do trem apenas por falta de lugar. É que o dinheiro não dá mesmo e o jeito é viajar de "carona". É um problema de distribuição de renda e enquanto este não for solucionado, não haverá uma solução para o problema dos pingentes. A não ser pela força, mas aí, simplesmente, muita gente somente terá condições de trabalhar nos primeiros 15 dias de cada mês.

Assim, o problema de transporte de massa não se resume apenas na compra de novos vagões ou na modernização das linhas. É preciso uma solução global na qual esteja incluído, também, o homem, suas possibilidades e seus problemas.

SÉRGIO MACEDO

AMAZÔNIA

O ASSALTO À MADEIRA

O Amazonas se vê a braços com grave crise na extração de madeira e sua exportação, com reflexos altamente negativos, não só quanto à economia do Estado como também na pauta da exportação brasileira. A especulação internacional procura esmagar o esforço amazonense no setor, com sérios danos à economia nacional. O deputado Mário Frota, do MDB - Amazonas, em entrevista à Crítica, expõe com clareza o problema e as medidas solicitadas ao governo federal e que, até agora, não foram levadas em consideração.

C - O deputado vem examinando com propriedade o problema da exportação de madeira do Amazonas, que preocupa toda a região.

MF - De fato, a economia amazonense está ameaçada de uma séria crise, caso as autoridades governamentais não adotem urgentes providências que se fazem necessárias. O grave problema com que se defrontam os exportadores de pau-rosa foi séria e objetivamente analisado pelo deputado Farias Carvalho, do MDB na Assembléia Legislativa do Amazonas, com o que estou plenamente de acordo. Depois de explicar que o linalol extraído do pau-rosa, também conhecido como essência de pau-rosa, serve para a fixação de perfumes e, embora utilizado em quantidades relativamente reduzidas no processo industrial de perfumaria, tem grande procura pelo volume de perfumes produzidos em todo o mundo, passou a examinar os diferentes aspectos da crise, que refletem a imagem fiel do que ocorre em nosso Estado.

Existem espalhadas por todo o Estado do Amazonas, o maior produtor nacional, mais de 40 usinas de pau-rosa, cada uma delas empregando de 40 a 150 pessoas. Estima-se que haja cerca de 4.600 trabalhadores nas usinas, sem contar suas famílias nem os extratores diretos da madeira. Aproximadamente 40 mil pessoas dependem da produção de pau-rosa para sobrevivência. Observe-se que esse contingente populacional se espalha pelas áreas mais longínquas, contribuindo efetivamente para que a Amazônia, a despeito das investidas internacionais, continue integrando o território brasileiro. Numa época em que o Brasil precisa produzir divisas para financiar suas importações e prosseguir na taxa de crescimento dos últimos anos, o pau-rosa apresentou excelente oportunidade no mercado internacional. Vejamos o valor das nossas exportações, nos últimos anos, expresso em dólares: 1971, 548.973,69; 1972, 682.385,10; 1973, 2.864.688,27; 1974, até setembro, 4.013.140,93. Essas divisas foram geradas apenas pelo Amazonas. Ao inverso do que ocorreu com a soja, com o café, com o açúcar e outros produtos, o pau-rosa manteve firme tendência de alta nos últimos 4 anos, como é fácil verificar: 1971, 1,7; 72, 2,5; 73, 7,0 e 74, até setembro, 9,0, preço esse em dólar. Saliente-se que em 72 a produção caiu para 275.865 libras, contra 307.523 no

ano anterior, com a alta da cotação do produto fazendo aumentar o total de divisas produzidas em 197 kg. para o ano seguinte. A perspectiva otimista, no entanto, como ocorre em situações semelhantes, levou para o setor do pau-rosa novos produtores, sem que a cotação fosse afetada, uma vez que a procura cresceu em proporções razoáveis.

C - A alta do preço do petróleo não provocou reflexos nos preços do pau-rosa e, conseqüentemente, na sua exportação?

MF - A conjuntura mundial é tão favorável que o petróleo em alta, e nada indica que irá baixar, tirou a competitividade do linalol sintético, que passou a ser produzido a custos elevadíssimos e de qualidade inferior ao natural. Foi exatamente a crise do petróleo que tirou o linalol sintético do mercado, provocando a súbita alta da essência do pau-rosa, que acabou por atrair novos produtores e exportadores. A disponibilidade do produto permitiu que os compradores estrangeiros formassem seus próprios estoques, cessando as vendas, embora o mercado mundial ainda possa vir a absorver toda a atual produção com a continuada elevação de preços.

Note-se que o mercado mundial até agora relacionado pelos produtores e exportadores de pau-rosa tem se constituído apenas dos países ocidentais. Os países do leste europeu e a União Soviética são compradores de linalol sintético e, quanto ao linalol natural, ainda o fazem em pequeníssima escala e através de operações triangulares. O relacionamento direto

com os países socialistas, já solicitado pelos produtores e exportadores amazonenses às autoridades federais, que ainda sequer responderam a essa solicitação, dobraria o preço da economia do pau-rosa. É certo que esta alta seria temporária, mas, de qualquer maneira, o preço se estabilizaria muito acima do atual.

C - A ampliação do mercado exportador tem, então, o mérito de livrar os produtores amazonenses da especulação internacional?

MF - Certo, pois o importante na comercialização com os países socialistas está na amplitude de que o mercado internacional de pau-rosa necessariamente ganhará. A situação atual pode ser caracterizada da seguinte maneira: houve uma grande procura do linalol natural, diante da perda de competitividade do linalol sintético. O preço do pau-rosa se elevou, atraindo novos produtores-exportadores. Os países ocidentais, que formam a clientela dos exportadores amazonenses, fazem estoques que se estima sejam suficientes para até o final deste ano. Cada comprador quis garantir a sua produção industrial sem risco da falta de linalol, já que a faixa do linalol natural foi invadida pela faixa que consumia o sintético. Acontece que a produção local inflacionada por novos produtores interessados na alta cotação do produto e a demanda não chegou a sofrer nenhum abalo crítico. Satisfeitos os estoques internacionais, desde junho de 74 não se registra nenhuma venda e o último embarque ocorreu em setembro do ano passado. Atravessa-se, atualmente, uma

fase de redefinição do mercado produtor-consumidor. Sabe-se que processos como esses se fazem à base de pressões. Os compradores, com estoque garantido até o final do ano, procuram fazer baixar a cotação do produto, enquanto os exportadores ficam praticamente sem nenhuma capacidade de reação, ainda mais que, com os estoques acumulados no Amazonas, as pressões de venda são cada vez maiores.

C - Mas não há estipulado um preço mínimo do produto, de modo a amparar o vendedor?

MF - Existe um preço mínimo para a venda, fixado em 7 dólares a libra. No entanto, a ação dos compradores está fazendo com que, na realidade do mercado, o preço se situe em nível inferior, nem mesmo assim podendo ser comercializado em face da imposição do preço mínimo, para a venda de 7 dólares.

O impasse agrava a crise. Se o governo federal fixa o preço mínimo para a venda, é imprescindível, de acordo com a sua filosofia, que garanta esse preço mínimo através de estoques regulares. Na verdade, o pau-rosa está ameaçado de ser supresso da pauta de exportação nacional e desaparecer da economia amazonense. As conseqüências são por demais claras: prejuízos cambiais, num momento em que todo o País se concentra para acumular divisas e desacelerar o desenvolvimento do Amazonas, no instante histórico em que a Nação impôs a si mesma a integração definitiva.

Esperamos das autoridades brasileiras que garantam o preço mínimo e forcem a abertura de novos mercados, no leste europeu e com a União Soviética. O pragmatismo responsável adotado na política externa deve também ser responsabilmente aplicado nesse caso.

C - Que medidas, objetivas e urgentes, aliviará o deputado para resguardar o interesse do Amazonas contra a pressão internacional?

MF - Não defendemos a concessão de subsídios. Os produtores locais, por sua relativa fragilidade econômico-financeira não podem fazer frente ao período de paralisação das vendas, até que os países compradores usem seus estoques e venham a realizar novas encomendas. Duas são, portanto, as medidas devidas pelo governo federal ao Amazonas: a criação do estoque regulador e a abertura de novos mercados, em coerência com as palavras do Presidente Geisel no 2º Encontro Nacional de Exportadores e com o pragmatismo responsável.

Estamos, assim, aguardando uma definição do Governo Federal. Ou ele dá o necessário apoio à indústria extrativista de essências do pau-rosa ou ela será obrigada a abandonar as esperanças que ainda alimenta, passando a adotar comportamento mais realista, com reflexos altamente negativos para a economia do Estado e conseqüente agravamento da crise do desemprego, além de outros aspectos sociais.

Se o governo quer, realmente, ao lado da efetiva posse do território, promover o desenvolvimento da Amazônia, então não se esqueça dos que lá se encontram alicerçando a infra-estrutura do progresso. Não pode e não deve, quando recursos consideráveis são destinados aos planos da colonização da região e exploração de suas potencialidades, ficar o empresário, tão responsável quanto os operários, relegado a plano secundário.



Riqueza florestal: e pressão dos grupos internacionais

MULHER: O GRANDE COMPRADOR DE ILUSÕES

Libertação da mulher é assunto do momento. Mais atual ainda depois do recente Congresso Internacional de Mulheres. No entanto, as adeptas do movimento de libertação da mulher nos Estados Unidos e Europa incorrem num erro de semântica. A bandeira deveria ser *emancipação da mulher* e não *libertação*. Falar em libertação da mulher quando o

ser humano — homens e mulheres — ainda não encontraram sua fórmula de liberdade como indivíduos, é cair num exagero, como o que está levando facção de americanas e européias, em nome de uma suposta libertação, a defender o lesbianismo, a libertinagem e a promiscuidade sexual.

Feminismo só faz sentido dentro de uma visão humanística, como emancipação, isto é, *crecimento, maioridade, responsabilidade*. Direitos adquiridos mediante a aceitação de deveres, partindo do princípio de que todos os indivíduos têm direito igual. Esta é a única moral verdadeira, o preceito básico da autêntica ética humana, ainda não atingido, mas que, por isso mesmo não devemos perder de vista. Assegurando iguais direitos a todos, estamos em realidade garantindo a cada um o direito de ser diferente. Igual tratamento e igual oportunidade, embora não sejamos iguais, respeitadas nossas diferenças individuais e a despeito dessas mesmas diferenças. Se todos fossemos iguais, seria inútil estabelecer um princípio de igualdade; ela estaria implícita. Lutar por igualdade é, pois, lutar no sentido de garantir a todos direitos iguais, a despeito das diferenças intelectuais, econômicas, raciais e também sexuais.

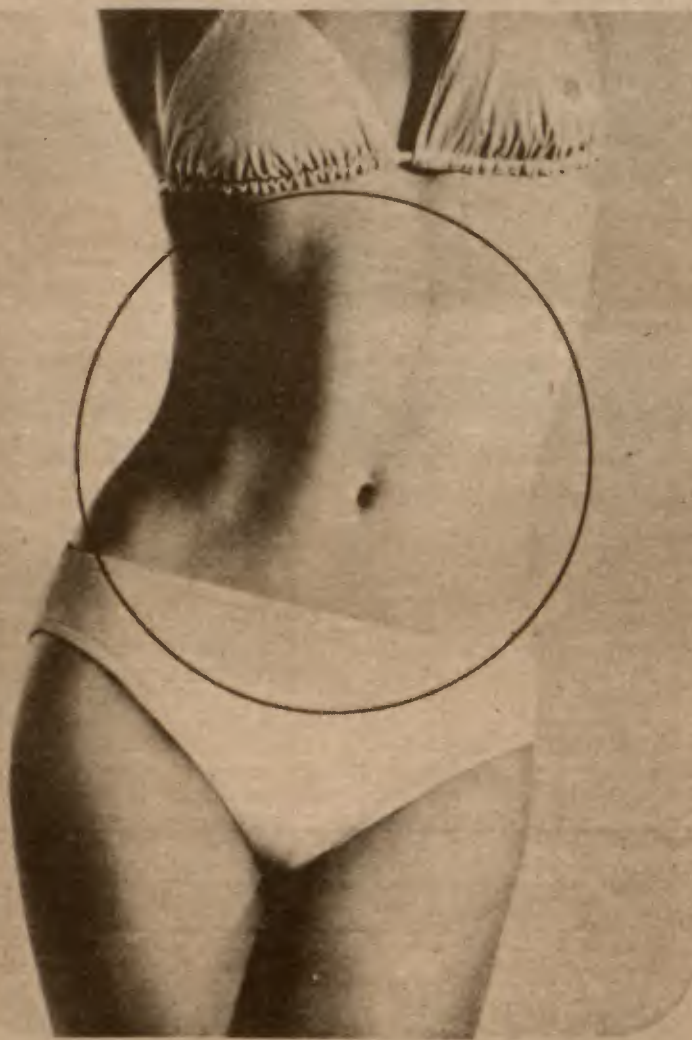
A mulher só logrará ser verdadeiramente mulher, quando for forte bastante para renunciar aos privilégios que a sociedade lhe outorga, na maioria das vezes à custa de esmagamento do homem.

Se considerarmos à primeira vista as modificações no comportamento feminino nas últimas três décadas, poderíamos afirmar que neste curto período a mulher obteve maiores conquistas que as que adquiriu desde os primórdios da humanidade até o advento da sociedade industrial.

De fato, após a Segunda Guerra Mundial, nos principais centros urbanos do país, a mulher que ousasse entrar sozinha num bar para "um cafezinho" causaria, senão impacto, pelo menos estranheza. Em alguns casos estaria pondo em risco sua reputação e, se ousasse acabar um cigarro, estaria sujeita a ser abordada, confundida com as decaídas. Porque só às mulheres do "trotóir" a mentalidade masculina da época concedia o privilégio de entregar-se ao prazer do vício de fumar.

O quadro de hoje

Nos barezinhos das zonas litorâneas do grande Rio e áreas de sua influência, jovens semidespidas são paisagem corriqueira. Desinibidas, sorvem chopes e batidas, entre bafordadas de cigarro, na maior tranquilidade, sem o menor risco de, pelo menos à primeira vista, serem convidadas para a cama. Universitárias e pré-universitárias em sua grande maioria, discutem abertamente sexo, literatura e artes em geral. Provavelmente o que as escandalizaria seria saber que após o final da Primeira Grande Guerra um senhor brasileiro cortou relações



QUE CORPO VOCÊ VAI USAR NESTE VERÃO?

Você se distraiu, engordou alguns quilinhos e eles estacionaram nos lugares mais proibidos. Tome providências rápidas. Tome Ayds.

Ayds é fabricado nos Estados Unidos, há mais de 20 anos. Milhares de gordinhos e gordinhas consomem Ayds para perder



dicações nem provoca efeitos colaterais porque não contém açúcar, ciclamato ou qualquer agente químico. Por isso, você pode consumir

O grande apelo da TV:
do simples sabonete aos infundáveis
prazeres sensuais

com a sobrinha... por esta se ter atrevido a cortar os cabelos "à demi-garçonne". Considerada a atitude da "doidivanas" incompatível com seus padrões morais!

O fato ilustra uma época. As mulheres casadas da década 20/30 passavam sua vida em longas casbeleiras...

A imagem que se pretende oferecer como sendo a da mulher de hoje fuma, bebe e despe-se em público, dirige automóvel, mora e viaja sozinha, movimentada livremente sua conta bancária e compra e vende ações na Bolsa. Contudo, até que ponto essa imagem liberta de preconceitos e tabus corresponde a uma real libertação e a um compromisso com a vida, ou apenas reflete um nível de aspirações ditado por uma sociedade de consumo que lhe condiciona valores, atitudes e hábitos?

É preciso ter em conta que essa pseudo-emancipação da mulher representa um padrão de comportamento restrito às camadas sociais cujo poder aquisitivo permite a adoção de novos hábitos de consumo. Está longe de corresponder à realidade global da mulher brasileira, embora, por emulação, influencie as demais camadas da população.

Fontes de renda

Se se tornasse exequível uma pesquisa sobre as fontes de renda feminina, talvez nos surpreendessemos com a indicação de que, ainda quando a mulher trabalha, em inúmeros casos a maior ou grande parte de sua receita provém de rendimentos sobre aplicação de herança familiar, aluguéis de imóveis herdados ou adquiridos em seu nome, para não falar em mesadas e pensões das mais várias procedências. Quanto às últimas, de altos cargos civis e militares, chegam, em certos casos, a ultrapassar os vencimentos de suas beneficiárias como profissionais de nível superior. Note-se que as das classes armadas ainda são extensivas às filhas mulheres, embora casadas e com renda própria.

Efetivamente, a mulher vem ganhando no Brasil maior liberdade de movimentos. Mas tudo leva a crer que o homem está pagando muito caro por essa aparente independência e que ainda não houve efetiva conscientização pela mulher de seu papel como elemento ativo numa sociedade de produção, mas sim um estímulo à sua participação como grande consumidor de bens supérfluos.

A mulher e a tv

A maior parte da programação da TV comercial se destina à mulher. A imagem-som entrando pela casa é o

recurso mais convincente para o consumo supérfluo e indução a uma forma específica de comportamento. E a mulher, a fêmea-classe média é, até agora, o maior comprador de sugestões.

Embora o apelo à criança já venha sendo utilizado com êxito em casos especiais, geralmente com cunho sentimental, é em geral à mulher que a TV se dirige em larga escala.

O poder do receptor é tão grande que é capaz de promover a afrodisíaco o insosso kream-craker das dietas moderadas. A linguagem audiovisual tão persuasiva que "cria" até tipos humanos para consumo, chegando a levar bela ex-novo, para "aparecer", a vender a imagem de ninfômana!

As pessoas "fazem o tipo" e partem para faturá-lo. Vendem a imagem que lhes será mais rendosa para divulgação. Alguns acabam se identificando com o próprio gênero que estão fazendo; outros utilizam essa imagem para ocultar e até defender seu lado real.

Os planejadores da programação visual, hábeis manipuladores da psicologia aplicada às vendas, sabem como atingir a fêmea para intensificar e massificar o consumo; conhecem todas as artimanhas para induzi-la a comprar, tornando-a insatisfeita material e sexualmente.

À fêmea classe-média é dirigido o grande apelo. A imagem toda poderosa da TV sugere, do simples anúncio de um sabonete novo ou em nova embalagem, cuja venda se torne necessário incrementar, ao desodorante íntimo, última expressão do refinamento pessoal, os mais infundáveis prazeres sensuais. Prazeres que só irão perturbar-lhe a imaginação e frustrá-la sexualmente.

Cansado da rotina do trabalho e das horas extras em expedientes vários para fazer face ao pagamento do plano habitacional e do carro, o marido, preocupado com a alta do custo de vida, do aumento pelo tumor do colesterol, do enfarte, do câncer e ameaçado com as despesas que lhe acarretará o seguro-educação dos filhos, já chega em casa exaurido. E jamais poderá ultrapassar, sequer corresponder à imaginação da fêmea que ruge dentro da esposa, exarcebada com as promessas do vídeo.

Livros Eróticos

Pesquisa junto a um clube de leitores indicou que os livros desse gênero são atualmente os mais procurados e que, dentre os leitores, o mais alto percentual se refere à mulher. E que a faixa de idade dessas "curiosas" despertadas para o pornográfico se situa entre casadas de 30 a 35 anos. Irrealização sexual por falta de potencial masculino, ou frustração de buscar "algo mais" que nunca é encontrado?

Os órgãos de comunicação se preocupam cada vez mais com os assuntos eróticos e nas revistas dirigidas à mulher cresce o número de artigos sobre esse aspecto da vida, que vão desde a "como atingir o orgasmo" ao "você poderá permanecer sempre jovem".

É a venda do mito de eterna juventude ocupando páginas de jornais e revistas com "mensagens" para a mulher. O casamento aberto, pretendendo libertar sexualmente o par é assunto em pauta. As opiniões emitidas, de tão contraditórias, se entrecrocam. Basta analisar o conteúdo das publicações destinadas a mulher durante o mês. E o que pensar de toda essa discordância de pontos de vista simultâneos, senão que tendem a levar a mulher a um estado de neurotização?

Há cerca de vinte anos, falar em sexo era tabu. Parece que agora não falar em sexo é que se tornou tabu. O sexo está em toda parte. É o indutor, não só à aquisição dos mais diversos bens de consumo, como às mais divergentes formas de comportamento social.

Nas clínicas psicológicas, que crescem dia-a-dia em número, os índices de impotência de jovens, segundo vários médicos e psicólogos, com base em sua vivência profissional, decorre de agressividade da mulher, responsabilizada pela inapetência dos homens. Agressividade nas roupas, no comportamento. Será também essa agressividade

responsável pelo crescente homossexualismo que transborda nas cidades grandes e já visceja pelo interior?

Crise de Identidade?

É bem verdade que nos dias que correm tornou-se extremamente difícil para a mulher a identificação de seu papel. Manipulada pela sociedade de consumo, descrente do casamento e da maternidade como sua realização máxima, entontecida pelo número sempre crescente de desquites, ela se tornou presa fácil da informação massificada e contraditória que tende a neurotizá-la progressivamente, tornando cada dia mais difícil seu encontro consigo mesma.

Não conseguindo situar-se, torna-se presa fácil, passível de aceitar padrões falsos de comportamento ditado pelo mercado de ofertas.

A brasileira de hoje reivindica liberdade, mas recusa-se a pagar o preço. Fala em "assumir", mas ainda não escolheu seu papel. Protesta, mas não sabe contra quê. Pretende libertação total, mas não prescinde da proteção masculina. Quando opta por uma profissão, deixa de lado a perspectiva econômica. Quer um papel principal, mas quando trabalha aceita como "acessória" sua contribuição na economia do casal.

Olha de soslaio, com profunda desconfiança, os movimentos feministas que ameaçam seu mundo mágico — o mundo cheio de fantasia que envolve os produtos miraculosos oferecidos para consumo através do receptor de TV e das publicações "dirigidas à mulher moderna". Não resiste ao apelo do desodorante íntimo, das novas cores para maquiagem e das lentes coloridas que permitirão alternar seu tipo físico. Pleiteia amor livre e casamento aberto, mas reivindica pensão do marido nos casos de desquite e separação. "Esquece-se" de que o primeiro degrau de independência é o econômico e de que da liberdade financeira lhe advirão, naturalmente, todas as outras. Recusa-se a continuar a ser "coisa", como "as mulheres do passado", sem se aperceber de que hoje, mais do que nunca, se torna "Objeto", consumidora e produto de consumo ela própria, habilmente manipulada pelos programadores de marketing que elaboram os mais mirabolantes planos para criar-lhe necessidades superfluas.

A pílula não a libertou, já que se tornou escrava da pílula. O emprego não a liberou, porque, regra geral, aceita remuneração inferior à do homem. Ganhou direito à educação, mas ainda prefere cursos que limitam seu mercado de trabalho, com o decorrente aviltamento de sua paga.

Não foram até agora bem divulgados no Brasil os assuntos que tiveram em pauta no encontro de mulheres realizado no México, 23 de junho a 4 de julho. Teses, como a de Kate Millet, surgem no panorama internacional confundindo necessidades e objetivos da emancipação feminina. Confessando sua condição bi-sexual, Kate Millet provocou sensacionalismo com sua autobiografia *Flying*, no dizer da crítica, "escrito sem habilidade". *Flying* tornou-se "best-seller" e o movimento feminista internacional, incorporando adeptos dessa ordem, corre risco de esvaziamento, embora ela se tenha tornado profeta de uma facção que nada tem a ver com feminismo autêntico.

Que as brasileiras que estiveram presentes no Congresso tenham sabido realmente interpretar a realidade da mulher brasileira, que pouco difere da situação da latino-americana. E que a sociedade de consumo, responsável pela alienação de nosso contingente feminino, tenha sido, durante a oportunidade, colocada no lugar que merece: o banco dos réus. São os nossos esperançosos votos.

MARIA DE SOUZA DIAS

EDUCAÇÃO

ESTUDANTE NÃO TEM ONDE MORAR

Quando o então governador da Guanabara Sr. Carlos Lacerda resolveu doar um prédio velho de cinco andares — número 26 da Visconde de Maranguape, antiga Lapa — para os estudantes de um alojamento ligado à União Metropolitana dos Estudantes, no ano de 1965, todos acreditaram que o problema da sede própria da Casa do Estudante Universitário estaria resolvido. Para sempre. Mas tudo não passou de um sonho e 10 anos depois a CEU, continua lutando para conseguir sua sede própria, embora seja uma entidade reconhecida de utilidade pública.



Do prédio velho doado pelo ex-governador Lacerda só resta a lembrança na memória dos moradores mais antigos. O plano de urbanização da Lapa viria pôr abaixo o velho prédio e, assim, 72 estudantes vindos dos mais diferentes lugares do Brasil ficaram sem local para morar. A única solução encontrada, diante do silêncio enorme do ex-governador Chagas Freitas, foi uma só: o Ministério da Educação e Cultura — gestão do sr. Jarbas Passarinho — conseguiu o empréstimo do prédio 762 da Rui Barbosa, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mas isso ocorreu há dois anos. Com a Casa do Estudante Universitário instalada no prédio da antiga Escola de Enfermagem Ana Nery, a mesma insegurança imposta aos estudantes, em face da ordem de despejo geral que receberam em junho de 1972 da Secretaria de Obras, na gestão do engenheiro Emílio Ibraim, ainda permanece. É que a situação hoje continua a mesma, com a aparição milagrosa de novos, inesperados e dramáticos lances.

Por exemplo: a Universidade Federal do Rio de Janeiro está transando a venda do prédio onde está funcionando a Casa do Estudante Universitário. O contrato de ocupação entre o Fundão e a CEU foi feito inicialmente de seis meses. Depois de vencido — final de 1973 — foi estabelecido um novo acordo:

verbal, a CEU desocuparia o prédio quando a UFRJ necessitasse.

— É um problema, diz o acadêmico de engenharia mecânica-hidráulica e diretor-administrativo da CEU, Flávio José Tieppo, de 20 anos de idade. Num desabafo e com ar de quem está vendo toda uma comunidade ameaçada de ficar sem casa, ele afirma: "A situação é por demais delicada. A gente não sabe se fica mesmo morando aqui na Rui Barbosa ou não. Nem para onde ir, saindo desse prédio".

Em Brasília

Com a esperança de conseguir "uma solução definitiva para o problema", a CEU resolveu enviar dois representantes seus para contatos junto ao Ministério da Educação e Cultura, em Brasília, em junho último. Com um relatório e um processo de 15 laudas, levando ainda a esperança renovada de mais 70 companheiros, os estudantes José Flávio e Jason Tércio dos Santos — do curso de Comunicação — não trouxeram para o Rio de Janeiro informações das mais promissoras. Flávio conta como foi:

— É claro que a gente está tentando sensibilizar o ministro, mesmo com o acordo de que o governo indenizaria nossa sede, quando demoliu o prédio lá da Lapa. No Departamento de Assuntos Universitários

(DAU) deixamos bem claro que a situação da CEU não é boa. Existem 72 estudantes, universitários, que vão assumir cargos importantes amanhã aqui no Brasil, que podem ficar sem ter onde morar de uma hora pra outra.

— Informamos ao MEC que a CEU é a única casa de estudante existente no Rio de Janeiro e que tínhamos recebido dias antes a visita de um funcionário da UFRJ, com as declarações de que o prédio que nós estamos ocupando está sendo transado, por Cr\$ 10 milhões. Não disse para quem. Adiantou ainda que aqui no Rio o Hospital Fernandes Figueira está requerendo, junto ao MEC, aquisição do prédio Ana Nery, para incorporá-lo ao patrimônio do Ministério da Saúde.

— Em Brasília, não se conseguiu falar com o ministro Ney Braga. Mas em compensação recebemos a notícia de que o MEC até o momento ainda não decidiu nada sobre a transação da venda do prédio.

Hipóteses

Da viagem feita a Brasília pelos residentes da Casa do Estudante Universitário não saiu "uma solução definitiva." E sim duas hipóteses, que ainda continuam hipóteses:

— Deixamos o processo, que foi entregue ao ministro, com as promessas de que "tudo seguiria o melhor caminho" para os

residentes da CEU. Depois o Ministério da Educação e Cultura enviou um de seus funcionários, para averiguar a verdadeira situação da casa. Ele trouxe duas hipóteses, que podem se transformar em solução para o problema, posteriormente:

A primeira delas, diz Flávio, seria a construção de um edifício de três ou cinco andares. Construído pelo Banco Nacional da Habitação, com a própria planta feita pelo MEC e o terreno doado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, na Mem de Sá, número 78, Lapa.

— A segunda hipótese: o MEC conseguiria um prédio já pronto, que necessitasse somente de restaurações. Mas isso ainda vai depender de futuros contatos entre o Ministério da Educação e Cultura, com a Prefeitura do Rio. O MEC está vendo quais dessas duas hipóteses deverá adotar.

Ana Nery

Eles acham o local maravilhoso. Tem um bom clima, uma boa posição geográfica, é central e fica perto da praia. E ainda por cima numa zona de menos poluição, que dia-a-dia mata um pouco do Rio de Janeiro. O prédio de dois andares onde funcionou a Escola de Enfermagem Ana Nery não está em boas condições. "Mas uma reforma resolveria o problema", diz o diretor administrativo da CEU.

Os velhos elevadores estão parados, como máquinas estranhas, gaiolas compridas, sem função, senão a de esperar que a ferrugem termine seus dias, sem muita pressa. "Não é melhor que o nosso velho prédio da Lapa, afinal, ele era nosso mesmo. Mas o prédio da Escola Ana Nery tem todos os requisitos desejáveis para ser a Casa do Estudante Universitário". Nesse prédio, atualmente, 72 estudantes dos mais diferentes Estados do Brasil se preparam para assumir amanhã os mais diferentes postos da vida pública brasileira.

Centro cultural

Para o estudante de Engenharia José Flávio, é muito importante que a Casa do Estudante Universitário se transforme num centro cultural. Ele reconhece entretanto que as dificuldades são enormes. Afirma que a biblioteca Graciliano Ramos, no térreo do prédio Ana Nery, "não vai além de uma salinha de estudos. Falta livros. Falta tudo, até o prédio, o mais importante".

— Mesmo contra essa maré toda, vem se tentando fazer alguma coisa, dentro do campo cultural. Nós estamos tentando tirar da cabeça do residente a ideia de que a CEU é um "alojamento" ou "vaga" ou muito menos "apartamentos". Tem que ter uma outra finalidade. Que marque uma passagem na vida do estudante, que passa por aqui.

Ele cita algumas promoções culturais da CEU: Poemostragem, Danças Espirituais Espontâneas — professor Wolf Golewski —, apresentações de conjuntos musicais, entre maio, junho e julho. Todos sem fins lucrativos.

— Agora em agosto, por exemplo, vai começar um curso sobre folclore, promovido pelo Museu do Folclore e várias turmas do Mobral, que vão passar a funcionar aqui no prédio Ana Nery, diz o diretor-administrativo da CEU.

MENESES DE MORAIS

NEM MODELO NEM BRASILEIRO

O violento agravamento do excedente econômico da classe trabalhadora e do apoio ostensivo e direto ao processo de concentração e centralização, bem como o domínio cada vez maior dos trustes e cartéis internacionais é o que Moniz Bandeira denuncia em seu novo livro. O "modelo brasileiro", diz, "não é modelo nem brasileiro."

Professor de ciência política em São Paulo e estudioso dos problemas brasileiros, com vários livros já publicados anteriormente, entre os quais "Presença dos Estados Unidos no Brasil" e "O Ano Vermelho - A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil", Moniz Bandeira fala de seu novo livro, "Cartéis e Desnacionalização".

C - A que se propõe seu novo livro?

MB - Eu diria que, em primeiro lugar, a mostrar a evolução do capitalismo brasileiro nos últimos 10 anos e as consequências da política econômica a partir do golpe militar de 1964.

C - Pode desenvolver?

MB - Bem, em 1964 havia duas opções, em termos de capitalismo, para o Brasil: ou se incentivaria o desenvolvimento capitalista brasileiro com base no mercado interno e na abertura do comércio exterior aos países subdesenvolvidos e/ou socialistas (venda de manufaturados para países subdesenvolvidos, por exemplo, latino-americanos ou africanos e venda de matérias-primas para os países socialistas e compra de bens de capital). A outra opção era a clássica da oligarquia financeira internacional: lançar os prejuízos da crise capitalista sobre a classe operária, desruir as indústrias genuinamente

C - E as consequências?

MB - Esse chamado "modelo brasileiro" constitui um desenvolvimento artificial que está sendo sustentado à custa de uma repressão contínua da qual as empresas multinacionais não querem abrir mão - e essa é uma das causas que vêm impedindo maior desenvolvimento do processo de distensão política no Brasil - e de um endividamento crescente que levará, caso se mantenha o atual ritmo, a dívida externa brasileira a duplicar a cada ano, depois a cada seis meses e a cada dois meses e por fim a cada mês.

C - Quais as razões desse endividamento?

MB - Basicamente, o déficit estrutural da conta-corrente do balanço de pagamentos. A conta de serviços (juros, royalties, lucros e dividendos), aumenta cada vez mais a dependência do



Gilberto Freyre: páginas da mais duvidosa idoneidade intelectual

DIÁRIO

QUEM TEM MEDO DE VIRGINIA WOOLF?

"O pior cego é aquele que não quer ver," diz um ditado popular. Infelizmente, no Brasil, a gente esquece ou ignora ou coloca de lado, com muita facilidade, os nossos grandes valores.

Jorge de Lima, com "Invenção de Orfeu", aí está ainda à espera daquela revisão que propunha Murilo Mendes, na primeira edição desse magnífico livro de poesia, insistindo, inclusive, na formação de uma equipe de críticos especializadíssimos, a fim de ser destrinchada essa obra de feitura tão multiforme, tão cosmogônica. No mesmo caso encontra-se Oswald de Andrade, que teve seu início de revisão através de Augusto e Haroldo de Campos, e, igualmente, desse excelente crítico do nosso Modernismo que é Mário da Silva Brito. Ainda no

mesmo plano, poderíamos lembrar da obra de Mário de Andrade, especialmente sua poesia e correspondência, que estão clamando por um estudo mais vertical e profundo da parte dos nossos "experts" literários.

Em compensação, com a mesma gratuidade, com a mesma desonestidade, e não menor pressa, criamos, aqui, entre nós, falsos mitos e tabus que, quase sempre, não correspondem, depois de uma revisão mais atenta de suas obras, ao que pensávamos anteriormente deles. Gilberto Amado é um desses escri-

tores. Gilberto Freyre que, aliás, acaba de publicar um novo livro, é outro.

Sem dúvida, com a publicação deste seu último e desastroso volume, "Tempo Morto e Outros Tempos" (Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975), Gilberto Freyre cometeu o maior "forfait", não só em relação à sua própria obra, aliás das mais discutíveis, especialmente sob o ponto de vista científico, mas no que concerne à literatura brasileira propriamente dita. Poucas vezes, na verdade, topamos com um livro

tão desigual, tão desonesto, tão inescrupuloso. Obra que, em princípio, deveria resultar no apogeu da maturidade intelectual de seu autor, parece que a consequência desse malogrado projeto foi exatamente o oposto àquele a que se propunha o escritor, uma vez que a sua conhecida falta de humildade colaborou, progressivamente, para a elaboração destes trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, trechos bem pouco antológicos, que muito vêm comprometer o seu autor, pois parecem escritos ontem e jamais a partir de 1915 (como vêm datados nesse volume), que aliás reúne páginas da mais duvidosa idoneidade intelectual.

Estaremos, pois, ante mais um falso mito, um desses tabus que abundam em nossa literatura? Não resta a menor dúvida. A par disso, esse escritor que, afinal das contas, ficou como o autor de um livro só, o único que se pode levar a sério - "Casa Grande e Senzala" - e, assim mesmo, encarado sob o ponto de vista literário, ficcional mesmo, é pouquíssimo em seu "approach" sociológico - Gilberto Freyre é, hoje em dia, considerado, pelas maiores autoridades no assunto, ultrapassado sociologicamente - manifesta, através destas páginas de "Tempo Morto e Outros Tempos", um cabotinismo, inclusive, "demodé", já que não só acentua continuamente a sua própria genialidade (sic!) a cada parágrafo do livro, mas com o maior desassombro, desparamento mesmo, realizou um diário de hoje para trás, ainda que datado de 1915 a 1930; isto é, parece ter esmiuçado o seu passado há menos de dois anos, porém fazendo o leitor acreditar que se tratavam de apontamentos da juventude, encontrados no fundo de um baú, a maioria dos papéis, segundo ele próprio, no prefácio, atacados pelas traças...

O diário inicia-se, precisamente, em 1915, quando o seu autor contava apenas quatorze anos de idade e já estava lendo Comte e ia atacar, logo em seguida, nada mais nada menos, do que Taine. Simultaneamente, há trechos, logo no início da brochura, como por exemplo na página 6, em que tornam patentes os ludibrios do escritor pernambucano, pois, de jeito al-

gum, o que lemos aí é estilo de menino de tão pouca idade, senão constate o próprio leitor, acompanhando a transcrição que se segue, mais atentamente: "Desde os quatorze anos que um indivíduo pode empenhar. O medo me acompanhou o tempo todo: medo de uma variedade de perigos e não apenas desse. Cama de lona de uma ranger traiçoeiro que me parecia chegar aos ouvidos de toda a gente da casa, anunciando meu pecado. Preocupação. Prazer perturbado. Desapontamento. Remorso. Sensação de ato incompleto mas mesmo assim definitivo na minha vida. Ato criador de outro eu dentro do meu eu".

Ora, como facilmente poderá sentir o leitor, por mais ingênuo que ele seja, a construção das frases é nitidamente posterior ao modernismo brasileiro, à Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922. Estilo telegráfico. Suscinto. Da maior concisão. Porém, típico da prosa lançada por Oswald de Andrade, na década de 20, e que foi continuada e burilada por Antônio de Alcântara Machado em seus contos admiráveis. Sem dúvida, nem por adivinhação, Gilberto Freyre, que aliás nem sequer é um Rimbaud tropical ou um émulo do tão injustamente esquecido Adélino Magalhães, poderia intuir esse processo, característico dos nossos primeiríssimos modernistas. Porém prossegue sempre, através destas páginas infelizes, a desonestidade de seu autor, desonestidade essa que nos parece ainda mais flagrante na última frase, com laivos freudianos: "Ato criador de outro eu dentro do meu eu" (página 7). Está mais do que claro que isso foi escrito agora e nunca em 1915. Ou então o escritor em questão refez o seu diário, o que não nos parece muito correto. Ou então deveria ter publicado um livro de memórias - onde são permitidas certas liberdades em nome da memorialística - mas, jamais, um diário, onde, inclusive, deve ser respeitado aquilo que foi escrito no ano em que foi para o papel.

Contudo, sem nenhuma implicância da nossa parte, chovem os exemplos nesse sentido através do livro todo. Na página 9, por exemplo, logo de saída, encontramos esta preciosidade de inexactidão e exibicionismo, aliás, no caso, absolutamente

país, com a agravante de constituir um círculo vicioso.

C - Você pode adiantar alguma coisa sobre a atuação dos cartéis no Brasil?

MB - Bem, o livro conta a história de como eles se formaram e funcionam, não atuando isoladamente, mas como parte de uma política global, que tem como objetivo o lucro máximo e não os interesses nacionais dos países onde atuam. No Brasil, por exemplo, o povo vive em função das indústrias e não estas em função do povo. Só para citar um exemplo, o Volks 1.200 e o Dauphine/Gordini foram tirados de fabricação para aumentar o consumo de gasolina.

C - Como você vê a atuação dessas empresas no Brasil, numa época em que as nacionalizações são a tônica em todo o mundo?

MB - Infelizmente, para nós, a crescente oposição às grandes empresas estrangeiras está le-



Moniz Bandeira:
multinacionais não,
trustes sim

vando essas corporações a concentrarem sua atuação nos países subdesenvolvidos, onde a inexistência de uma ação efetiva antitruste e os regimes de força impedem a organização de movimentos operários, atuando para a segurança à atuação dessas empresas. O resultado é um processo de desnacionalização em todos os setores - inclusive na Avicultura, fato ainda não levantado em nosso país. O brasileiro, hoje, somente produz aves e ovos, que não dão lucro, estando os setores rentáveis dessa atividade em mãos das empresas norte-americanas.

C - No livro você fala em trustes e cartéis, ao invés de multinacionais. Por quê?

MB - Aliás, isso é uma coisa que faço questão de dizer: sou contra esse termo "multinacionais". Essa é uma forma de embelezar os velhos monstros que a economia política sempre conheceu como trustes e car-

téis. Quanto à atuação dessas organizações, gostaria de citar mais um exemplo: na Argentina, onde a política econômica adotada pelo ex-ministro Celestino Rodrigo foi uma tentativa de copiar o que se fez aqui. Ele tentou, com as medidas tomadas em junho de 1975, jogar sobre os trabalhadores os prejuízos do capitalismo, ao mesmo tempo em que promovia, através da destruição da indústria nacional, a redistribuição do mercado interno a favor dos cartéis, acelerando o processo de concentração e centralização de capital. A Argentina tem uma renda per capita mais de duas vezes superior à do Brasil, cuja fisionomia social é, de certa forma, a mesma do tempo do Império, com a diferença de que os barões do açúcar e os senhores do café foram substituídos pelos executivos das corporações internacionais.

C - Você poderia traçar um paralelo entre a presença dessas

empresas na Argentina e no Brasil?

MB - Eu diria que a diferença maior está na maior liberdade política existente na Argentina. Essas empresas chamadas multinacionais somente podem existir e crescer, hoje, com o cerceamento das liberdades e poderia mesmo afirmar que os maiores interessados no clima de repressão em que mergulhamos, a partir de 1964, são os empresários estrangeiros.

E preciso que o Brasil deixe de viver em função das volkwagens e das general motors. As fábricas de automóveis não existem em função do povo, mas o povo para as fábricas de automóveis. A conclusão a que chegamos é a de que o chamado "modelo brasileiro" não é modelo nem brasileiro. O que se passa é que não se pode chamar de modelo um regime que apresentou em 1974 um déficit no balanço de pagamentos de 6,8 bilhões de dólares.

gratuito: "Grande escritor, esse Bunyan. Seu livro é uma espécie de aventuras de Dom Quixote. Só que as aventuras em vez de serem as do corpo e da inteligência de um homem fora de seu tempo, são as de uma alma presa às coisas do mundo e esquecida de Deus. Também venho lendo Tolstói. E com grande entusiasmo. Quem lê Nietzsche deve ler também Tolstói. Mário Severo me aconselha Flaubert, que ainda não li. Eça já li quase todo: é o autor mais lido pelos estudantes da "república" de Mário que me emprestou um livro de Eça que eu não conhecia: "Prosas bárbaras". Meu entusiasmo é pelo "Os Maias".

Se nessa idade é bem possível que Gilberto Freyre já tivesse lido quase todo o Eça de Queiroz - pois o mesmo fizemos quase todos nós - não cremos que tivesse entendido Nietzsche e sequer atinamos com o porquê de: "quem lê Nietzsche deve ler também Tolstói"! Um por acaso complementa o outro? Perguntamos, não à criança Gilberto Freyre, mas ao adulto de setenta e quatro anos de idade: o que tem que ver uma coisa com a outra, senão que ambos são pilares do pensamento contemporâneo, como diria com certa graça e muita ingenuidade Stefan Zweig?

Mas a coisa, todavia, não fica por aqui. Senão vejamos. Em 1917, à página 13, com dezesseis anos de idade, escreve o escritor: "Filósofos nos quais me posso considerar iniciado, embora de modo nenhum senhor da filosofia de qualquer deles: Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Spinoza, Descartes, Hume, Hobbes, Hegel, Comte, Schopenhauer, Nietzsche, James, Bergson, Marx. Muito pouco, em alguns. Mas alguma coisa em quase todos." Bem, em que pese a tirada de humildade

da parte final do período, não é gente demais para um garoto de dezesseis anos já ter lido? Sequer perguntamos: digerido? Mas, apenas, lido? Nesse mesmo ano, após Taine, e tendo passado por Stuart Mill, confessa o escritor que está lendo Renan (página 15). A ele, que já conhece o gênio francês, "através de Pascal e Montaigne (que eu venho lendo sob a direção de Mme. Meunier, depois de ter lido com ela La Fontaine), Renan e Anatole France desapontam" (sic!). E prossegue o "enfant" prodígio: "São elegantes é certo, na frase e no espírito. Mas sem a profundidade daqueles mestres ao mesmo tempo da análise e da síntese: a grande, a suprema vocação do gênio francês."

Pelo amor de Deus, mas isso também já é demais! Nem Machado de Assis, que realmente foi um dos poucos gênios literários deste país, com dezesseis anos teve saídas desse calibre!

Por outro lado, o jovem genial não parecia muito afeito ao que estava acontecendo na Europa, naquele tempo em que por lá andou, estudando e passeando. São pouquíssimas as referências aos movimentos artísticos e literários que fervilhavam, não apenas em Paris, mas em outras capitais européias da época. Se passa por cima do cubismo, dadaísmo, a metafísica do silêncio de De Chirico, em 1922 fala da vontade de conhecer James Joyce e Ezra Pound, mas a sua timidez e hesitações o impedem de tão grandioso empreendimento (sic!).

Nesse mesmo ano de 1922, além de ignorar o nosso movimento modernista e a revista Klaxon, surgida logo depois da Semana de Arte Moderna, Gilberto Freyre nos dá uma inverdade histórica: a estada dele, em Paris, com alguns brasileiros

"modernos": Tarsila do Amaral, Brecheret, Oswald de Andrade e Vicente do Rêgo Monteiro. Ora, em 1922, após a famigerada Semana de Arte Moderna, segundo expressão do próprio Mário de Andrade, nem Oswald nem Brecheret estiveram em Paris. Os únicos que lá estavam: Vicente do Rêgo Monteiro e Tarsila do Amaral (que, aliás, não participou da Semana por isso, tendo voltado para o Brasil só em 1924, quando aderiu ao modernismo, via Mário e Oswald de Andrade, participando, então, dos movimentos Pau-Brasil e Antropofagia).

Outra coisa que se esquece de dar importância o escritor é à revista Estética, que teve apenas três números, aliás lançados entre 1924 e 1925, e da qual não faz ele nenhuma referência na obra, talvez devido à sua insistente vontade de que o movimento modernista tivesse nascido antes em Pernambuco do que em São Paulo e no Rio (ver, a respeito, famosa polêmica com Joaquim Inojosa, da qual não se saiu muito bem o autor de "Nordeste"). Aliás, nesse sentido de datas históricas, poderíamos transcrever um trecho do seu diário, datado desse mesmo ano de 1922, à página 116, quando afirma, ingenuamente, a respeito de Vicente do Rêgo Monteiro: "Não creio que haja hoje no Brasil um pintor mais genuinamente moderno, sem deixar de ser brasileiro (que o digam os seus desenhos não muito autênticos sobre temas amazônicos)" (sic!). Ora, e nessa mesma época, o que estava fazendo Di Cavalcanti? E Anita Malfatti? E Gomide?

Em "Tempo Morto e Outros Tempos", quando deixa Gilberto Freyre de genializar o jovem que ele foi, e entra um pouco mais nos anos, como à página 158, datada de 1924, dá mostras de que já não está mais lembra-

do das coisas e de que não leu direito as cartas de Joaquim Nabuco. Logo à página 161, também datada de 1924, surge a palavra paracatólico, que nos parece algo muito recente - como parapsicologia, por exemplo - e que não eram usadas há cinquenta e um anos atrás. Já em 1926, se a sua entourage é mais ou menos respeitável, troca Gilberto Freyre completamente as bolas, num registro de seu diário, à página 190, fazendo um verdadeiro coquetel de gente que ele gostou de conhecer, mas que nem sempre eram nomes representativos da então intelectualidade nacional.

Se, na página seguinte, 191, faz uma boa observação, como esta: "Bela figura, a do Graça. É pena vir escrevendo ultimamente tanta coisa vã e não apenas insensata, a ponto de não parecer mais o mesmo homem que escreveu "Canaã". O mesmo é certo de Gustavo Barroso: depois de ter estreado com o excelente "Terra do sol" vem escrevendo apenas coisas banais" - à página 192, datada de São Paulo, 1926, já dá uma de imperialista, computando, nos idos da década de 20, o seu futuro servilismo ao salazarismo, que não só ficou famoso, mas, sem dúvida, lhe foi muito rendoso em todos os sentidos...

Há também neste diário, a partir de 1926, como já dissemos, uma inequívoca tendenciosidade de Gilberto Freyre, ao falar dos "modernistas brasileiros, dos quais entretanto seria injustiça não destacar como poetas novos um Ribeiro Couto, os dois Andrade e Drummond, e mesmo os dois Andrade de São Paulo nos seus melhores momentos" (o grifo é nosso). Entretanto a coisa não fica aí contra os Andrades paulistas. À página 233, com data de Recife, 1929, a propósito de fazer um jornal diferente dos outros, A Província, dentre os colaboradores convidados, assim se ma-

nifesta o autor de "Sobrados e Mucambos": "Mário de Andrade não me interessa: de modo notável, está sendo um admirável renovador de artes e de letras brasileiras, mas é artificial em muita coisa. Artificial demais. Oswald de Andrade, também, embora bem mais inteligente e autêntico que Mário."

Para que o jogo de empurra? O que tinha e tem que ver a obra e a personalidade de um com a do outro? Não foram, ambos, cada qual a seu modo, importantes e inovadores?

Sem queremos nos deter muito nas experiências sexuais de Gilberto Freyre, "confessadas" em "Tempo Morto e Outros Tempos", por razões óbvias, gostaríamos que o seu autor tivesse sido mais discreto na narração de certos fatos, muito comuns na província brasileira, especialmente naqueles tempos, e que resultariam exatamente nessas decantadas experiências sexuais alardeadas por ele. O que não nos convence e achamos de um extremo mau-gosto, é a passagem da vaca que se sentia mulher, para não entrarmos em outros detalhes, ainda mais desnecessários, que, também, não acreditamos terem sido escritos na mais tenra idade literária do escritor.

Como conclusão, achamos, sinceramente, que Gilberto Freyre já devia saber, sobejamente, que o negócio não é ser gênio, mas coerente com os outros, coerente com a sua cultura e a cultura de seu país, coerente com o seu tempo (inclusive sob o ponto de vista político e de participação nos problemas sociais que estamos vivendo) e, principalmente, coerente consigo mesmo como intelectual e escritor.

Final das contas, ele já tem idade suficiente para isso...

REYNALDO BAIÃO

RIO COR - TEL: (021) 227-0020

PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO

Centro de Tratamento Intensivo - Grupos especializados e o melhor equipamento

Resp. Dr. Mário Anache (5.278) - Dr. Raymundo Dias Carneiro (4.584)

Rua Farne de Amoedo, 86, Ipanema - Rio de Janeiro

SEM INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA NÃO HÁ IMPrensa LIVRE

a independência de CRÍTICA
depende de sua assinatura — de
muitas assinaturas. não
perca tempo, faça a sua agora.

PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupom e mande junto ao pagamento à ordem de

EDITORA CRÍTICA LTDA.
Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio — RJ, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO BRASIL (Cr\$ 200,00) EXTERIOR (US\$ 50,00)
6 MESES BRASIL (Cr\$ 100,00) EXTERIOR (US\$ 30,00)

NOME

RUA Nº.....

CIDADE ESTADO.....

PAÍS CEP.....

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

- CHEQUE VISADO PAGÁVEL NO RIO
- VALE POSTAL



JOSÉ BARBOZA MELLO

HISTÓRIA DAS LUTAS DO POVO BRASILEIRO

MARCA DE 4 SÉCULOS PELA EMANCIPAÇÃO DO PAÍS

- I — DE CABRAL A NASSAU — 1500 — 1654
Da resistência aos portugueses à Dominação Holandesa
 - II — DOS GUARARAPES À CONJURAÇÃO MINEIRA — 1654 — 1789
Formação da nacionalidade brasileira
 - III — DE TIRADENTES AO MARECHAL DE FERRO — 1789 — 1891
Formação da ideologia republicana
 - IV — DE FLORIANO PEIXOTO A GETÚLIO VARGAS — 1891 — 1954
Formação da consciência nacionalista
 - IV — FLORIANO PEIXOTO A GETÚLIO VARGAS — 1891 — 1954
Formação da consciência nacionalista
- Uma interpretação objetiva de nossa História
Nas livrarias ou na sede da Editora, — Marrecas, 37 — 1º — onde os
professores e estudantes gozam de desconto especial.

BRAGA'S

cabeleireiro para homens
Ponha sua cabeça no lugar certo



Depois que o homem descobriu a importância do cabelo (que já virou até tema de peça de sucesso — Hair) todos levaram a embalagem do cérebro ao lugar adequado.
Braga's onde sua cabeça recebe o melhor tratamento.

Av. Rio Branco 156 — 5/ loja 240 e 246 — Ed. Av. Central
Telefone 231-0490 — Rio de Janeiro — RJ



Dois dos
três condenados: "Seção
especial"

LANÇAMENTOS

CONDENADOS À MORTE NÃO ESCAPAM

Costa-Gravas, cineasta grego conhecido por sua combatividade, volta às telas dos cinemas apresentando mais um filme polêmico e destinado a ampla repercussão: "Section speciale" (Seção especial), a exegese de três condenados à morte por delitos políticos na Paris ocupada.

Jorge Semprun, adaptador e autor dos diálogos segundo a obra de Hervé Villere, considerou o filme "uma análise do Estado, de sua razão irracional, de seu grande aparato, de seu aparelho repressivo".

E disse mais Semprun: "Não há em «Seção especial» uma intriga propriamente falada, no sentido dramático e espetacular de costume. Não há também "personagens" nem "heróis" — negativos ou positivos — com qualidades fisiológicas necessárias para uma ação estruturada por um desfecho conforme os padrões habituais do gênero.

Não há estória, enfim. Mas há a história. Há, precisamente, a história — pelo menos em parte — da França de Vichy, no mês de agosto de 1941. Há as forças, os homens que fizeram esta história, na incoerência aparente de seus interesses e de suas ideologias contraditórias.

Este retraimento deliberado da "intriga" e dos "heróis" tradicionais permitiu a Costa-Gravas fazer o retrato de um dos personagens mais terríveis do século 20: o Estado totalitário.

Sem vedetas

«Seção especial» não conta qualquer nome famoso no elenco. Seus intérpretes são Louis Seigner, Michel Lonsdale, Henri Serre, Pierre Dux, Julien Bertheau, Claude Pieplu, Jean Bouise, Julien Guiomar, Jacques Spesser, Michel Galabru, Yves Robert, Bruno Cremer e Jacques Perrin. Fotografia de Andreas Winding e música de Eric Demarsan.

O filme começa a 27 de agosto de 1941. Cinco magistrados franceses, compondo uma «Seção especial» do Tribunal de

Recursos de Paris, condenaram à morte três homens.

Os três condenados, Bréchet, Bastard e Trzebrucki, eram simples indiciados, já julgados por "delitos políticos" e condenados por esta razão por tribunais correccionais a penas de 15 meses, dois anos e cinco anos de detenção. Bastard, Bréchet e Trzebrucki recorreram. Apesar da fraqueza dos indícios apresentados contra eles, os juizes da «Seção especial» os condenaram à morte, sem possibilidades de apelar ou de recorrer.

Foram decapitados na alvorada do dia seguinte. A condenação e a execução foram determinadas pelo chefe de Estado, o marechal Pétain; o ministro do Interior, Pierre Pucheu; e o ministro da Justiça, Joseph Barthélémy.

Desde então, e após mais de 30 anos, as consciências daqueles que, responsáveis ou testemunhas, foram envolvidos neste drama, não se acalmaram.

René Plevin, ministro da Justiça, escreveu em 1972 que a análise deste caso poderia "prejudicar interesses privados e despertar paixões no meio da opinião pública".

Quais são esses interesses privados, e por que paixões? O que aconteceu, de 21 a 28 de agosto de 1941, neste caso que se tenta ainda camuflar? É o que o filme tenta responder, expondo todos os detalhes da questão e deixando a conclusão ao espectador.

Idéias comuns

Thierry Levy, escrevendo sobre a película, declara os juizes "homens comuns com as idéias do seu tempo". E se reporta a 21 de agosto de 1941, quando o aspirante Alfons Moser foi morto com dois tiros de revólver. Os autores do homicídio, jovens re-

sistentes, não foram detidos. Em seu lugar, os três homens do filme terminaram decapitados. O texto que determina esta decapitação não existia no dia do acontecimento dos fatos.

"O decreto instituindo uma seção especial em cada Tribunal de Recursos da França foi discutido a 21 e 22 de agosto, e promulgado a 23, mas datado de 24. A seção especial é competente para julgar todas as infrações cometidas no âmbito da atividade comunista ou anárquica. Aplica as sentenças sem dar os motivos, sem possibilidade de recorrer e para execução imediata. O texto tem efeito retroativo para infrações cometidas anteriormente à sua promulgação. Este monstro judiciário", continua Thierry Levy, "é o resultado de uma negociação entre os ocupantes alemães e o governo de Pétain. Os alemães aceitaram desferir represálias contra um compromisso tomado pelos franceses de apresentar imediatamente seis militantes comunistas diante de uma jurisdição especial e de condená-los à morte e executá-los.

Pouco importa saber se o ocupante pressionou ou se as autoridades tomaram a iniciativa do crime. A controvérsia sobre as justificações políticas nunca acaba. É outra coisa ter feito participar a justiça desse regateio. Aqueles que condenaram à morte Trzebrucki, Bréchet e Bastard eram magistrados da Ordem Judiciária. Nada escapou a eles. Sabiam que sua sentença havia sido ditada, que se referiam a um texto contrário aos princípios fundamentais da lei penal e que atingia homens já julgados e condenados pelos mesmos motivos. Esta tarefa, que os desacreditava para sempre como juizes, podiam

sem graves riscos recusá-la. Entre eles apenas um recusou, e ele não foi perseguido. No entanto, os outros aceitaram sem ter sido coagidos".

Pergunta Thierry Levy: "Teriam sido eles militantes recentemente nomeados na função judiciária?" E responde: "Em absoluto. Teriam pelo menos recebido uma quantia importante? Também não. Teriam lhes prometido honras fora do alcance comum? Nem isso".

E segue: "O suplício hoje para nós é que não há nada na vida pessoal destes juizes que os diferencie dos outros. Eram homens comuns com as idéias do seu tempo. Para poder sentenciar como eles fazem todo dia nas vidas cotidianas, supunha-se que eles têm caráter. É da mesma maneira que eles refutam impiedosamente o pedido vindo de baixo e recebem com simpatia a solicitação vinda do alto. Tudo que devia levá-los de um reflexo imediato e de desprezo à recusa lhes foi ensinado, exceto o reflexo da recusa".

Agosto de 1941 - agosto de 1975. Mais de trinta anos decorreram. Nada foi introduzido nos textos ou na prática judiciária que permita aos magistrados opor-se ao poder sem serem prejudicados. É tolo esperar de indivíduos que sejam heróicos porque são solenes.

Se houvesse hoje uma vontade política capaz de atingir o resultado almejado outrora pelos alemães, juntar-se-ia sem muita dificuldade numa equipe de ação judiciária os herdeiros do procurador e do presidente da "Seção especial".

Carreira meteórica

O realizador Costa-Gravas nasceu em Atenas, 1933. Foi para a França em 1952, onde começou a estudar Letras na Sorbonne. Depois inscreveu-se no IDHEC. Foi assistente de René Clair, René Clément e Henri Verneuil.

No fim de 1964 iniciou seu primeiro longa-metragem: "Compartment tueurs" (Crime no carro-dormitório), que reuniu elenco conhecido: Simone Signoret, Yves Montand, Claude Dauphin, Jacques Perrin e Catherine Allegret.

Foi um grande êxito comercial que lhe permitiu começar de imediato a rodagem de seu segundo filme, "Un homme de trop" (Tropa de choque), segundo o romance de Jean-Pierre Chabrol. O filme ganhou um prêmio no Festival de Moscou - 66.

Em 1967 Costa-Gravas leu "Z", o romance de Vassili Vassilikos e decidiu levá-lo à tela. O filme obteve na França e no exterior um sucesso imediato e ganhou no decorrer dos anos os seguintes prêmios: Prêmio do Júri e Prêmio de Interpretação masculina a Jean-Louis Trintignant no Festival de Cannes - 69, Globo de Ouro da Imprensa Estrangeira de Hollywood - 69, Melhor Filme da Associação dos Críticos de Nova Iorque - 69, Estrela de Cristal da Academia do Cinema - 69, Prêmio Raoul Levy a Jacques Perrin em 1969 e finalmente Oscar do melhor filme estrangeiro e Oscar da Montagem para Françoise Bonnot em 1970, em Hollywood.

Antes mesmo que o sucesso de "Z" se confirmasse, Costa-Gravas pôde realizar em 1969 um novo filme, mais nitidamente político, "L'Aveu" (A Confissão), inspirado no processo e na obra de Arthur London. Desta vez também, a qualidade da fita e da interpretação foram recompensadas. "A Confissão" obteve em 1971 o Prêmio das Nações Unidas.

ALBERTO SILVA

CINEMA

NOVOS FILMES ESTRANGEIROS

Como já tornou-se praxe nos últimos anos, as revistas estrangeiras especializadas em cinema, trazem inúmeras críticas e artigos sobre filmes que certamente nunca serão exibidos no Brasil, perpetuando por tempo ainda indeterminado o estado de desinformação e provincianismo que hoje em dia caracteriza os mais diversos setores ligados ao cinema (do público aos cineastas, passando pelos jornalistas especializados).



"Cavadores de Ouro": apologia do dólar em plena depressão

Alguns desses filmes são produções comerciais que não vemos, por causa da censura de Brasília; outros, obras independentes e de exceção, que não chegam até nós entre outras coisas por causa de um mercado anacrônico e já em fase de decomposição.

Um dos que pode ser enquadrado no primeiro caso é "The Rocky Horror Picture Show", dirigido por Jim Sharman baseado na peça "Rocky Horror Show" (atualmente em cartaz em São Paulo depois de uma temporada carioca), escrita por Richard O'Brien. O elenco é o mesmo do espetáculo teatral londrino (também dirigido por Sharman) e por isso pouco conhecido: Tim Curry como o an-

drógino Frank-N-Furter (Eduardo Conde no Rio; Edy Star em São Paulo); Peter Winwood como Rocky (Acácio Gonçalves no Brasil); Richard O'Brien, o autor, como Riff-Raf (José Rodrix para nós, tupiniquins) etc.

Outro filme que deve ser pelo menos interessante, mesmo que com poucas qualidades cinematográficas, é "Operação Liberdade", 74 produção soviética dirigida pelo lituano Vitautas Jalakia-vitchnus. O fator mais curioso deste filme é o fato de ser ambientado na América Latina. Num país não determinado da América do Sul, vemos como militantes comunistas cavam um túnel para livrar deputados comunistas aprisionados por



"Rocky Horror Picture Show": androginia para inglês ver

um regime de direita. Os soviéticos cada vez mais aproximam-se cinematograficamente de Hollywood. Antes, era apenas o estilo. Agora, também a temática (guardadas as devidas proporções). Qual a real diferença entre um filme como este e um filme americano que relatasse como patriotas capitalistas cavam túneis para libertar deputados idem idem, na Hungria ou na Tcheco-Eslováquia?

"The Bigger Splash", semidocumentário inglês de Jack Hazan, é outro que tem sido muito bem recebido pela crítica internacional. Filmado entre 1971-73 e baseado no artista plástico David Hockney, trata principalmente da crise existencial do artista depois de romper com seu modelo e amante Peter Schlesinger; e seus problemas em fazer com que seu substituto seja aceito por seu círculo de amigos. Segundo o próprio Hockney "as seqüências poderiam ter acontecido na vida real". Pouco a pouco vão sendo trazidos ao conhecimento do espectador, a crise de inspiração do artista e seu método de criação - de uma maneira pouco comum no cinema contemporâneo: o que se convencionou chamar de semidocumentário (misto de cenas recriadas, cenas "que poderiam ter acontecido" e cenas que realmente aconteceram).

"Ain't Misbehavin'" de Peter Neal e Anthony Stern, uma antologia do filme pornô, incluindo raras e antológicas cenas (para espanto geral) datam tão cedo como 1907 ("A Família Ideal", francês), 1920 ("Desert Nymphs", EUA) e "Sirens of the Sea", EUA), e 1940 ("Doctor Hycok's Dancing School", fonte desconhecida). Essencial para ter-se um panorama global não só da história do cinema, como das repressões e desrepressões da sociedade moderna - nunca será exibido entre nós.

"Brother, Can You Spare a Dime?" de Philippe Mora, documentário sobre os anos da Depressão e do New Deal (do crack da Bolsa de NY em 1929 ao ataque a Pearl Harbour em 1941), incluindo seqüências de noticiários a cenas de filmes de ficção (a destacar os ballets de Busby Berkeley exaltando o capitalismo, o dinheiro, o engajamento na guerra).

"Milestones" de Robert Kra-

mer e John Douglas, exibido na Quinzena dos Realizadores do último Festival de Cannes. Segundo o "press-book" distribuído durante o festival, "Milestones" é uma visão da América dos anos 70, e também uma viagem no passado e no futuro. É um filme de inúmeras personagens. Pessoas que são conscientes de uma herança baseada no genocídio dos índios e na escravidão do negro. O filme atravessa a América das montanhas nevadas de Vermont às cascatas de Utah, das esculturas naturais de Monument Valley às cavernas dos índios Hopi, e à sujeira e energia de Nova Iorque. "Milestones" é um filme sobre a Renascença".

Aprofundando um pouco mais, podemos melhor esclarecer que o filme inclui fotografias de NYC no auge do seu crescimento (1890-1910); material filmado por Robert Kramer no Vietnam do Norte em 1969 mostrando o resultado dos bombardeios em Hanói e a conferência para imprensa dos prisioneiros de guerra; poemas de Hochi Minh; material sobre a revolta na penitenciária de Attica em 1969 onde o então governador Nelson Rockefeller ordenou atirar para matar inclusive sobre os reféns; material sobre Alexander Berkman, militante preso por tentativa de assassinato de um grupo de mercenários pagos para interromper uma greve atirando para matar; material sobre a tribo índia Supai e o problema da cascata que faz parte do seu território e hoje é ocupada ilegalmente pelo governo dos EUA e administrada pelo Departamento de Parques; comunidades militantes em Vermont. Uma das mais nobres funções do cinema é comentar a história enquanto ela acontece. Quando os governos deixam, é claro.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

A DESFORRA

Na edição passada (Crítica nº 52) foi omitido o entretítulo que separava o texto "Tiras, Canas e Policiais" da crítica do filme "A Desforra", dificultando o entendimento da segunda. Pelo que lamentamos e nos desculpamos junto aos leitores.

MEXA-SE (DESLIGUE A TV)

Melhorar a televisão. Todos pedem. Todos exigem. Mas melhorar como? Veículo novo, ainda não tem uma imagem própria. Nem aqui nem em qualquer lugar do mundo. Para quem gosta de masturbação mental existe o crítico Artur da Távola (um ex-deputado que tinha os pés no chão). Para os outros, o negócio é seguir o conselho da Globo: MEXA-SE e vá para a rua.

A Rede Globo está anunciando para outubro a exibição de uma série sob o título de «História da Televisão - Dez anos de Sucesso», no horário dos episódios «O Mundo em Guerra». Não se sabe ainda se a Globo pretende realmente mostrar a história da televisão, que já está completando 25 anos no Brasil, ou se apenas um retrospecto de seus programas de sucesso. Em qualquer caso, pode-se já afirmar que a cultura brasileira não será objeto da série. Muito mais preocupadas com o faturamento, as emissoras de televisão no Brasil sempre subordinaram sua programação aos departamentos comerciais. Desvinculadas de qualquer coisa parecida com um compromisso com a cultura brasileira, os homens que dirigem as emissoras no Brasil comportam-se como crianças com brinquedo novo; não entendem o mecanismo e não conseguem ler os folhetos de instrução.

A história de nossa televisão é rápida. Tudo começou com a megalomania do falecido Assis Chateaubriand, que em 1950 criou a primeira emissora, a Tupi de São Paulo. Duas velhas câmaras serviram no início da década de cinquenta, para a instalação da primeira televisão carioca, a hoje decadente TV Tupi, ameaçada de voltar para o velho prédio da avenida Venezuela, depois de ter seus momentos de glória no Cassino da Urca. A segunda emissora carioca, o canal 13, inicialmente funcionou como associada à TV Record de São Paulo. Hoje, depois de



Novelo das 7:
fábrica de sonhos quase sempre
do pior qualidade

Como o assunto central desta página hoje é a televisão, vale a pena chamar a atenção dos leitores para um trabalho musical da melhor qualidade que está nas lojas e que tem diversas, seguidas e absolutamente procedentes citações à televisão. É um dos tais discos que só não merecem a qualificação de excelente pela absoluta burrice promocional da gravadora de Rodger e Teti (dois integrantes do "Pessoal do Ceará") no disco "Chão Sagrado".

Apesar da capa, horrível, os dois cearenses nos apresentam uma seleção de músicas que diz muito bem do tipo de cultura que a televisão introduziu em certos lugares do país. Cultura sem aspas mesmo, como manifestação de hábitos e padrões. Rodger, professor de química, de origem rural, sentiu em sua própria pele a invasão das torres de microondas nos sertões do Ceará. Teti, uma jovem mãe de dois filhos e a dona de voz gostosa e afinada (duas qualidades difíceis de serem encontradas atualmente) acompanha o marido no disco e só algumas faixas, inclusive a belíssima "Retrato Marrom" ("silente esquina do Brasil... o fim da festa é uma certeza"), música também gravada por Fagner em seu elepê "Ave Noturna" (Continental).

O disco de Fagner, também cearense, já tem uma outra história: seu segundo elepê, levou quase dois anos em gestação. Ele chegou ao Rio em fins de 1971, depois de abun-

donar um curso de arquitetura e logo teve a chance de conhecer Elis Regina. Logo veio seu primeiro disco: "Munera, Frufru, Munera", considerado por muitos um dos discos mais bonitos já lançados no Brasil. Mas como nem tudo é fácil, Fagner logo conheceu o outro lado do "show-biz": brigou com a gravadora (Philips) e esta teve uma atitude tipicamente empresarial: assumiu o prejuízo e tirou o disco de circulação. Atitude burra, antiartística e que fala bem de quem controla o mercado de música em nosso país. A multinacional holandesa além de prejudicar um artista jovem, privou o público de um disco artisticamente perfeito. Agora com o investimento da Continental, Fagner lança o "Ave Noturna" (atenção para a belíssima capa de Carlos Vergara, ainda que inferior à do primeiro disco, assinada por Kafi), mostrando todo seu talento. Com uma boa produção (coisa que falta no disco dos dois outros cearenses) e um bem preparado esquema promocional, o disco de Fagner está aí, vendendo e tocando bem.

Já "Chão Sagrado", não aconteceu. São poucas as pessoas que conhecem o trabalho do duplo. Está perdendo muita coisa: o som acusador e lindamente agressivo de "Chão Sagrado" (Você conhece o nordeste, palmilhou seu chão sagrado: então você pode falar...) canta-



Rodger e Teti:
o bom
som do Ceará.

do por Teti, a ironia de "Fox-lore" ou o ritmo de "Bye-bye-baião", tudo isso é muito Brasil. Tão Brasil quanto Caetano Veloso, Tom Jobim. Merece ser ouvido. É um disco para compor qualquer boa discoteca: além de seu valor artístico musical é também documental: mos-

passar por um sem-número de diretorias, está às portas da falência, com os empregados batendo na justiça para receber o que têm direito.

Uma terceira emissora, vinculada a uma estação de rádio, surgiu no início da década de 60. Era a TV Continental, que surgia com a promessa de seguir a linha da rádio Continental, fazendo do esporte e do jornalismo suas atrações. Com a TV Excelsior, começou a grande crise artística. Inflacionando salários, apresentando uma programação deslumbrada, a Excelsior pouco durou. O canal 9, pertencente ao ex-deputado Rubem Berardo, não chegou a se definir como a emissora do jornalismo e a Continental saiu do ar, devendo a muita gente. Comenta-se que um repórter levou para casa um microfone, depois de desistir de receber seus salários atrasados.

Assim, em ritmo de "gradual, lenta e autêntica", a televisão carioca ficou limitada a três emissoras. A mais antiga, Tupi, algum tempo depois da morte de seu fundador, foi transformada em simples emissora de repetição dos programas gerados (e faturados) em São Paulo. A TV Rio não passa de um amplo cinema a domicílio. Resta apenas a Globo.

Fundada em abril de 1965, o canal 4 não conseguiu de início armar um esquema que garantisse a concorrência. Os outros canais ainda lutavam: na Rio o esquema de boxe garantia boa audiência. Na Excelsior a linha era de "shows" copiados da televisão americana.

Para a Globo de início restava a linha "popularesca". Entre o "casamento na tevê" de Raul Longras e as apelações da senhora Derci Gonçalves, a Globo ia se mantendo, até que aconteceram as grandes enchentes de 1966. Com uma infraestrutura de reportagem que lhe permitia deslocar equipes a qualquer momento, cobrindo todos os locais da cidade, a Globo deu uma grande jogada em termos de apelo popular, permanecendo no ar por mais de 48 horas seguidas. Foi sua primeira grande vitória. A jornalista Edna Savaget que sempre levou a sério sua carreira foi proibida pela direção da emissora de continuar com seus programas de "assistência social": por ordem da direção era concedida à atriz Derci Gonçalves a exclusividade da linha promocional da emissora. Derci tinha grande audiência e foi contratada, a peso de ouro, juntamente com Chacrinha, ambos oriundos da TV Excelsior.

Tem dólar na caixa

Quando a Globo começa a ganhar força, o deputado João Calmon, diretor dos Diários e Emissoras Associados, faz a denúncia: tinha capital estrangeiro injetado na Globo. A coisa ganhou as primeiras páginas

dos jornais: Calmon estava com suas emissoras em franco declínio e nada melhor que um bom assunto para seus discursos, na Câmara, onde defendia (na falta de palavra melhor) o povo do Espírito Santo. Assim foi lançada a denúncia: o grupo Time-Life estava investindo, e firme, na Globo. O então governador carioca, Carlos Lacerda, por ter perdido o apoio do jornal de Roberto Marinho, aderiu à campanha e a Globo não teve outro jeito: aceitou as denúncias, amenizando-as sob a forma de um convênio operacional de transferência de know-how.

O acordo Globo-Time-Life foi objeto de uma CPI, mas ficou tudo na mesma. Ainda hoje um dos diretores da rede (um certo mister Wallace) é norte-americano. Para não falar na mentalidade de seus dirigentes brasileiros. Um deles, o jovem Walter Clark, há poucos anos um simples assistente de estúdio na TV Rio, hoje elevado à condição de todopoderoso homem da rede Globo, não esconde sua admiração pela televisão norte-americana. Além de adorar gravata borboleta, ele é fanático por expressões em inglês: um típico novo rico.

Ao lado de Walter Clark está José Bonifácio, mais conhecido como Boni (a dupla é chamada nos bastidores de "Boni and Clark"), e ambos demonstraram uma agilidade administrativa (não confundir com talento artístico) que fez da Globo a líder indiscutível do mercado brasileiro. Mas uma liderança que não significa nada em termos de talento ou de contribuição à cultura nacional. A menos que vender o horário de domingo ao comerciante Sílvio Santos tenha alguma coisa de parecido com cultura.

O lamento da cor

Em fevereiro de 1972 o Brasil ingressou na idade das cores. Foi uma euforia enorme: os locutores abandonaram a frase "pena que nossa televisão não seja a cores" trocando-a pela comercial "pena que a sua televisão não tenha cores, amigo telespectador".

As três principais redes (Globo, Tupi e Unidas) passaram a operar com programas em cores. Esperava-se uma melhoria qualitativa na programação, mas só os otimistas (ou ingênuos) acreditavam nisso, pois o problema da televisão no Brasil, mais que cromático, é estrutural.

Entregue a particulares através, quase sempre, de jogo de influências, ficam como "concessão provisória", deixando sempre a ameaça da retirada da concessão, ainda que nunca isso tenha ocorrido (nem mesmo quando as emissoras deixam de cumprir obrigações trabalhistas com seus empregados). A televisão no Brasil vive hoje em função da escola norte-americana, o que em si

CHÃO SAGRADO: FORTE FEITO FACA

tra o som feito, sentido e cantado por uma geração que viu a mudança de uma região... na sala de vista, onde conversavam os coronéis, passavam no espaço, Apolo oito, apolo nove e apolo dez ("Fox-lore"). Uma geração que é muito sofrida, mas que não abriu mão de sua musicalidade, ao contrário, fazendo a portavoza de sua dor, de sua nostalgia, mas principalmente de sua esperança: "que fiquem os anéis, ainda que custem os dedos da mão".

Ou como diz o também cearense Belchior na música "Palo seco", gravada por Fagner: "eu quero é que esse canto torto corte a cara de vocês". Uma música agressiva, bonita, triste e esperançosa. Como o nordeste. Como seu "Chão Sagrado".

Assim, que ninguém se perca pelo primarismo da capa ou mesmo por alguns arranjos melosos, e deixe de ouvir as vozes de Rodger e Teti, num disco que é muito importante. Quando mais não seja porque mostra que, além da Bahia e do Rio, outros lugares produzem boa música. Uma música que não tem nenhum tipo de preconceito ou mesmo de compromissos. Uma música que não fala mais do velho nordeste das cadeiras de balanço das calçadas ou das meninas nas procissões. O "novo Nordeste", está de televisão colorida, a grotuda fumando

"Marlboro" e outras marcas não tão comerciais, curtindo um surfzinho de vez em quando e ouvindo todo tipo de música, principalmente a ruim. Walkick Soriano, Alice Cooper and Sérgio Mendes, off course.

O Nordeste que está em "Chão Sagrado" é um lugar onde a renda se concentrou ainda mais nos últimos onze anos, onde as velhas falculdades de filosofia e seus cursos de jornalismo aderiram à mania da "Comunicação de Massa" (argh) e a coisa mais parecida com carro de boi nas ruas de Fortaleza é mesmo um "Maverick". A música de Rodger e Teti não pretende dar murro em ponta de faca: só mostrar que as coisas estão acontecendo e que a última moda (desde 1973, só?) é mesmo o desespero cantado pelo poeta Belchior ("Sei que assim falando pensas, que este desespero é moda em 73... mas desesperadamente eu penso em português").

Olhando os velhos coronéis em frente à televisão, comendo requeijão com leite em pó e mugunzá com dietil, o pessoal do Ceará traz seu canto "torto feito faca" para o disco. Um canto de hoje e que sacou a verdade do "passado não voltará" a menos que não seja mesmo passado. Como canta Teti: "Te vejo em minha vida como um retrato marrom, sem lembranças perdidas, sem passado e tudo bom"... Bom mas com um gostinho de saudade, coisa que nas músicas do Ceará, "tem gosto de jiló amargo". (A.O.)

já é ruim, pois é impossível trans-plantar uma tecnologia multi-sensorial, sem prejudicar os padrões culturais vigentes. Essa posição não é ingenuamente anti-americana: trata-se de aspecto já denunciado pelo tão em moda e badalado (ainda que pensador sério e respeitado) Umberto Eco: em lugar nenhum do mundo, a televisão assumiu, enquanto meio de comunicação, sua linguagem própria.

Vista como teatro filmado pela escola européia (à frente a tão invocada BBC) ou como uma "nova Hollywood" (o modelo brasileiro, vide "Fantástico" etc) a televisão precisa antes de qualquer coisa, encontrar sua maneira de dizer as coisas, libertar-se da função de "rádio com imagem". Enquanto isso não acontecer, continuaremos assistindo à mesma coisa, em qualquer paralelo do mundo: é um problema muito mais complexo do que pode imaginar o Walter Clark, ou o João Calmon, mas é muito duvidoso que os dois alegres senhores tenham idéia do que seja, por exemplo, a função social de um "mass media" (essa expressão eles conhecem: os caras adoram um latinzinho de vez em quando para impressionar as malamadas do Instituto Superior de Cultura Feminina).

Dirigida a um público "sofisticado", a televisão se encarrega de transmitir a ideologia de classe com toda sua força de penetração sem lembrar de sedimentar qualquer coisa mais séria. As novelas continuam as mesmas: é ingenuidade dizer que houve evolução. Levar um texto de Jorge Amado para a televisão não é cultura coisa nenhuma. Assim como as crianças da minha terra são orientadas a encostar um tijolo morno no estômago sempre que a fome aperta, o telespectador que assiste «Gabriela» está tão próximo de entender o universo literário de Amado como as crianças de Quixeramobim estão perto de serem alimentadas pelo calor do tijolo.

Quando os "gênios" da Globo dizem que houve evolução e que as novelas de hoje já não têm a mesma choradeira do tempo da cubana Glória Magadan, esquecem que aconteceu apenas uma "sofisticação" dos padrões de consumo da classe média (rico que é rico mesmo não assiste televisão: quando muito acompanha a novela das 10 que é colorida ou os especiais...). Como disse Paulo Pontes em entrevista recentemente publicada neste jornal "... o fuscão virou corcel, que virou galaxie e assim por diante". A "nova classe" não se comove mais com mães solteiras, mas adora a "catarse sexual" daquela personagem de «O Espigão» que engolia uma banana com gestos e olhares sutis como um caminhão carregado de elefante.

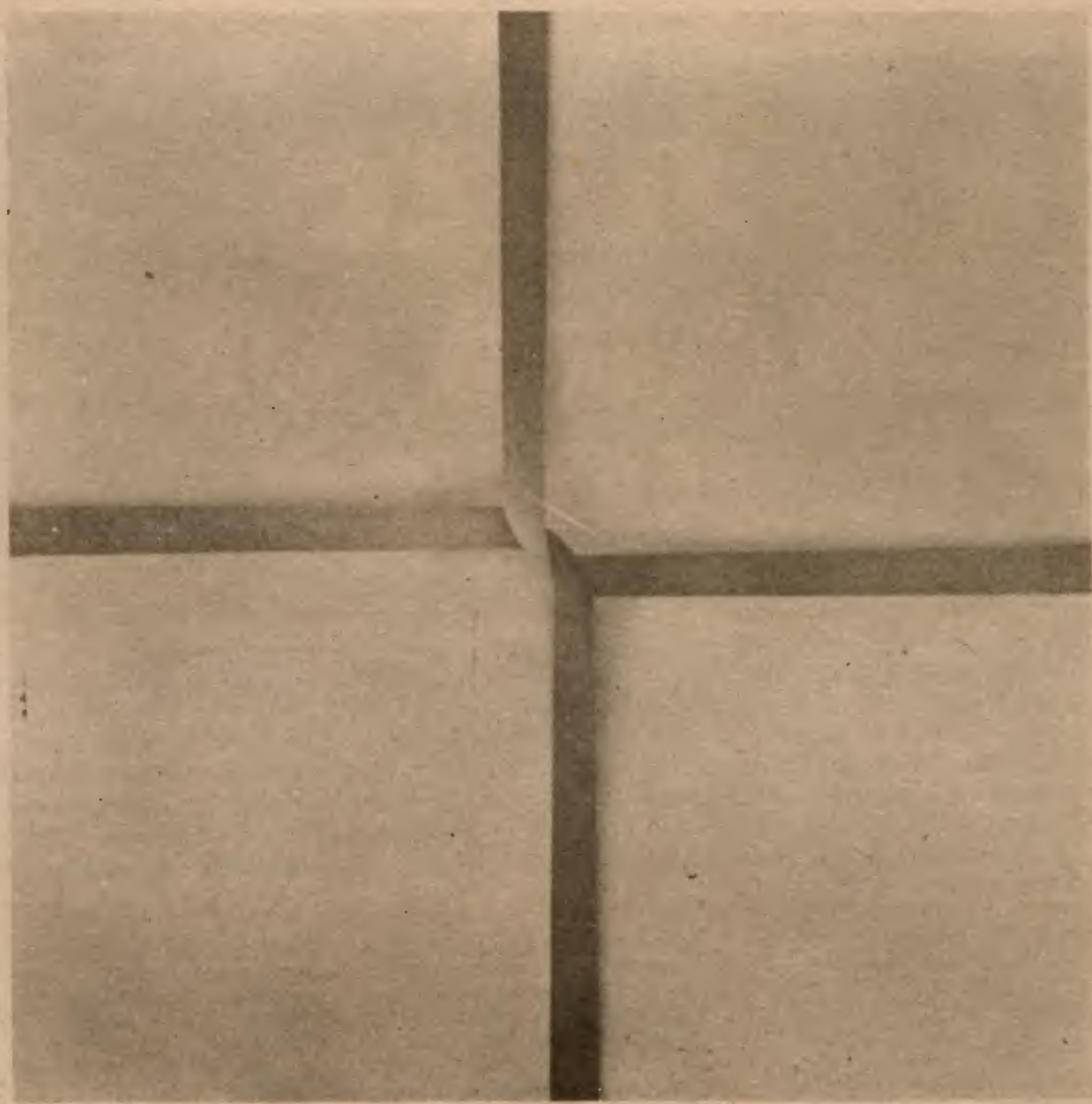
Mexa-se

Entre as novelas, o jornalismo capenga (um satélite na mão de nossos homens de televisão é como um brinquedo na mão de uma criança) e de programas do gênero «Fantástico» vai vivendo nossa televisão. Música popular, só uma vez por mês, e olhe lá. Se o seu artista predileto for contratado da "Som Livre" você, leitor, pode ficar tranquilo que ele vai "pintar" no Globo de Ouro. Os outros, só com muita sorte. Ou então com uma "pressãozinha", via departamento comercial, das multinacionais. A Philips (linha de eletrodomésticos) é uma grande anunciante das televisões, daí que... Idem a RCA. Agora a CID, uma pequena gravadora brasileira, essa então não tem vez, mesmo que grave Nana Caymmi e outros do mesmo talento.

O que fazer? Estatizar a televisão? Burrice. Nenhum jornalista consciente pode ser a favor da medida. Um suicídio puro e simples. Fiscalizar? Mas quem há de fiscalizar? Os censores que convocam autores teatrais falecidos há mais de 50 anos para "esclarecimentos"?

O problema é muito mais grave, muito mais complexo. É estrutural. Na verdade não é o Walter Clark o culpado pela situação da nossa televisão (até que ele é uma pessoa simpática, um boa-paraça, um autêntico "self-made-man"...); ele é apenas o agente executor. Um problema estrutural só tem solução pela estrutura. Por enquanto só resta seguir o conselho da Rede Globo, quando ela ordena: "MEXA-SE". E desligar a televisão.

ANTÔNIO OSÉAS



Descartando subordinações ao surrealismo e ao hiperrealismo, Zimmermann propõe um revisão essencial do objeto, através de um desenho de muita qualidade.

ARTES PLÁSTICAS

A MOSTRA ACABOU?

Dividindo com o Salão de Verão, do MAM e o Salão de Arte Moderna, do MEC, o centro de interesse em termos de salões de arte cariocas, a Mostra de Artes Visuais do Rio de Janeiro está ameaçada de extinção, o que seria um dano irreparável à paisagem artística do Rio.

Por muito boa vontade que se tenha não será mais que otimismo supor uma relação amistosa entre o poder, no Brasil, e as coisas da arte; pelo menos no Rio de Janeiro. Enquanto o secretário de Cultura do Estado de São Paulo, José Mindlin, tem realizado um intenso trabalho de ouvir intelectuais e artistas para elaborar um programa que atenda às reivindicações da inteligência paulista; enquanto o secretário Ariano Suassuna, do Estado de Pernambuco, chegou à pasta com um programa que previa, em seus mínimos itens, soluções para os problemas culturais do Estado, da dança às artes visuais, da multiplicação de centros de ensino artístico à convocação da iniciativa privada a um trabalho de ampliação do mercado de arte, o Rio, "sofisticado" capital cultural do país, extingue a Mostra de Artes Visuais do Estado, que, desde 1972, vinha sendo realizada. Sa-

be-se que ante tão chocante notícia, artistas, críticos e marchands aprontam um memorial a ser entregue ao governador Faria Lima no sentido de não permitir que ela se concretize, o que seria um atestado de indiferença para com a coisa cultural, uma vez que aquela mostra foi um dos pontos altos do calendário artístico brasileiro.

Alegam-se razões de ordem financeira, quando o desembolso para sua realização é mínimo. E a alegação não procede, pois Pernambuco, em estado de calamidade pública, manteve seus compromissos para com as artes, inclusive o de patrocinar a I Resenha da Arte Jovem do Estado, este sim, um dispêndio de alta monta. E que dizer da prefeitura de Jundiá, cidade sem recursos - ou pelo menos mais pobre que o Estado do Rio - que mantém um salão com generosos prêmios?

Zimmermann: trajetória coerente

Desde seus começos, no Salão dos Novos, em Curitiba, 1967, até sua primeira individual, na

Graffiti, esta semana (Maria Quitéria, 85) o jovem paranaense Carlos Eduardo Zimmer-

mann apresenta uma trajetória curta mas coerente. Este adjetivo, se consideradas certas mudanças formais sensíveis a um primeiro olhar sobre etapas diversas de seu trabalho, parecerá despropositado. Deixará de parecer-lo, porém, quando se atente para o caráter harmoniosamente evolutivo que essas alterações formais representam de um degrau a outro que o discípulo de Guido Viaro vem vencendo.

Se os trabalhos iniciais, cujo mérito maior talvez fosse um rigoroso acabamento da forma, guardavam certo parentesco com o hiperrealismo, este exercício não se esgotou em gratuidade artesã ou virtuosista, mas foi um ponto de partida - válido, na medida em que o artista não o elegeu maneira ou esbarrou nele como uma limitação - para enfatizar, num amadurecimento de linguagem que ainda não atingiria os níveis atuais de seu trabalho, um tratamento geométrizante onde "a regra que corrige a emoção", preconizada por Léger, começava a dar seus requintados frutos. Mas é agora, quando sua obra se indi-

vidualiza em proposta autônoma, inventariadas seletivamente as influências, que temos o artista fazendo sua primeira individual no Rio.

Do surrealista que expunha em 1952 em Curitiba em sua primeira individual (Curitiba) ficou um conteúdo e, da herança hiperrealista dos primeiros tempos, um apuro formal que se casam numa terceira coisa que, a rigor, não se enquadra - e tanto melhor para ela - nos compartimentos definidos da nomenclatura do métier.

Olívio Tavares de Araújo, apresentando o artista, pretende que seu trabalho atual tenha raízes na pintura metafísica de De Chirico, pela coexistência, no espaço físico da tela, de duas cargas que estranhamente se completam, quando, teoricamente, deveriam repelir-se: a da irrealidade e a do rigor ótico. Esta observação terá seu tanto de gratuidade primeiro porque tematicamente os climas apocalípticos do mestre italiano nada têm a ver com a singeleza dos objetos do dia-a-dia com que Zimmermann compõe seu vocabulário. Em seguida porque o que o crítico mineiro identifica como o que mais o impressiona no jovem autor, "essa capacidade de lidar, ambigualmente, com o cotidiano e o irreal", sobre não chegar a ser uma marca pessoal é apenas, por assim dizer, a face externa de uma entropia entre o mundo da percepção e o da representação. Entre os dois, a recriação, espaço em que o talento move-se com uma desenvoltura surpreendente.

Feita de despojamentos e permanentemente voltada para uma disciplina de forma que não é senão a equivalência ótica de uma contenção intelectual das mais amadurecidas, a obra deste artista, que, sintomaticamente, fixou-se com exclusividade nas exatidões e detalhes do pastel, é exata e desataviada o suficiente para poder permitir-se os climas do sonho, do irreal e do mistério.

Neste ordenamento de conceitos o que temos não é artifício de uma arte visual que contraponha coisas, prosaicas umas, poéticas outras, numa dialética de lugar-comum. Para além desta categoria, ela se situa na intelecção sensorial, tal como propõem Blake ou Bachelard, não importa que por caminhos opostos. Em outras palavras: todas as coisas são poéticas ou trágicas, e apotético é o desgaste que o cotidiano lhes imprime. Neste sentido o desenho de Zimmermann nos ensina a ver, como de resto o faz toda grande arte.

Ao invés, portanto, de "lidar ambigualmente com o objeto e sua aura", como pretende seu apresentador, Carlos Eduardo Zimmermann exerce uma precisão, sobre o objeto tomado como tema, que ultrapassa o ótico, o volumétrico, o adjacente, o conotativo e até mesmo o referencial: vai ao núcleo e aí captando o nexo escondido entre um objeto e a formação de sua imagem em algum ponto do nosso inconsciente no instante de sua contemplação, impõe ao espectador condicionado a um não-ver cotidiano, o **pare**, o **olhe** e o **escute** de sua intencionalidade espectral.

Paul Klee, na sua "Teoria da Arte Moderna", à qual após o sintomático subtítulo "Uma concepção estruturalista da pintura", afirma que "a arte não reproduz o visível; ela faz visível". Uma ótima ilustração desta sentença definitiva é o trabalho de Zimmermann que a Graffiti está mostrando.

RUY SAMPAIO

JUIZO PARA OS JUIZES

Está havendo o diabo nos gramados de futebol. Pelo menos aqui e em São Paulo. O jogo entre o Palmeiras e o São Paulo foi daqueles de obrigar o espectador mais tímido a fechar os olhos para não apreciar cenas mais fortes. A partida que Arnaldo Cezar Coelho assistiu de dentro do campo, só não apresentou fraturas expostas, por questão de sorte dos jogadores. O juiz, considerado o melhor do Rio, naquela partida, atou muito abaixo da crítica. Foi um desastre o que fez, ou deixou de fazer, Arnaldo Cezar Coelho naquela tarde, no maior estádio do mundo.

Do cartão amarelo

E do vermelho, também. Cartão amarelo não foi inventado para estragar os espetáculos como ouvi falar por aí. Pelo contrário. O cartão amarelo é para disciplinar os jogadores. Veja-se o caso do futebol argentino. Sim, eu já falei nisso. Mas vou falar de novo. E falarei até que os juizes de futebol se resolvam a aprender a dirigir jogos. O cartão amarelo é para ser aplicado. Ele, como o vermelho, deve ser aplicado no sentido de defesa do futebol arte. No sentido de permitir aos mestres do futebol exibirem seu futebol, sem a intervenção desleal dos sarrafeiros.

Como é que pode, um sujeito que gosta de futebol deixar impune um cabeça de bagre que segura um artista que vem lhe aplicar uma esquivada sensacional? Como é que pode um craque demonstrar a sua torcida que ele vale os milhões que investiram em seus pés, se um peladeiro, sem preço certo na bolsa de valores do futebol, anula seu poder inventivo, aplicando os mais torpes recursos, ante a complacência de juizes que não gostam de futebol?

Estou cansado de ouvir juizes de futebol afirmarem que é muito difícil aplicar o cartão amarelo. Eles partem do princípio que não podendo ser aplicados 2 cartões amarelos numa mesma partida, há que racionar sua aplicação. Afirmam que seria estupidez colocar um jogador fora de campo, por segurar alguém. Isso teria que ser feito caso o árbitro no início do jogo aplicasse um cartão por uma falta violenta. Daí, se o jogador, em seguida, segurasse a bola com as mãos ou segurasse o adversário, o árbitro teria que expulsá-lo por "uma bobagem".

Não é bobagem não

A gravidade da falta não reside apenas na violência. A falta tem sua importância em outros fatores. Ora, o futebol é jogado com os pés e com a cabeça. Cabeça, irmão, cabeça no sentido de massa cinzenta. Por que permitir que a cabeça seja superada pelas patas? Vou citar um exemplo, sem dar o nome do burro. O Rei, numa partida, aqui no Maracanã, deu um drible de toureador, parecido com aquele que deu no Mazurkiewski lá no México. Quer dizer, S. M. usou o talento que Deus lhe deu, limpou a jogada e passou pelo marcador. Aí o cabeça de bagre anulou o milhão, segurando boçalmente Pelé e anulando a jogada. O vintém parou o milhão. O juiz marcou a falta, sem mais delongas. O jogo prosseguiu com o burro segurando e dando calcinões nos que o ultrapassavam. E o juiz, honestamente, marcando o

Do jeito que a coisa anda, em matéria de arbitragem, a gente tem que apelar para o Nazareno. Para os dois. Para o Nosso Senhor Jesus Cristo e para o coronel Aulio Nazareno. Os senhores encarregados de arbitrar os jogos de futebol aqui e em São Paulo, meteram um tapa-olho, ou coisa parecida. Parece que eles estão esperando que os jogadores entrem de peixeira e cravinote, em campo, para só então tomar as providências que se fazem necessárias. O que vale é que, no Campeonato Nacional, o coronel Nazareno é quem vai comandar o espetáculo.

que via. Será que esse juiz gostava de futebol? Não acredito. Tratava-se de um robô, programado para marcar as faltas que fossem cometidas dentro do jogo.

O exemplo argentino

Todos se lembram de como a macaca comia nos jogos dos argentinos. O último feio espetáculo do futebol platino foi aquela partida com os italianos pela Copa Mundial de Clubes. Foi uma verdadeira carnificina. Daí, o governo argentino intervir no futebol. Nomeou um interventor para disciplinar o futebol.

Lembram-se de como os ingleses chamavam aos argentinos "animals"? Pois bem, já não chamam mais. O interventor exigiu uma série de providências disciplinares, da parte

dos árbitros, que veio desembocar no cartão amarelo e seu companheiro, o vermelho. Três cartões e o jogador vai a julgamento. E, o que é diferente daqui, conforme a natureza dos cartões aplicados, o jogador pega uma, duas ou três suspensões. Foi essa medida salutar que fez o futebol argentino evoluir para outros procedimentos. Recordemos a Copa da Alemanha. Recordemos e cheguemos à conclusão que aquele futebol apresentado pelos portenhos na Alemanha, era um futebol eminentemente técnico e disciplinado. E, o mais importante, aquilo foi resultado da aplicação sistemática dos "famigerados cartões amarelo e vermelho".

É. Tem muita gente por aí que chama "de famigerados"

os cartões que se destinam a sanear nosso futebol. No nosso futebol, que ainda tem jogadores com a coragem de afirmar que nos minutos iniciais do jogo aplicam o sarrafo, porque o juiz não tem coragem de expulsar ninguém no início de uma partida.

Os juizes não expulsam porque não são juizes. Porque têm medo de aplicar a lei. Porque os juizes têm medo? Porque se sentem desprestigiados. Essa é a verdade, que será diferente no Nacional.

E, pergunto, será essa a função do juiz em campo? Não. Juiz é juiz. Tal como os juizes das outras justiças. Ele entra em campo para dirigir uma partida. E têm de fazê-lo sem mais considerações que não sejam a de levar o espetáculo

ao fim, mas preservando a sua beleza, defendendo sua integridade.

Ora, se um cabeça de bagre leva um lençol de um Fischer e segura a bola com a mão, o juiz tem que dar o cartão amarelo. E, se logo depois ele agarra outro jogador qualquer, não há que vacilar: cartão vermelho nele.

Não é bobagem, não. Anular mediocrementemente um lance de genialidade é crime de lesa-majestade e eu, cá com os meus botões, coloco essa manobra no mesmo nível de uma jogada violenta. O juiz que gostar de futebol tem que sentir assim. Tem que receber como heresia a anulação do gênio pelo burro. A equiparação do craque ao cabeça de bagre. Do contrário o futebol vai para cucuia. Será nivelado por baixo. E os clubes em lugar de craques, contratarão corredores de 100 metros rasos para seus setores defensivos. O craque passa, o cabeça de bagre corre atrás. Aí, alcança o fenômeno, segura-o, derruba-o, ajuda-o a se levantar, bate nas costas amigavelmente, sorri para o juiz e lhe espalma a mão no sentido de acalmar-lhe o ímpeto punitivo. O juiz acha tudo muito legal e manda o jogo prosseguir. Ele não quer atrapalhar o espetáculo e tem horror a desfalcar os times. Se der um cartão por aquilo, terá que passar o resto do jogo a fazer vista grossa. Porque não lhe apetece apresentar o cartão vermelho.

Bolas! O jogo de futebol tem que ser jogado, sem agarramentos.

Os encarregados de escalar árbitros nos campeonatos regionais, não importa porque, buscam acomodar as coisas. E seus árbitros não encontram apoio para aplicar a lei com propriedade. Agora, a coisa vai ser diferente. Aulio Nazareno vai entrar em cena. Eu conheço o Aulio desde quando ele foi lateral direito do meu time numa Olimpíada da FAB.

O Aulio gosta de futebol, desde pequenino. Quando falo gostar de futebol, não quero falar de horas de assistir jogo. Gostar de futebol é apreciar o jogo, em sua textura artística. É apreciar os bons lances. É sentir a necessidade de proteger o artista. Aulio gosta de futebol. Eu o dirigi, em meu time da FAB. E lembro como ele tratava a menina. A bola para ele não era quadrada como para muita gente. Era redonda, bem redonda. Ele sabia jogar, gostava de jogar e não apelava para a ignorância. Mais tarde vim encontrá-lo na Federação Carioca, dirigindo o Departamento de Árbitros. Deu terra. Ele quis colocar as coisas em seus devidos lugares e os cartolas não deixaram.

Agora é diferente. O almirante, o Almir de Almeida e o capitão Coutinho, também gostam de futebol: e tenho a certeza de que eles vão prestigiar o trabalho de Aulio Nazareno e que as arbitragens no Campeonato Nacional vão se basear nas leis do futebol. Doa a quem doer.

Eu sei disso. E por isso faço um pedido aqui ao meu velho camarada. Faça essa turma de juizes ler as regras do futebol. Eles estão esquecidos da letra e do espírito da lei. Pulso firme, Aulio, que o futebol está precisando de homens como você.

PEDRO ZAMORA



Armando Marques: muitos gestos nervosos, muito show dentro do campo será "medo" dos cartões?